

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

CONTRATANTE (UASG) :

981385

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA "CASA DO GUARDA" LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DO CRATO/CE.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 198.332,62

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA

16/04/2026 ÀS 09:00MIN

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME EMPREITADA POR PREÇO

UNITÁRIO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

SUMÁRIO

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	9
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	11
6. DA FASE DE JULGAMENTO	15
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	19
8. DOS RECURSOS	26
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	27
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	31
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	31

EDITAL N°92183/2026**MUNICÍPIO DE CRATO/CE - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 2025.12.18.3**

Torna-se público que o(a) MUNICÍPIO DE CRATO/CE, por meio da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA, sediada à na Rua Coronel Secundo, n° 255, Centro, CEP: 63.100-480 realizará licitação no Dia 16/04/2026 às 09:00h (horário de Brasília), na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei n° 14.133, de 2021, do Decreto Municipal n° 1602001/2023 - GP, suas alterações e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é o(a) **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA "CASA DO GUARDA" LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DO CRATO/CE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será realizada em único item.

1.2. O Critério de Julgamento será o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou

entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 1602001/2023 - GP.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na

fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6.11. Empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta.

2.6.12. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da

contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo

e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 a 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item;

4.1.2. Quantidade cotada.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. No caso do critério de julgamento maior desconto, o percentual de desconto será linear aplicado sobre todos os serviços do orçamento base da licitação. O vencedor será o licitante que ofertar o maior desconto linear sobre a planilha do orçamento base da licitação.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.11.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no subitem anterior.

4.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente/Comissão de Contratação e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. O modo de disputa adotado para o envio de lances na licitação será o "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente/Comissão de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou ordem decrescente de percentuais de descontos.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou maior desconto registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Agente/Comissão de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente/Comissão de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente/Comissão de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance no caso de julgamento por menor preço ou na faixa de até 10% (dez por cento) abaixo da melhor proposta ou melhor lance no caso de julgamento por maior desconto serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou desconto superior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas neste Edital;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente/Comissão de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do percentual de desconto mínimo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O Agente/Comissão de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **4 (quatro) horas úteis**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao Agente/Comissão de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Agente/Comissão de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente/Comissão de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente/Comissão de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente/Comissão de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente/Comissão de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo ou abaixo do percentual de desconto mínimo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75%

(setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração ou percentual de desconto seja superior a 25% (vinte e cinco por cento), independentemente do regime de execução.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente/Comissão de Contratação, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta ou se o percentual de desconto for acima de 15% (quinze por cento), equivalente ao valor do desconto proposto aplicado sobre o valor orçado pela Administração, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores

adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de obras/serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários e totais, composição de custos unitários, cronograma físico-financeiro seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos formatos PDF (devidamente assinadas pelo representante legal e responsável técnico da proponente) e também em EXCEL (apenas para conferência, não sendo necessário assinatura).

6.11.2. Na planilha orçamentária e na planilha de composição do BDI, a empresa deverá propor, respectivamente, valores para os preços unitários/totais e para os Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) com duas casas decimais após a vírgula. Caso os valores mencionados sejam inseridos nas planilhas através de fórmulas, deverá ser utilizada a função truncar(...) do Microsoft Excel, limitando em duas casas decimais, para eliminar as divergências de arredondamento.

6.11.3. No caso do critério de julgamento por maior desconto, o percentual de desconto deverá ser linear aplicado sobre todos os serviços do orçamento base da licitação.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso necessite de maior tempo para diligência, análise mais detalhada da proposta ou da documentação de habilitação, o Agente/Comissão de Contratação poderá suspender a sessão pública sendo a mesma reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do Agente/Comissão de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico (chat do sistema) utilizado para divulgação.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos a seguir, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, devendo ser analisada a regularidade deste cadastro.

7.1.2. A qualificação econômico-financeira é exigida em virtude da necessidade de comprovação de capacidade financeira, tendo em vista que o objeto busca contratação com aplicação de valores em materiais, pessoal e equipamentos, bem como para atender às exigências naturais do SICAF.

7.2. Em relação à qualificação técnica, a licitante deverá apresentar as seguintes documentações:

7.2.1. Profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, conforme parcelas de relevância.

7.2.1.1. Na documentação de que trata o item anterior, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/21 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

7.2.2. A licitante deverá apresentar certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que

demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do §3º do art. 88 da Lei 14.133/21 e conforme parcelas de relevância.

7.2.3. Os atestados para comprovação de Capacidade Técnica Profissional e Operacional são restritos às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, definidos no Projeto Básico, conforme a seguir:

7.2.3.1. Qualificação Técnica

7.2.3.2. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade;

7.2.3.3. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.2.3.4. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

7.2.3.4.1. **TÉCNICO - OPERACIONAL DA EMPRESA:**

1. PISO INTERTRAVADO TIPO TIJOLINHO (20X10X8) CM 35MPA, COR CINZA - COMPACTAÇÃO MECANIZADA. - 324,28 M2
2. MADEIRAMENTO P/ TELHA CERÂMICA - (RIPA, CAIBRO, LINHA). - 134,91 M2
3. TELHA CERÂMICA. - 134,91 M2
4. CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ACIMA DE 30X30 CM (900 CM²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PISO. - 94,02 M2

7.2.3.4.2. **TÉCNICO - PROFISSIONAL:**

1. PISO INTERTRAVADO TIPO TIJOLINHO (20X10X8) CM 35MPA, COR CINZA - COMPACTAÇÃO MECANIZADA. - 324,28 M2
2. MADEIRAMENTO P/ TELHA CERÂMICA - (RIPA, CAIBRO, LINHA). - 134,91 M2
3. TELHA CERÂMICA. - 134,91 M2
4. CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ACIMA DE 30X30 CM (900 CM²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PISO. - 94,02 M2

7.2.3.5. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

7.2.3.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.2.3.7. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.2.4. A licitante deverá fazer a indicação do pessoal técnico para a realização do objeto da licitação, bem como a qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

7.2.5. Registro ou inscrição na entidade profissional competente: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da sede da licitante.

7.2.6. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.2.7. Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos itens 7.2.1 e 7.2.4, quando da proposta e durante a execução da obra ou do serviço licitado, deverão estar vinculados à empresa licitante por meio de contratos de prestação de serviços, celebrados de acordo com a legislação civil comum, ou que tenham vínculo trabalhista ou societário, e será admitida a sua substituição por profissionais de

experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

7.2.8. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

7.2.8.1. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

7.2.8.2. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

7.2.8.3. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

7.2.9. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata

de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Participação de consórcio de empresas

7.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.5.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

Declarações

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. Vistoria

7.10.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas.

7.10.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

7.10.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.10.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.10.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes..

7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.13. A verificação pelo Agente/Comissão de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente/Comissão de Contratação.

7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente/Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente/Comissão de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. Quando a fase de habilitação já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico

www.gov.br/compras.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer

documento que tenha sido solicitado pelo Agente/Comissão de Contratação durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta

em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando

convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento

equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração

falsa durante a licitação.

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial

quando:

9.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município do Crato/CE, pelo prazo de 2 (dois) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial (www.gov.br/compras) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: licitacrato@gmail.com.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente/Comissão de Contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereço eletrônico www.gov.br/compras e site oficial do município: www.crato.ce.gov.br.

11.11. Todas as notificações/advertências/convocações para as empresas participantes e/ou vencedora serão feitas via DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO CRATO (www.crato.ce.gov.br/diário-oficial) e/ou www.gov.br/compras.

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - PROJETO BÁSICO (Resumo do Orçamento, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Memórias de Cálculo, Memorial Descritivo, Composições de Custos, Composição do BDI, Tabela de Enacragos Sociais, Curva ABC, Peças Gráficas, ART de (Orçamento e Projeto), e; Apêndice do Anexo I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO.

Charles Antonio Dória do Nascimento

Analista de Gestão
Central de Licitação

George Érico de Alencar Braga Borges

Secretário de Meio Ambiente e Mudança do Clima
Portaria 08/2025 - GP

Central
de Licitação



Crato
PREFEITURA



ANEXO I - PROJETO BÁSICO

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Nº 017/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA “CASA DO GUARDA” LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DO CRATO/CE.

1. INTRODUÇÃO

As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultado na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

Diante disso, o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) visa avaliar os principais elementos que influenciam a viabilidade da Reforma e Ampliação da “Casa do Guarda” localizada na Floresta Nacional do Araripe no Município do Crato/CE, desde a análise das soluções de mercado até a avaliação dos requisitos técnicos mínimos para sua implementação.

Este documento constitui a primeira etapa do planejamento da contratação, avaliando a viabilidade técnica e econômica da iniciativa, buscando otimizar a aplicação dos recursos públicos e servindo como base para a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XX.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Floresta Nacional do Araripe (FLONA) é uma unidade de conservação de uso sustentável que desempenha uma função vital na preservação da biodiversidade, regulação hídrica e manutenção do equilíbrio ecológico regional. Inserida no seu contexto, a “Casa do Guarda” é uma edificação institucional que serve como base operacional e ponto de apoio logístico para as atividades rotineiras de fiscalização, monitoramento e educação ambiental.

Em função do estado de conservação, do desgaste físico e da necessidade da ampliação funcional do imóvel, que apresenta condições precárias para acolher servidores e público visitante, verificou-se a necessidade da reforma e ampliação de sua edificação. Por se tratar de

uma edificação antiga, o projeto visa a otimização funcional e modernização das instalações e ainda a expansão do uso do espaço para atender novas demandas operacionais, como a criação de um ambulatório e salas dedicadas ao suporte das equipes de brigadistas.

A solução caracteriza-se como obra de engenharia, definida pelo art. 6º da Lei nº 14.133/2021, como sendo toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel.

A natureza e a complexidade de obras exigem serviços técnicos especializados. A intervenção profissional é indispensável para o correto diagnóstico das necessidades, a elaboração dos projetos e a execução da obra respaldada por responsabilidade técnica legalmente habilitada, de forma a garantir que seja executada de forma segura, eficaz e em conformidade com a legislação vigente.

A licitação é o instrumento legal que garante os princípios da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da economicidade, permitindo a seleção da proposta que melhor atenda ao interesse público e à relação custo-benefício.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Considerando a complexidade e a importância do processo, a contratação de que trata este documento deve obedecer a condições criteriosamente estabelecidas.

3.1 Requisitos gerais

3.1.1 Atendimento integral às exigências da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 1602001/2023 – GP e suas alterações.

3.1.2 O objeto deverá ser realizado através de licitação na MODALIDADE CONCORRÊNCIA, na FORMA ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO no regime de execução de EMPREITADA POR VALOR UNITÁRIO.

3.1.3 O Contrato deverá ter o prazo inicial de 3 (três) meses, podendo ser prorrogado, conforme demanda e necessidade da administração pública.

3.1.4 Para qualificação técnica, a CONTRATADA deverá comprovar aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto, por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, na forma a ser determinada no Termo de Referência.

3.1.5 A CONTRATADA deve estar devidamente registrada e regularizada conforme legislação vigente.

3.1.6 A CONTRATADA deve estar em conformidade com todas as normas e regulamentações aplicáveis à sua atividade, incluindo normas técnicas, regulamentos profissionais e outras exigências pertinentes.

3.1.7 A CONTRATADA deve arcar com todas as despesas com salários, encargos sociais e trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, despesas administrativas e demais insumos necessários à perfeita execução do objeto.

3.1.8 A CONTRATADA assumirá total responsabilidade por danos ou prejuízos pessoais ou materiais que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes, na execução dos serviços contratados, isentando a CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação decorrente dos mesmos.

3.1.9 A CONTRATADA deverá estar devidamente cadastrada e regularizada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) do Governo Federal.

3.2 Requisitos de Execução

Os serviços de engenharia necessários à obra de Reforma e Ampliação da “Casa do Guarda” da FLONA deverão ser realizados por empresa especializada. Os elementos necessários exigidos para a contratação deverão seguir os requisitos mínimos a seguir:

3.2.1 Requisitos Internos:

- a) A CONTRATADA deverá ser empresa especializada em engenharia para execução do objeto.
- b) Local de execução da obra: “Casa do Guarda” na Floresta Nacional do Araripe, Bairro Belmonte, Crato/CE. Coordenadas de Referência: 7°16'40.96"S/ 39°27'4.07"O.
- c) A CONTRATANTE deverá definir em Projeto Básico de Engenharia e Termo de Referência os serviços a serem executados, os recursos necessários, o orçamento, o cronograma de execução e as especificações técnicas a serem atendidos pela CONTRATADA.
- d) A CONTRATANTE deverá definir a metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e demais normas vigentes aplicáveis ao objeto.
- e) A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnico-operacional para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) ou certidões fornecidas(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

f) A CONTRATADA deverá comprovar o atendimento de outros requisitos previstos em lei ou normas vigentes, quando for o caso.

3.2.2 Requisitos Externos ou Legais:

a) Lei nº 5.194, DE 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências.

b) Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF).

c) Lei nº 6.496, DE 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências.

d) Resolução n. 70/2010 - CSJT - Dispõe, no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º Graus, sobre: I - O processo de planejamento, execução e fiscalização de obras e de aquisição e locação de imóveis; II - Parâmetros e orientações para contratação de obras e aquisição e locação de imóveis; III - Referenciais de áreas e de custos e diretrizes para elaboração de projetos.

e) NBR 9050/2015 - ABNT, Lei 10.098/2000, Decreto 5.296/2004 e Decreto 6.949/2009 (acessibilidade).

f) Atendimento às prescrições definidas nas normas técnicas brasileiras, referentes às obras e serviços de engenharia.

g) Atendimento às normas regulamentadoras de saúde e segurança no trabalho.

h) Atendimento à legislação ambiental.

3.3 Requisitos de Sustentabilidade

3.3.1 A CONTRATADA deve adotar medidas para minimizar o impacto ambiental das suas operações, promovendo o uso racional de seus recursos.

3.3.2 A CONTRATADA deve instituir políticas e práticas que promovam o bem-estar dos seus colaboradores, respeitando os direitos trabalhistas e incentivando a diversidade e inclusão.

3.3.3 A CONTRATADA deve contribuir para o crescimento econômico local e regional, gerando empregos de qualidade, promovendo o desenvolvimento de competências e apoiando a criação de valor na economia.

3.3.4 A CONTRATADA deve estar comprometida com a inovação e a melhoria contínua dos seus serviços, de maneira a buscar constantemente formas de aumentar a eficiência, reduzir os custos e melhorar a qualidade do seu trabalho.

3.3.5 A CONTRATADA deve promover uma cadeia de fornecimento sustentável, dando preferência a fornecedores que compartilhem os mesmos valores de responsabilidade social e ambiental.

3.3.6 A CONTRADA deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

3.3.7 O processo licitatório deverá seguir os critérios elencados na instrução normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 da secretaria de logística e tecnologia da informação do ministério do planejamento, orçamento e gestão e no art. 4º do decreto nº 7.746/2012.

3.4 Requisitos de segurança

3.4.1 A CONTRATADA deverá utilizar mão de obra especializada, em cumprimento as normas técnicas que regem o mercado, fornecendo aos seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, bem como cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho.

3.4.2 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se integralmente pela sua equipe profissional, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando a execução dos trabalhos durante todo o contrato, dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação de penalidades previstas, caso os prazos, indicadores e condições não sejam cumpridos.

3.4.3 A CONTRATADA deverá responder integralmente por quaisquer perdas ou danos causados em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus profissionais em razão da execução do(s) serviço(s) contratado(s), independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

3.4.4 A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, respeitando todos os critérios de sigilo, segurança e inviolabilidade aplicáveis aos dados, informações, regras de negócio, documentos, entre outros.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A análise de soluções para a contratação é uma etapa crucial para a configuração do mercado e a delimitação da solução mais adequada para atender à demanda administrativa. Diante da necessidade de apresentar uma solução de mercado que melhor atenda aos requisitos já apresentados, surge a imperativa tarefa de avaliar estratégias eficazes que levem em conta as especificidades do ambiente municipal, considerando as limitações orçamentárias, a disponibilidade de recursos humanos especializados e a necessidade de controle eficiente.

Para a elaboração deste ETP, foi realizado o levantamento de mercado com o escopo de definir o tipo e solução a contratar. Verificamos que a Administração Pública poderá obter o objeto pretendido através da Execução Direta ou Execução Indireta.

Na Execução Direta, o próprio órgão ou entidade da Administração Pública realiza o serviço pretendido utilizando seus próprios meios, pessoal, expertise técnica e estrutura. Nessa modalidade é necessário que a Administração possua todos os recursos necessários para a execução da solução. A ausência de qualquer elemento essencial impõe a inviabilidade desta execução direta, sendo obrigatória a contratação de terceiros, em observância ao processo licitatório.

Na Execução Indireta, a Administração Pública busca atingir o objetivo através da contratação de empresas terceiras para executar o serviço e/ou fornecer o produto almejado. Esta modalidade se formaliza, para obras e serviços de engenharia, sob as seguintes formas de empreitada: por Preço Unitário ou por Preço Global.

Empreitada por Preço Unitário: O pagamento à Contratada é efetuado com base em uma lista de itens com seus respectivos preços unitários previamente acordados. A remuneração se dará pela multiplicação da quantidade real de trabalho executado em cada item pelo seu preço unitário correspondente, apresentado em projeto básico de engenharia. O projeto básico admite a possibilidade de ajustes quantitativos durante a execução. Esta modalidade é recomendada quando o escopo do projeto, embora bem definido, possa demandar ajustes quantitativos ao longo de sua execução.

Empreitada por Preço Global: O preço é fixado de forma total para a execução integral da obra, independentemente dos custos reais incorridos pela Contratada. A Contratada assume a responsabilidade por todos os custos inerentes à execução, incluindo materiais, mão de obra e equipamentos. A adoção da empreitada por preço global considera indispensável a existência de projeto executivo detalhado, sob risco de transferência indevida de riscos extraordinários à contratada, majoração artificial das propostas e probabilidade de pleitos de reequilíbrio e/ou paralisação da obra. Esta modalidade é indicada quando o escopo do projeto é integralmente definido no início, conferindo maior previsibilidade de custos à Contratante.

Da Escolha Adotada e Justificativa

Diante dessa análise, optou-se pela Execução Indireta, via Empreitada por Preço Unitário, justificada pela Prefeitura Municipal de Crato não deter os recursos (mão de obra, equipamentos e demais insumos) necessários para a realização dos serviços por meios próprios. A escolha se justifica ainda pelo fato da empreitada por preço unitário permitir o pagamento pelo efetivamente executado, facilitando a fiscalização por etapas, mantendo maior transparência de custos e favorecendo a ampla concorrência, atendendo com maior segurança

aos princípios da economicidade, competitividade e controle, otimizando o uso de recursos públicos em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Em relação à modalidade de licitação, critério de julgamento e regime de execução, optou-se pela Concorrência, por ser a modalidade adequada para a contratação de obras e serviços de engenharia, utilizando o critério de Menor Preço, devendo ocorrer na forma eletrônica, garantindo a qualificação das empresas licitantes e a ampla publicidade do certame.

A escolha da Concorrência justifica-se tendo em vista que uma parcela do objeto abrange ampliação, o que configura inovação do espaço físico. O critério de Menor Preço foi selecionado por visar o menor dispêndio para a Administração, desde que atendidos os padrões mínimos de qualidade estabelecidos no edital, promovendo a competitividade.

O instrumento contratual é caracterizado como contrato de empreitada, no qual a contratada se obriga a realizar a obra descrita no Projeto Básico e demais documentos elaborados, vinculando a entrega da obra nos moldes estabelecidos pela Contratante.

Além disso, foi verificado em levantamento de mercado que a solução amplamente utilizada pela administração pública é a contratação de execução indireta executada por um número amplo e competitivo de empresas de engenharia aptas a prestar o serviço, o que favorece o processo licitatório.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Trata-se da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA “CASA DO GUARDA” LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DO CRATO/CE. Os serviços abrangem, mas não se limitam, a:

- a) Demolições;
- b) Escavação e aterro;
- c) Infraestrutura e Superestrutura;
- d) Cobertura, pisos e revestimentos;
- e) Pintura;
- f) Instalações hidrosanitárias;
- f) Instalações elétricas;
- g) Esquadrias;

h) Reforma do fogão a lenha e demais serviços melhor explicitados em memorial descritivo.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A relação entra a demanda prevista e as quantidades de cada item a ser contratado advirá de levantamento detalhado de quantitativos de serviços, mão de obra e insumos necessários para execução da obra, levando ainda em consideração o equilíbrio do custo-benefício. O levantamento deverá ser feito pelo corpo técnico de engenharia do município e detalhado no Projeto Básico de Engenharia contendo o memorial descritivo completo da obra a ser executada, constando nos autos do processo.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preços da contratação deverá ser compatível com os quantitativos levantados no Projeto Básico e tendo como referência os preços atualizados do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI para o Estado do Ceará, bem como na Tabela de Preços da SEINFRA. O SINAPI, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, é sistema de referência utilizado no orçamento de obras em geral, informando os custos e índices da Construção Civil no Brasil. A estimativa do valor da contratação deverá constar em planilha orçamentária e memorial de cálculo a serem elaborados considerando todos os custos decorrentes da obra, os quais constarão nos autos do processo.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO

A solução selecionada envolve um conjunto de serviços técnicos, materiais, mão de obra e equipamentos, todos indissociáveis para o atingimento do resultado final pretendido. Dessa forma, o parcelamento da solução não é recomendável, nem técnica nem economicamente vantajoso.

A execução fracionada ou a repartição de responsabilidades acarretaria em riscos de não ser atingido o objetivo, devido à alta inter-relação dos serviços; o atraso em uma etapa comprometeria diretamente o cronograma e a entrega das etapas subsequentes, gerando aumento de custos.

O gerenciamento da execução em um único contratado é ideal do ponto de vista da eficiência técnica e da gestão contratual, pois concentra a responsabilidade pela execução integral e a garantia dos resultados em uma única pessoa jurídica, o que eleva o nível de

controle pela Administração e simplifica a responsabilização em caso de descumprimento contratual.

Por fim, a contratação centralizada gera um ganho de escala, uma vez que há diluição dos custos fixos (como mobilização, instalação de canteiro e despesas administrativas) por um volume maior de serviços. Isto resulta em uma maior eficiência na alocação de recursos, permitindo aos licitantes a oferta de preços mais competitivos, sem restringir a competitividade no mercado. A não-aplicabilidade do parcelamento, portanto, fortalece a relação custo-benefício e amplia o aproveitamento do mercado.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não foram verificadas contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto de contratação em questão.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação encontra respaldo institucional previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) do ano de 2025 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mudança do Clima.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

A Reforma da “Casa do Guarda” busca a melhoria das instalações do equipamento público, visando a segurança e o melhor acolhimento dos servidores ocupantes, visitantes e usuários dos serviços. A ampliação busca a adequação da edificação, permitindo acomodar a expansão dos serviços disponibilizados.

A contratação, nos moldes da Lei nº 14.133/2021, busca garantir a economicidade na contratação, por meio da obtenção do menor preço aliado a qualidade técnica exigida e a padronização do serviço, assegurando conformidade com especificações técnicas e de segurança, de modo a otimizar o uso dos recursos públicos e a efetividade da solução desejada.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

A administração deverá, previamente à contratação, executar as ações a seguir:

- Elaboração de projeto básico e demais peças técnicas, contendo o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar o objeto, elaborado com base nas indicações do estudo técnico preliminar, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução;
- Elaboração do Termo de Referência, contendo todos os elementos necessários para a contratação, conforme inciso XXIII do art. 6 da Lei 14.133/21;
- Elaboração de cronograma de execução de serviços, contemplando as etapas do projeto, a fim de garantir o cumprimento dos prazos determinados;
- Seleção e capacitação dos servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, possibilitando qualidade no gerenciamento dos recursos envolvidos, considerando aspectos técnicos e financeiros;
- Realização de licitação para seleção da empresa cuja proposta revele-se mais vantajosa para a administração, e que atenda aos requisitos de qualificação especificados;
- Determinação de critérios de recebimento e aceitação dos serviços, incluindo testes e ensaios técnicos específicos para os componentes da obra.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

Para a contratação deverão ser adotadas as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e Instrução Normativa n.º 1/2010 da SLTI/MPOG.

A Lei 14.133/20221 preceitua a obediência às normas referentes à proteção ambiental e uso sustentável de recursos, nas licitações de obras e serviços de engenharia. Assim, foram previstos alguns impactos ambientais, listados a seguir, com suas respectivas medidas mitigadoras:

- **Geração de resíduos sólidos:** A obra gerará resíduos da construção civil, definidos como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, comumente chamados de entulhos de obras, calça ou metralha, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc.

Conforme a Resolução CONAMA nº 307/2002, esses resíduos devem ser submetidos a processo de gerenciamento para sua destinação ambientalmente adequada, de forma a evitar potenciais impactos ambientais de seu descarte incorreto. Como medida mitigadora, a contratada deverá implementar formas de gerenciamento de resíduos sólidos conforme legislação vigente, com destinação ambientalmente adequada dos resíduos, em aterros sanitários certificados, reaproveitamento ou reciclagem, quando possível.

• **Poluição atmosférica e sonora:** Durante a fase de execução da obra, é esperado que ocorram potenciais riscos de impactos ambientais, através de poluição atmosférica e poluição sonora. Esses efeitos são gerados, principalmente, por processos como demolição, escavação, e movimentação de veículos e máquinas. O resultado direto dessas atividades é a geração de ruídos e de material particulado (poeira), que podem afetar tanto a fauna e flora e a saúde dos trabalhadores. Para mitigar o ruído, deverão ser empregados equipamentos com tecnologia de inibição ou redução da propagação do som.

Já para conter as partículas de poeira, devem ser adotadas medidas específicas para o controle e a contenção desse material, como o uso de tapumes, telas e lonas, umidificação de vias, etc. Além das medidas ambientais, a saúde e segurança dos trabalhadores devem ser priorizadas através do uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, como máscaras de proteção respiratória.

• **Consumo elevado de água e energia:** O gerenciamento da obra exige atenção especial ao consumo de água e energia elétrica. Para garantir a racionalização desses recursos, é fundamental que sejam implementadas práticas de eficiência energética e hídrica.

No que tange à água, a prioridade é o uso eficiente, o que inclui a reciclagem para atividades que não exigem potabilidade. Esta prática é particularmente relevante considerando a necessidade de aspersão de água nas vias e áreas de demolição para a contenção do material particulado (poeira), conforme estabelecido nas diretrizes de controle ambiental. Assim, a água reciclada pode ser diretamente utilizada para contenção de poeira, reduzindo a demanda por água potável.

Em relação à energia, deve-se investir na utilização de equipamentos de baixo consumo e na conscientização para o uso eficiente. A adoção dessas medidas integradas

promove a conservação do meio ambiente e resulta em economias significativas para o projeto, reforçando a importância do uso eficiente de todos os recursos.

• **Alteração da paisagem natural:** A execução das intervenções do projeto levará a uma alteração na paisagem natural e visual do local principalmente em virtude da ampliação prevista. Reconhecendo este impacto, o planejamento deve priorizar a harmonia com o meio natural existente e seu entorno, garantindo que o novo empreendimento se integre adequadamente ao cenário local.

Caso a intervenção exija a supressão total ou parcial da vegetação nativa existente, para que o projeto seja executado dentro da legalidade e com o devido controle ambiental, é obrigatório obter todas as licenças e autorizações pertinentes junto aos órgãos competentes antes do início de qualquer atividade de intervenção.




14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

Com base na análise das necessidades elencadas e considerando as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como do Decreto Municipal nº 1602001/2023 – GP e suas alterações, o presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR conclui que a contratação em questão é viável, considerando seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade. Além disso, em complemento aos requisitos listados, recomendamos o prosseguimento do processo de contratação, uma vez que não foram observados óbices à sua continuidade no formato indicado.




Crato/CE, 05 de novembro de 2025.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

ERICKSON CRISTIAN PASTOR FERREIRA
ANALISTA AMBIENTAL
(Matrícula 51084)

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		PREFEITURA DO CRATO	ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA						
			OBRA: REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE. ENDEREÇO: CRATO/CE. FONTE DE PREÇOS: SINAPI 09/2025 CE; SEINFRA 028 - SEM DESONERAÇÃO. DATA BASE: NOVEMBRO DE 2025.			BDI SEM DESONARAÇÃO			

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇOS SEM DESONERAÇÃO			
						UNITÁRIO S/ BDI	UNITÁRIO C/ BDI	TOTAL	
1			ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA					R\$	9.141,00
1.1	CP000	PRÓPRIA	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	%	100,00	R\$ 74,89	R\$ 91,41	R\$	9.141,00
2			SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$	2.091,53
2.1	C1937	SEINFRA	PLACAS PADRÃO DE OBRA	M2	8,00	R\$ 187,01	R\$ 228,26	R\$	1.826,08
2.2	C1630	SEINFRA	LOCAÇÃO DA OBRA - EXECUÇÃO DE GABARITO	M2	28,09	R\$ 7,74	R\$ 9,45	R\$	265,45
3			DEMOLIÇÕES					R\$	5.068,43
3.1	C1049	SEINFRA	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES	M3	8,89	R\$ 298,30	R\$ 364,10	R\$	3.236,85
3.2	C1045	SEINFRA	DEMOLIÇÃO DE COBERTURA C/TELHAS CERÂMICAS	M2	97,11	R\$ 13,77	R\$ 16,81	R\$	1.632,42
3.3	C1066	SEINFRA	DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO	M2	5,47	R\$ 29,83	R\$ 36,41	R\$	199,16
4			ESCAVAÇÃO E REATERRO					R\$	1.192,07
4.1	C1256	SEINFRA	ESCAVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2M	M3	11,50	R\$ 59,36	R\$ 72,45	R\$	833,18
4.2	C2921	SEINFRA	REATERRO C/COMPACTAÇÃO MANUAL S/CONTROLE, MATERIAL DA VALA	M3	8,54	R\$ 34,44	R\$ 42,04	R\$	358,89
5			INFRAESTRUTURA					R\$	10.418,35
5.1	96617	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 3 CM. AF_01/2024	M2	8,44	R\$ 21,27	R\$ 25,96	R\$	219,10
5.2	C4301	SEINFRA	FORMA PARA CONCRETO "IN LOCO", INCLUSIVE DESFORMA	M2	27,82	R\$ 156,45	R\$ 190,96	R\$	5.312,51
5.3	C0843	SEINFRA	CONCRETO P/VIBR., FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	M3	2,71	R\$ 545,53	R\$ 665,87	R\$	1.804,51
5.4	C1604	SEINFRA	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ ELEVAÇÃO	M3	2,71	R\$ 175,28	R\$ 213,95	R\$	579,80
5.5	C0216	SEINFRA	ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm	KG	141,36	R\$ 12,33	R\$ 15,05	R\$	2.127,52
5.6	C0217	SEINFRA	ARMADURA CA-60 FINA D=3,40 A 6,40mm	KG	24,73	R\$ 12,42	R\$ 15,16	R\$	374,91
6			SUPERESTRUTURA					R\$	15.410,36
6.1	C4301	SEINFRA	FORMA PARA CONCRETO "IN LOCO", INCLUSIVE DESFORMA	M2	37,02	R\$ 156,45	R\$ 190,96	R\$	7.069,34
6.2	C0843	SEINFRA	CONCRETO P/VIBR., FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	M3	2,94	R\$ 545,53	R\$ 665,87	R\$	1.957,66
6.3	C1604	SEINFRA	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ ELEVAÇÃO	M3	2,94	R\$ 175,28	R\$ 213,95	R\$	629,01
6.4	C0216	SEINFRA	ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm	KG	167,09	R\$ 12,33	R\$ 15,05	R\$	2.514,70
6.5	C0217	SEINFRA	ARMADURA CA-60 FINA D=3,40 A 6,40mm	KG	31,64	R\$ 12,42	R\$ 15,16	R\$	479,66
6.6	C4451	SEINFRA	LAJE PRÉ-FABRICADA TRELIÇADA P/ PISO - VÃO DE 1,81 A 2,80 m	M2	15,68	R\$ 144,21	R\$ 176,02	R\$	2.759,99
7			ALVENARIAS					R\$	7.611,88
7.1	C0073	SEINFRA	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO FURADO (9x19x19)cm C/ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP.=10cm (1:2:8)	M2	92,12	R\$ 67,70	R\$ 82,63	R\$	7.611,88
8			COBERTURA					R\$	42.543,54
8.1	C4460	SEINFRA	MADEIRAMENTO P/ TELHA CERÂMICA - (RIPA, CAIBRO, LINHA)	M2	134,91	R\$ 113,12	R\$ 138,07	R\$	18.627,02
8.2	C4462	SEINFRA	TELHA CERÂMICA	M2	134,91	R\$ 75,26	R\$ 91,86	R\$	12.392,83
8.3	C4463	SEINFRA	CUMEEIRA TELHA CERÂMICA, EMBOÇADA	M	15,25	R\$ 32,39	R\$ 39,54	R\$	602,99
8.4	C2998	SEINFRA	FORRO DE LAMBRI DE MADEIRA (7x1)cm	M2	50,47	R\$ 177,27	R\$ 216,38	R\$	10.920,70
9			PISOS					R\$	58.328,31
9.1	C0330	SEINFRA	ATERRO C/COMPACTAÇÃO MANUAL S/CONTROLE, MAT. C/AQUISIÇÃO	M3	11,32	R\$ 111,44	R\$ 136,02	R\$	1.539,75
9.2	C3025	SEINFRA	PISO MORTO CONCRETO FCK=13,5MPa C/PREPARO E LANÇAMENTO	M3	1,28	R\$ 675,76	R\$ 824,83	R\$	1.055,78
9.3	C3001	SEINFRA	CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ACIMA DE 30x30 cm (900 cm²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PISO	M2	94,02	R\$ 105,82	R\$ 129,16	R\$	12.143,62
9.4	C1123	SEINFRA	REJUNTAMENTO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA, JUNTA ATÉ 2mm EM CERÂMICA, ACIMA DE 30x30 cm (900 cm²) E PORCELANATOS (PAREDE/PISO)	M2	94,02	R\$ 10,53	R\$ 12,85	R\$	1.208,16
9.5	C1925	SEINFRA	PISO RÚSTICO DE CONCRETO RIPADO (1.00X1.00)m JUNTAS= 10cm ESP.= 8cm	M2	50,61	R\$ 112,80	R\$ 137,68	R\$	6.967,98
9.6	C2102	SEINFRA	RASPAGEM E LIMPEZA DO TERRENO	M2	324,38	R\$ 5,07	R\$ 6,19	R\$	2.007,91
9.7	C4917	SEINFRA	PISO INTERTRAVADO TIPO TIJOLINHO (20X10X8)CM 35MPa, COR CINZA - COMPACTAÇÃO MECANIZADA	M2	324,38	R\$ 78,62	R\$ 95,96	R\$	31.127,50
9.8	C2864	SEINFRA	LASTRO DE PÓ DE PEDRA	M3	16,22	R\$ 115,04	R\$ 140,42	R\$	2.277,61
10			REVESTIMENTOS					R\$	8.959,20
10.1	C0776	SEINFRA	CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE	M2	118,98	R\$ 7,96	R\$ 9,72	R\$	1.156,49
10.2	C3037	SEINFRA	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:4	M2	118,98	R\$ 53,73	R\$ 65,58	R\$	7.802,71
11			PINTURAS					R\$	9.524,95
11.1	C1615	SEINFRA	LATEX DUAS DEMÃO EM PAREDES INTERNAS S/MASSA	M2	178,89	R\$ 22,85	R\$ 27,89	R\$	4.989,24
11.2	C1614	SEINFRA	LATEX DUAS DEMÃO EM PAREDES EXTERNAS S/MASSA	M2	147,05	R\$ 24,63	R\$ 30,06	R\$	4.420,32
11.3	C2667	SEINFRA	VERNIZ 3 DEMÃO EM ESQUADRIAS DE MADEIRA	M2	3,41	R\$ 27,72	R\$ 33,84	R\$	115,39
12			ESQUADRIAS					R\$	1.860,31
12.1	C4428	SEINFRA	PORTA TIPO PARANÁ (0,80 x 2,10 m), COMPLETA	UN	1,00	R\$ 1.097,20	R\$ 1.339,24	R\$	1.339,24
12.2	C3544	SEINFRA	JANELA TIPO FICHA (1.40X1.10)m - MADEIRA MISTA - COMPLETA - PADRÃO POPULAR	UN	1,00	R\$ 426,90	R\$ 521,07	R\$	521,07
13			INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS					R\$	7.717,34

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA			PREFEITURA DO CRATO		ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA						
OBRA: REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.										BDI SEM DESONERAÇÃO	
ENDEREÇO: CRATO/CE.										BDI SERVIÇOS	22,06%
FONTE DE PREÇOS: SINAPI 09/2025 CE; SEINFRA 028 - SEM DESONERAÇÃO.											
DATA BASE: NOVEMBRO DE 2025.											
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA											
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇOS SEM DESONERAÇÃO					
						UNITÁRIO S/ BDI	UNITÁRIO C/ BDI	TOTAL			
13.1	C3017	SEINFRA	PIA DE AÇO INOX (1.20x0.60)m C/ 1 CUBA E ACESSÓRIOS	UN	2,00	R\$ 748,19	R\$ 913,24	R\$ 1.826,48			
13.2	C2595	SEINFRA	TUBO PVC BRANCO P/ESGOTO D=40mm (1 1/2")	M	20,00	R\$ 19,10	R\$ 23,31	R\$ 466,20			
13.3	C1551	SEINFRA	JOELHO PVC BRANCO P/ESGOTO D=40mm (1 1/2")	UN	3,00	R\$ 17,15	R\$ 20,93	R\$ 62,79			
13.4	C3441	SEINFRA	CAIXA D'ÁGUA EM FIBERGLASS - CAP. 500L	UN	2,00	R\$ 375,87	R\$ 458,79	R\$ 917,58			
13.5	C2615	SEINFRA	TUBO PVC SOLD. MARROM D= 20mm (1/2")	M	31,00	R\$ 7,42	R\$ 9,06	R\$ 280,86			
13.6	C0952	SEINFRA	COTOVELO PVC SOLD. MARROM D=20mm (1/2")	UN	8,00	R\$ 9,60	R\$ 11,72	R\$ 93,76			
13.7	C2504	SEINFRA	TORNEIRA DE PRESSÃO CROMADA LONGA P/PIA	UN	2,00	R\$ 141,21	R\$ 172,36	R\$ 344,72			
13.8	C0441	SEINFRA	BOMBA CENTRÍFUGA DE 1/2 CV, INCLUSIVE MAT.DE SUCCÃO	UN	2,00	R\$ 799,04	R\$ 975,31	R\$ 1.950,62			
13.9	C0729	SEINFRA	CASA DE BOMBAS(1.5X1.5)m, EM ALVENARIA E CONCRETO	UN	1,00	R\$ 1.115,36	R\$ 1.361,41	R\$ 1.361,41			
13.10	C0332	SEINFRA	AUTOMÁTICO DE BOIA	UN	2,00	R\$ 88,83	R\$ 108,43	R\$ 216,86			
13.11	C2158	SEINFRA	REGISTRO DE GAVETA BRUTO D= 25mm (1")	UN	2,00	R\$ 80,31	R\$ 98,03	R\$ 196,06			
14			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					R\$ 8.191,63			
14.1	C2078	SEINFRA	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO EMBUTIR ATE 6 DIVISÕES, S/BARRAMENTO	UN	1,00	R\$ 104,58	R\$ 127,65	R\$ 127,65			
14.2	101489	SINAPI	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, MONOFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 10 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_07/2020_PS	UN	1,00	R\$ 1.572,19	R\$ 1.919,02	R\$ 1.919,02			
14.3	C4958	SEINFRA	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, RESISTÊNCIA NOMINAL 200KG, H= 7,00M, PESO APROXIMADO 670 KG	UN	1,00	R\$ 997,39	R\$ 1.217,41	R\$ 1.217,41			
14.4	C0540	SEINFRA	CABO ISOLADO PVC 750V 2,5MM2	M	279,93	R\$ 7,43	R\$ 9,07	R\$ 2.538,95			
14.5	91854	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	15,00	R\$ 10,02	R\$ 12,23	R\$ 183,45			
14.6	91834	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	39,44	R\$ 21,79	R\$ 26,60	R\$ 1.049,10			
14.7	100903	SINAPI	LÂMPADA TUBULAR LED DE 18/20 W, COM SOQUETE, BASE G13 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024_PS	UN	9,00	R\$ 28,37	R\$ 34,63	R\$ 311,67			
14.8	C1479	SEINFRA	INTERRUPTOR DUAS TECLAS SIMPLES 10A 250V	UN	2,00	R\$ 32,64	R\$ 39,84	R\$ 79,68			
14.9	C1496	SEINFRA	INTERRUPTOR UMA TECLA SIMPLES E TOMADA UNIVERSAL 10A 250V	UN	5,00	R\$ 36,03	R\$ 43,98	R\$ 219,90			
14.10	C2493	SEINFRA	TOMADA UNIVERSAL 10A 250V	UN	3,00	R\$ 19,42	R\$ 23,70	R\$ 71,10			
14.11	90447	SINAPI	RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA, PARA ELETRODUTOS, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	M	15,00	R\$ 8,92	R\$ 10,89	R\$ 163,35			
14.12	104766	SINAPI	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA ELETRODUTOS COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	M	15,00	R\$ 16,95	R\$ 20,69	R\$ 310,35			
15			BANCOS DE MADEIRA					R\$ 10.095,12			
15.1	C0360	SEINFRA	BANCO DE MADEIRA C/ESTRUTURA DE FERRO - L= 3.00m	UN	7,00	R\$ 1.181,52	R\$ 1.442,16	R\$ 10.095,12			
16			REFORMA DO FOGÃO À LENHA					R\$ 178,60			
16.1	C1070	SEINFRA	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO C/ARGAMASSA	M2	2,00	R\$ 11,47	R\$ 14,00	R\$ 28,00			
16.2	C0776	SEINFRA	CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE	M2	2,00	R\$ 7,96	R\$ 9,72	R\$ 19,44			
16.3	C3037	SEINFRA	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:4	M2	2,00	R\$ 53,73	R\$ 65,58	R\$ 131,16			
						TOTAL GERAL		R\$ 198.332,62			
IMPORTA O PRESENTE ORÇAMENTO O VALOR DE R\$ 198.332,62 (CENTO E NOVENTA E OITO MIL E TREZENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS).											

MEMÓRIA DE CÁLCULO DE QUANTIDADES

1ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA

1.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	100,00	%
QUANTIDADE			
100,00 %			

2SERVIÇOS PRELIMINARES

2.1	PLACAS PADRÃO DE OBRA	8,00	M2
DIM 1	DIM 2	ÁREA	
2,00 m	4,00 m	8,00 m²	

2.2	LOCAÇÃO DA OBRA - EXECUÇÃO DE GABARITO	28,09	M2
LOCAL	DIM 1	DIM 2	ÁREA
AMBULATÓRIO	5,30 m	5,30 m	28,09 m²

3DEMOLIÇÕES

3.1	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES				8,89	M3
LOCAL		COMPRIMENTO	LARGURA	ALTURA	VOLUME	
CALÇADA CASA DO GUARDA		39,50 m	0,75 m	0,30 m	8,89 m³	
				TOTAL	8,89 m³	

3.2	DEMOLIÇÃO DE COBERTURA C/TELHAS CERÂMICAS	97,11	M2
LOCAL	ÁREA		
CASA DO GUARDA	97,11 m²		
TOTAL	97,11 m²		

3.3	DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO	5,47	M2
LOCAL	ÁREA		
CASA DO GUARDA	5,47 m²		
TOTAL	5,47 m²		

4ESCAVAÇÃO E REATERRO

4.1	ESCAVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2M				11,50	M3
LOCAL	COMPRIMENTO	LARGURA	ALTURA	VOLUME	CONSIDERADO OFFSET LATERAL DE 20CM E OFFSET DE FUNDO DE 5CM.	
BALDRAMES	21,05 m	0,35 m	0,45 m	3,32 m³		
			TOTAL	3,32 m³		

CONSIDERADO OFFSET LATERAL DE 20CM E OFFSET DE FUNDO DE 5CM.

LOCAL	DIM 1	DIM 2	PROF	VOLUME
SAPATA S1	0,80 m	1,00 m	1,55 m	1,24 m³
SAPATA S2	0,80 m	1,00 m	1,55 m	1,24 m³
SAPATA S3	1,00 m	1,20 m	1,55 m	1,86 m³
SAPATA S4	1,00 m	1,20 m	1,55 m	1,86 m³
SAPATA S5	0,80 m	0,80 m	1,55 m	0,99 m³
SAPATA S6	0,80 m	0,80 m	1,55 m	0,99 m³
			TOTAL	8,18 m³

ESCAVAÇÃO PARA FUNDAÇÕES DO AMBULATÓRIO

TOTAL	11,50 m³
-------	----------

4.2	REATERRO C/COMPACTAÇÃO MANUAL S/CONTROLE, MATERIAL DA VALA	8,54	M3
REATERRO FUNDAÇÕES			
VOLUME ESCAVADO (ITEM 4.1)	11,50 m³		
DESCONTO - VOLUME CONCRETADO (ITEM 5.3) + LASTRO (ITEM 5.1) - SAPATAS E BALDRAMES	-2,96 m³		
TOTAL	8,54 m³		

REATERRO PARA FUNDAÇÕES DO AMBULATÓRIO

5INFRAESTRUTURA

5.1	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 3 CM. AF_01/2024			8,44	M2
LOCAL	COMPRIMENTO	LARGURA	VOLUME	LASTRO FUNDAÇÕES DO AMBULATÓRIO	
BALDRAMES	21,05 m	0,15 m	3,16 m²		
		TOTAL	3,16 m²		

LASTRO FUNDAÇÕES DO AMBULATÓRIO

LOCAL	DIM 1	DIM 2	VOLUME
SAPATA S1	0,80 m	1,00 m	0,80 m²
SAPATA S2	0,80 m	1,00 m	0,80 m²
SAPATA S3	1,00 m	1,20 m	1,20 m²
SAPATA S4	1,00 m	1,20 m	1,20 m²
SAPATA S5	0,80 m	0,80 m	0,64 m²

MEMÓRIA DE CÁLCULO DE QUANTIDADES

SAPATA S6	0,80 m	0,80 m	0,64 m²
TOTAL			5,28 m²
TOTAL			8,44 m²

5.2	FORMA PARA CONCRETO "IN LOCO", INCLUSIVE DESFORMA			27,82	M2
LOCAL	COMPRIMENTO	PERÍMETRO	ÁREA	FORMAS FUNDAÇÕES DO AMBULATÓRIO	
BALDRAMES	21,05 m	0,95 m	20,00 m²		
TOTAL			20,00 m²		

LOCAL	PERÍMETRO	ALTURA	ÁREA
SAPATA S1	1,30 m	0,30 m	0,39 m²
SAPATA S2	1,30 m	0,30 m	0,39 m²
SAPATA S3	1,30 m	0,30 m	0,39 m²
SAPATA S4	1,30 m	0,30 m	0,39 m²
SAPATA S5	1,20 m	0,30 m	0,36 m²
SAPATA S6	1,20 m	0,30 m	0,36 m²
TOTAL			2,28 m²

PILARES DE FUNDAÇÃO			
LOCAL	PERÍMETRO	COMPRIMENTO	ÁREA
P1	0,90 m	1,10 m	0,99 m²
P2	0,90 m	1,10 m	0,99 m²
P3	0,90 m	1,10 m	0,99 m²
P4	0,90 m	1,10 m	0,99 m²
P5	0,72 m	1,10 m	0,79 m²
P6	0,72 m	1,10 m	0,79 m²
TOTAL			5,54 m²
TOTAL			27,82 m²

5.3	CONCRETO P/VIBR., FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO			2,71	M3
LOCAL	VOLUME	VALORES DE ACORDO COM O PROJETO ESTRUTURAL		ESTRUTURA DO AMBULATÓRIO	
BALDRAMES, SAPATAS E PILARES DE FUNDAÇÃO	2,71 m³				
TOTAL	2,71 m³				

5.4	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ ELEVAÇÃO			2,71	M3
LOCAL	VOLUME	VALORES DE ACORDO COM O PROJETO ESTRUTURAL		ESTRUTURA DO AMBULATÓRIO	
BALDRAMES, SAPATAS E PILARES DE FUNDAÇÃO	2,71 m³				
TOTAL	2,71 m³				

5.5	ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm			141,36	KG
LOCAL	PESO	VALORES DE ACORDO COM O PROJETO ESTRUTURAL		ESTRUTURA DO AMBULATÓRIO	
8 mm	6,91 kg				
10 mm	134,45 kg				
TOTAL	141,36 kg				

5.6	ARMADURA CA-60 FINA D=3,40 A 6,40mm			24,73	KG
LOCAL	PESO	VALORES DE ACORDO COM O PROJETO ESTRUTURAL		ESTRUTURA DO AMBULATÓRIO	
5 mm	24,73 kg				
TOTAL	24,73 kg				

6 SUPERESTRUTURA

6.1	FORMA PARA CONCRETO "IN LOCO", INCLUSIVE DESFORMA			37,02	M2
LOCAL	VOLUME	VALORES DE ACORDO COM O PROJETO ESTRUTURAL		ESTRUTURA DO AMBULATÓRIO	
PILARES, VIGAS E LAJES	37,02 m³				
TOTAL	37,02 m³				

6.2	CONCRETO P/VIBR., FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO			2,94	M3
LOCAL	VOLUME	VALORES DE ACORDO COM O PROJETO ESTRUTURAL		ESTRUTURA DO AMBULATÓRIO	
PILARES, VIGAS E LAJES	2,94 m²				
TOTAL	2,94 m²				

6.3	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ ELEVAÇÃO			2,94	M3
-----	--	--	--	------	----

OBRA: REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.

ENDEREÇO: CRATO/CE.

FONTE DE PREÇOS: SINAPI 09/2025 CE; SEINFRA 028 - SEM DESONERAÇÃO.

DATA BASE: NOVEMBRO DE 2025.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DE QUANTIDADES

LOCAL	VOLUME		
PILARES, VIGAS E LAJES	2,94 m³	VALORES DE ACORDO COM O PROJETO ESTRUTURAL	ESTRUTURA DO AMBULATÓRIO
TOTAL	2,94 m³		

6.4	ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm		167,09	KG
LOCAL	PESO			
6,3 mm	19,27 kg	VALORES DE ACORDO COM O PROJETO ESTRUTURAL	ESTRUTURA DO AMBULATÓRIO	
8,0 mm	15,00 kg			
10,0 mm	132,82 kg			
TOTAL	167,09 kg			

6.5	ARMADURA CA-60 FINA D=3,40 A 6,40mm		31,64	KG
LOCAL	PESO			
5,0 mm	31,64 kg	VALORES DE ACORDO COM O PROJETO ESTRUTURAL	ESTRUTURA DO AMBULATÓRIO	
TOTAL	31,64 kg			

6.6	LAJE PRÉ-FABRICADA TRELIÇADA P/ PISO - VÃO DE 1,81 A 2,80 m		15,68	M2
LOCAL	ÁREA			
L1	7,84 m²	VALORES DE ACORDO COM O PROJETO ESTRUTURAL	ESTRUTURA DO AMBULATÓRIO	
L2	7,84 m²			
TOTAL	15,68 m²			

7 ALVENARIAS

7.1	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO FURADO (9x19x19)cm C/ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP.=10cm (1:2:8)		92,12	M2
LOCAL	ÁREA			
PAREDES AMBULATÓRIO	52,49 m²	24,58M X 0,4M 31,50M X 0,4M 5,60M X 2,50M		
CALÇADA AMBULATÓRIO	9,83 m²			
CALÇADA CASA DO GUARDA	15,80 m²			
PAREDE CENTRAL CASA DO GUARDA	14,00 m²			
TOTAL	92,12 m²			

8 COBERTURA

8.1	MADEIRAMENTO P/ TELHA CERÂMICA - (RIPA, CAIBRO, LINHA)		134,91	M2
LOCAL	ÁREA			
AMBULATÓRIO	37,80 m²			
CASA DO GUARDA	97,11 m²			
TOTAL	134,91 m²			

8.2	TELHA CERÂMICA		134,91	M2
LOCAL	ÁREA			
AMBULATÓRIO	37,80 m²			
CASA DO GUARDA	97,11 m²			
TOTAL	134,91 m²			

8.3	CUMEEIRA TELHA CERÂMICA, EMBOÇADA		15,25	M
LOCAL	ÁREA			
AMBULATÓRIO	6,00 m			
CASA DO GUARDA	9,25 m			
TOTAL	15,25 m			

8.4	FORRO DE LAMBRI DE MADEIRA (7x1)cm		50,47	M2
LOCAL	ÁREA			
CASA DO GUARDA	50,47 m²			
TOTAL	50,47 m²			

9 PISOS

9.1	ATERRO C/COMPACTAÇÃO MANUAL S/CONTROLE, MAT. C/AQUISIÇÃO		11,32	M3
LOCAL	ÁREA	ESPESSURA	VOLUME	
PISO INTERNO AMBULATÓRIO	15,75 m²	0,10 m	1,58 m³	ALT MÉDIA
PISO EXTERNO AMBULATÓRIO	9,80 m²	0,10 m	0,98 m³	
CALÇADA AMBULATÓRIO	14,59 m²	0,10 m	1,46 m³	
RAMPA AMBULATÓRIO	3,46 m²	0,04 m	0,14 m³	
CALÇADA CASA DO GUARDA	29,63 m²	0,22 m	6,52 m³	
RAMPA CASA DO GUARDA	2,93 m²	0,22 m	0,64 m³	ALT MÉDIA
TOTAL			11,32 m³	

MEMÓRIA DE CÁLCULO DE QUANTIDADES

9.2	PISO MORTO CONCRETO FCK=13,5MPa C/PREPARO E LANÇAMENTO			1,28	M3
	LOCAL	ÁREA	ESPESSURA	VOLUME	
	PISO INTERNO AMBULATÓRIO	15,75 m ²	0,05 m	0,79 m ³	
	PISO EXTERNO AMBULATÓRIO	9,80 m ²	0,05 m	0,49 m ³	
	TOTAL			1,28 m³	

9.3	CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ACIMA DE 30x30 cm (900 cm ²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PISO			94,02	M2
	LOCAL	ÁREA			
	PISO INTERNO AMBULATÓRIO	15,75 m ²			
	PISO EXTERNO AMBULATÓRIO	9,80 m ²			
	PISO INTERNO CASA DO GUARDA	50,47 m ²			
	PISO EXTERNO CASA DO GUARDA	18,00 m ²			
	TOTAL	94,02 m²			

9.4	REJUNTAMENTO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA, JUNTA ATÉ 2mm EM CERÂMICA, ACIMA DE 30x30 cm (900 cm ²) E PORCELANATOS (PAREDE/PISO)			94,02	M2
	LOCAL	ÁREA			
	PISO INTERNO AMBULATÓRIO	15,75 m ²			
	PISO EXTERNO AMBULATÓRIO	9,80 m ²			
	PISO INTERNO CASA DO GUARDA	50,47 m ²			
	PISO EXTERNO CASA DO GUARDA	18,00 m ²			
	TOTAL	94,02 m²			

9.5	PISO RÚSTICO DE CONCRETO RIPADO (1.00X1.00)m JUNTAS= 10cm ESP.= 8cm			50,61	M2
	LOCAL	ÁREA			
	CALÇADA AMBULATÓRIO	14,59 m ²			
	RAMPA AMBULATÓRIO	3,46 m ²			
	CALÇADA CASA DO GUARDA	29,63 m ²			
	RAMPA CASA DO GUARDA	2,93 m ²			
	TOTAL	50,61 m²			

9.6	RASPAGEM E LIMPEZA DO TERRENO			324,38	M2
	LOCAL	ÁREA			
	ENTRADA DA TRILHA	324,38 m ²			
	TOTAL	324,38 m²			

9.7	PISO INTERTRAVADO TIPO TIJOLINHO (20X10X8)CM 35MPa, COR CINZA - COMPACTAÇÃO MECANIZADA			324,38	M2
	LOCAL	ÁREA			
	ENTRADA DA TRILHA	324,38 m ²			
	TOTAL	324,38 m²			

9.8	LASTRO DE PÓ DE PEDRA			16,22	M3
	LOCAL	ÁREA	ESPESSURA	VOLUME	
	ENTRADA DA TRILHA	324,38 m ²	0,05 m ²	16,22 m ³	BASE PARA INTERTRAVADO
	TOTAL			16,22 m³	

10 REVESTIMENTOS

10.1	CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE			118,98	M2
	LOCAL	ÁREA			
	PAREDES INT AMBULATÓRIO	52,49 m ²			
	PAREDES EXT AMBULATÓRIO	52,49 m ²			
	PAREDE CENTRAL CASA DO GUARDA	14,00 m ²			
	TOTAL	118,98 m²			

10.2	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:4			118,98	M2
	LOCAL	ÁREA			
	PAREDES INT AMBULATÓRIO	52,49 m ²			
	PAREDES EXT AMBULATÓRIO	52,49 m ²			
	PAREDE CENTRAL CASA DO GUARDA	14,00 m ²			
	TOTAL	118,98 m²			

11 PINTURAS

11.1	LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES INTERNAS S/MASSA			178,89	M2
	LOCAL	ÁREA			

MEMÓRIA DE CÁLCULO DE QUANTIDADES

PAREDES INTERNAS AMBULATÓRIO	52,49 m²
PAREDES INTERNAS CASA DO GUARDA	126,40 m²
TOTAL	178,89 m²

11.2	LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS S/MASSA	147,05	M2
	LOCAL	ÁREA	
	PAREDES EXTERNAS AMBULATÓRIO	52,49 m²	
	PAREDES EXTERNAS CASA DO GUARDA	94,56 m²	
	TOTAL	147,05 m²	

11.3	VERNIZ 3 DEMÃOS EM ESQUADRIAS DE MADEIRA	3,41	M2
	LOCAL	ÁREA	
	PORTA	1,76 m²	ESQUADRIAS DO AMBULATÓRIO
	JANELA	1,65 m²	
	TOTAL	3,41 m²	

12 ESQUADRIAS

12.1	PORTA TIPO PARANÁ (0,80 x 2,10 m), COMPLETA	1,00	UN
	LOCAL	QUANTIDADE	
	AMBULATÓRIO	1,00	
	TOTAL	1,00	

12.2	JANELA TIPO FICHA (1.40X1.10)m - MADEIRA MISTA - COMPLETA - PADRÃO POPULAR	1,00	UN
	LOCAL	QUANTIDADE	
	AMBULATÓRIO	1,00	
	TOTAL	1,00	

13 INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

13.1	PIA DE AÇO INOX (1.20x0.60)m C/ 1 CUBA E ACESSÓRIOS	2,00	UN
	LOCAL	QUANTIDADE	
	AMBULATÓRIO	1,00	
	CASA DO GUARDA	1,00	
	TOTAL	2,00	

13.2	TUBO PVC BRANCO P/ESGOTO D=40mm (1 1/2")	20,00	M
	LOCAL	QUANTIDADE	
	AMBULATÓRIO	20,00 m	
	TOTAL	20,00 m	

13.3	JOELHO PVC BRANCO P/ESGOTO D=40mm (1 1/2")	3,00	UN
	LOCAL	QUANTIDADE	
	AMBULATÓRIO	3,00	
	TOTAL	3,00	

13.4	CAIXA D'ÁGUA EM FIBERGLASS - CAP. 500L	2,00	UN
	LOCAL	QUANTIDADE	
	AMBULATÓRIO	1,00	
	CASA DO GUARDA	1,00	
	TOTAL	2,00	

13.5	TUBO PVC SOLD. MARROM D= 20mm (1/2")	31,00	M
	LOCAL	QUANTIDADE	
	AMBULATÓRIO	18,00 m	
	CASA DO GUARDA	13,00 m	
	TOTAL	31,00 m	

13.6	COTOVELO PVC SOLD. MARROM D=20mm (1/2")	8,00	UN
	LOCAL	QUANTIDADE	
	AMBULATÓRIO	3,00	
	CASA DO GUARDA	5,00	
	TOTAL	8,00	

13.7	TORNEIRA DE PRESSÃO CROMADA LONGA P/PIA	2,00	UN
	LOCAL	QUANTIDADE	
	AMBULATÓRIO	1,00	
	CASA DO GUARDA	1,00	

MEMÓRIA DE CÁLCULO DE QUANTIDADES

TOTAL		2,00		
--------------	--	-------------	--	--

13.8	BOMBA CENTRÍFUGA DE 1/2 CV, INCLUSIVE MAT.DE SUCCÃO	2,00	UN
	LOCAL	QUANTIDADE	
	AMBULATÓRIO	1,00	
	CASA DO GUARDA	1,00	
	TOTAL	2,00	

13.9	CASA DE BOMBAS(1.5X1.5)m, EM ALVENARIA E CONCRETO	1,00	UN
	LOCAL	QUANTIDADE	
	P/ AS DUAS BOMBAS	1,00	
	TOTAL	1,00	

13.10	AUTOMÁTICO DE BOIA	2,00	UN
	LOCAL	QUANTIDADE	
	AMBULATÓRIO	1,00	
	CASA DO GUARDA	1,00	
	TOTAL	2,00	

13.11	REGISTRO DE GAVETA BRUTO D= 25mm (1")	2,00	UN
	LOCAL	QUANTIDADE	
	AMBULATÓRIO	1,00	
	CASA DO GUARDA	1,00	
	TOTAL	2,00	

14	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS		
-----------	------------------------------	--	--

14.1	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO EMBUTIR ATE 6 DIVISÕES, S/BARRAMENTO	1,00	UN
	LOCAL	QUANTIDADE	
	CASA DO GUARDA	1,00	
	TOTAL	1,00	

14.2	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, MONOFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 10 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_07/2020_PS	1,00	UN
	LOCAL	QUANTIDADE	
	ENTRADA	1,00	
	TOTAL	1,00	

14.3	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, RESISTÊNCIA NOMINAL 200KG, H= 7,00M, PESO APROXIMADO 670 KG	1,00	UN
	LOCAL	QUANTIDADE	
	INSTALAÇÃO	1,00	
	TOTAL	1,00	

14.4	CABO ISOLADO PVC 750V 2,5MM2	279,93	M
	LOCAL	QUANTIDADE	
	AMBULATÓRIO	150,79 m	
	CASA DO GUARDA	129,14 m	
	TOTAL	279,93 m	

INCLUINDO INSTALAÇÃO DA BOMBA + AUTOMATICO DE BOIA

INCLUINDO DO QUADRO NA CASA DO GUARDA ATÉ O AMBULATÓRIO + AUTOMATICO DE BOIA

14.5	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	15,00	M
	LOCAL	QUANTIDADE	
	AMBULATÓRIO	4,50 m	
	CASA DO GUARDA	10,50 m	
	TOTAL	15,00 m	

14.6	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	39,44	M
	QUANTIDADE		
	14,39 m		
	25,05 m		
	39,44 m		

14.7	LÂMPADA TUBULAR LED DE 18/20 W, COM SOQUETE, BASE G13 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024_PS	9,00	UN
	LOCAL	QUANTIDADE	
	AMBULATÓRIO	2,00	
	CASA DO GUARDA	7,00	
	TOTAL	9,00	

MEMÓRIA DE CÁLCULO DE QUANTIDADES

14.8	INTERRUPTOR DUAS TECLAS SIMPLES 10A 250V	2,00	UN
LOCAL	QUANTIDADE		
AMBULATÓRIO	1,00		
CASA DO GUARDA	1,00		
TOTAL	2,00		

14.9	INTERRUPTOR UMA TECLA SIMPLES E TOMADA UNIVERSAL 10A 250V	5,00	UN
LOCAL	QUANTIDADE		
CASA DO GUARDA	5,00		
TOTAL	5,00		

14.10	TOMADA UNIVERSAL 10A 250V	3,00	UN
LOCAL	QUANTIDADE		
CASA DO GUARDA	1,00		
CASA DO GUARDA	2,00		
TOTAL	3,00		

14.11	RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA, PARA ELETRODUTOS, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	15,00	M
LOCAL	QUANTIDADE		
AMBULATÓRIO	4,50 m		
CASA DO GUARDA	10,50 m		
TOTAL	15,00 m		

14.12	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA ELETRODUTOS COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	15,00	M
LOCAL	QUANTIDADE		
AMBULATÓRIO	4,50 m		
CASA DO GUARDA	10,50 m		
TOTAL	15,00 m		

15 BANCOS DE MADEIRA

15.1	BANCO DE MADEIRA C/ESTRUTURA DE FERRO - L= 3.00m	7,00	UN
LOCAL	QUANTIDADE		
ENTRADA DA TRILHA	7,00		
TOTAL	7,00		

16 REFORMA DO FOGÃO À LENHA


16.1	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO C/ARGAMASSA	2,00	M2
LOCAL	ÁREA		
FORNO NA CASA DO GUARDA	2,00 m²		
TOTAL	2,00 m²		

16.2	CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE	2,00	M2
LOCAL	ÁREA		
FORNO NA CASA DO GUARDA	2,00 m²		
TOTAL	2,00 m²		

16.3	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:4	2,00	M2
LOCAL	ÁREA		
FORNO NA CASA DO GUARDA	2,00 m²		
TOTAL	2,00 m²		

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	TOTAL (R\$)	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03
			VALOR	VALOR	VALOR
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	9.141,00	1.568,62	3.911,63	3.660,76
			17,16%	42,79%	40,05%
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	2.091,53	2.091,53		
			100,00%		
3	DEMOLIÇÕES	5.068,43	4.054,74	1.013,69	
			80,00%	20,00%	
4	ESCAVAÇÃO E REATERRO	1.192,07	1.192,07		
			100,00%		
5	INFRAESTRUTURA	10.418,35	7.813,76	2.604,59	
			75,00%	25,00%	
6	SUPERESTRUTURA	15.410,36		15.410,36	
				100,00%	
7	ALVENARIAS	7.611,88	2.283,56	5.328,32	
			30,00%	70,00%	
8	COBERTURA	42.543,54		21.271,77	21.271,77
				50,00%	50,00%
9	PISOS	58.328,31	11.665,66	20.414,91	26.247,74
			20,00%	35,00%	45,00%
10	REVESTIMENTOS	8.959,20		4.479,60	4.479,60
				50,00%	50,00%
11	PINTURAS	9.524,95	3.333,73	2.381,24	3.809,98
			35,00%	25,00%	40,00%
12	ESQUADRIAS	1.860,31			1.860,31
					100,00%
13	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	7.717,34		3.472,80	4.244,54
				45,00%	55,00%
14	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8.191,63		4.505,40	3.686,23
				55,00%	45,00%
15	BANCOS DE MADEIRA	10.095,12			10.095,12
					100,00%
16	REFORMA DO FOGÃO À LENHA	178,60			178,60
					100,00%
TOTAL COM BDI (R\$)		198.154,02	34.003,67	84.794,31	79.356,05
TOTAL COM BDI (%)		100%	17,16%	42,79%	40,05%
TOTAL ACUMULADO (R\$)			34.003,67	118.797,97	198.154,02
TOTAL ACUMULADO (%)			17,16%	59,95%	100,00%

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA





PREFEITURA DO

CRATO

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

OBRA: REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.

ENDEREÇO: CRATO/CE.

FONTE DE PREÇOS: SINAPI 09/2025 CE; SEINFRA 028 - SEM DESONERAÇÃO.

DATA BASE: NOVEMBRO DE 2025.

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

COMPOSIÇÕES SEINFRA/CE

CP000 - PRÓPRIA (INSUMOS SEINFRA/CE)					
ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA					
				UNIDADE:	%
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
I8590	ENCARREGADO GERAL/MESTRE DE OBRA	HxMÊS	0,1000	R\$ 6.963,71	R\$ 696,37
I8584	ENGENHEIRO JÚNIOR	HxMÊS	0,0900	R\$ 19.999,74	R\$ 1.799,98
TOTAL SIMPLES					R\$ 2.496,35
TOTAL PARA 3 MESES					R\$ 7.489,05
PREÇO UNITÁRIO (FRAÇÃO DE 100%)					R\$ 74,89

C1937 - PLACAS PADRÃO DE OBRA - M2					
MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I2543	SERVENTE	H	2,0000	20,2600	40,5200
				Total:	40,5200
MATERIAIS					
I0537	CHAPA DE AÇO GALVANIZADA ESP. 0.3MM	M2	1,0200	39,0300	39,8106
I1100	ESMALTE SINTETICO	L	1,0000	31,8800	31,8800
I1691	PONTALETE / BARROTE DE 3"x3"	M	4,5000	16,0900	72,4050
I1725	PREGO 15X15 (1.1/4" x 13) (APROXIMADAMENTE 672UN/KG)	KG	0,1500	15,9900	2,3985
				Total:	146,4941
				Total Simples:	187,01
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	0,00
				Valor Geral:	187,01

C1630 - LOCAÇÃO DA OBRA - EXECUÇÃO DE GABARITO - M2					
MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I0498	CARPINTEIRO	H	0,1300	26,8600	3,4918
I2543	SERVENTE	H	0,1300	20,2600	2,6338
				Total:	6,1256
MATERIAIS					
I0101	ARAME GALVANIZADO N.16 BWG	KG	0,0200	21,7300	0,4346
I1691	PONTALETE / BARROTE DE 3"x3"	M	0,0400	16,0900	0,6436
I1724	PREGO	KG	0,0120	17,0000	0,2040
I2429	TABUA DE VIROLA DE 12"x 1"	M2	0,0090	36,6400	0,3298
				Total:	1,6120
				Total Simples:	7,74
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	0,00
				Valor Geral:	7,74

C1049 - DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES - M3					
MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I2391	PEDREIRO	H	1,3000	26,8600	34,9180
I2543	SERVENTE	H	13,0000	20,2600	263,3800
				Total:	298,2980
				Total Simples:	298,30
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	0,00
				Valor Geral:	298,30

C1045 - DEMOLIÇÃO DE COBERTURA C/TELHAS CERÂMICAS - M2					
MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I2391	PEDREIRO	H	0,0600	26,8600	1,6116
I2543	SERVENTE	H	0,6000	20,2600	12,1560
				Total:	13,7676
				Total Simples:	13,77
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	0,00
				Valor Geral:	13,77

GABRIEL FERNANDO LEITE

Engenheiro Civil
CREA 0619267356

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

OBRA: REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.

ENDEREÇO: CRATO/CE.

FONTE DE PREÇOS: SINAPI 09/2025 CE; SEINFRA 028 - SEM DESONERAÇÃO.

DATA BASE: NOVEMBRO DE 2025.

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

C1066 - DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO - M2

MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I2391	PEDREIRO	H	0,1300	26,8600	3,4918
I2543	SERVENTE	H	1,3000	20,2600	26,3380
				Total:	29,8298
				Total Simples:	29,83
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	0,00
				Valor Geral:	29,83

C1256 - ESCAVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2M - M3

MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I2543	SERVENTE	H	2,9300	20,2600	59,3618
				Total:	59,3618
				Total Simples:	59,36
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	0,00
				Valor Geral:	59,36

C4301 - FORMA PARA CONCRETO "IN LOCO", INCLUSIVE DESFORMA - M2

MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I0041	AJUDANTE DE CARPINTEIRO	H	0,2500	21,1000	5,2750
I0498	CARPINTEIRO	H	0,2500	26,8600	6,7150
				Total:	11,9900
SERVIÇOS					
C4281	FORMA P/ CONCRETO "IN LOCO" (FABRICAÇÃO)	M2	0,2000	244,8414	48,9683
C4282	FORMA P/ CONCRETO "IN LOCO" (APLICAÇÃO)	M2	1,0000	95,4934	95,4934
				Total:	144,4617
				Total Simples:	156,45
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	0,00
				Valor Geral:	156,45

C0843 - CONCRETO P/VIBR., FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO - M3

EQUIPAMENTOS (CHORARIO)		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I0682	BETONEIRA ELÉTRICA 580L (CHP)	H	0,7140	27,5970	19,7042
				Total:	19,7042
MAO DE OBRA					
I2543	SERVENTE	H	6,0000	20,2600	121,5600
				Total:	121,5600
MATERIAIS					
I0109	AREIA MEDIA	M3	0,8669	83,5800	72,4555
I0280	BRITA	M3	0,6270	100,5000	63,0135
I0805	CIMENTO PORTLAND	KG	349,0000	0,7100	247,7900
I1605	PEDRISCO	M3	0,2090	100,5000	21,0045
				Total:	404,2635
				Total Simples:	545,53
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	0,00
				Valor Geral:	545,53

C1604 - LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ ELEVAÇÃO - M3

MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I2391	PEDREIRO	H	2,0000	26,8600	53,7200
I2543	SERVENTE	H	6,0000	20,2600	121,5600
				Total:	175,2800
				Total Simples:	175,28
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	0,00
				Valor Geral:	175,28

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

OBRA: REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.

ENDEREÇO: CRATO/CE.

FONTE DE PREÇOS: SINAPI 09/2025 CE; SEINFRA 028 - SEM DESONERAÇÃO.

DATA BASE: NOVEMBRO DE 2025.

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS**C0216 - ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm - KG**

MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I0040	AJUDANTE DE ARMADOR/FERREIRO	H	0,0800	21,1000	1,6880
I0121	ARMADOR/FERREIRO	H	0,0800	26,8600	2,1488
				Total:	3,8368
MATERIAIS					
I0103	ARAME RECOZIDO N.18 BWG	KG	0,0200	16,5300	0,3306
I0163	AÇO CA-50	KG	1,1500	7,1000	8,1650
				Total:	8,4956
Total Simples:					12,33
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					12,33

C0217 - ARMADURA CA-60 FINA D=3,40 A 6,40mm - KG

MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I0040	AJUDANTE DE ARMADOR/FERREIRO	H	0,0700	21,1000	1,4770
I0121	ARMADOR/FERREIRO	H	0,0700	26,8600	1,8802
				Total:	3,3572
MATERIAIS					
I0103	ARAME RECOZIDO N.18 BWG	KG	0,0200	16,5300	0,3306
I0169	AÇO CA-60	KG	1,1500	7,5900	8,7285
				Total:	9,0591
Total Simples:					12,42
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					12,42

C4301 - FORMA PARA CONCRETO "IN LOCO", INCLUSIVE DESFORMA - M2

MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I0041	AJUDANTE DE CARPINTEIRO	H	0,2500	21,1000	5,2750
I0498	CARPINTEIRO	H	0,2500	26,8600	6,7150
				Total:	11,9900
SERVIÇOS					
C4281	FORMA P/ CONCRETO "IN LOCO" (FABRICAÇÃO)	M2	0,2000	244,8414	48,9683
C4282	FORMA P/ CONCRETO "IN LOCO" (APLICAÇÃO)	M2	1,0000	95,4934	95,4934
				Total:	144,4617
Total Simples:					156,45
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					156,45

C0843 - CONCRETO P/VIBR., FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO - M3

EQUIPAMENTOS (CHORARIO)		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I0682	BETONEIRA ELÉTRICA 580L (CHP)	H	0,7140	27,5970	19,7042
				Total:	19,7042
MAO DE OBRA					
I2543	SERVENTE	H	6,0000	20,2600	121,5600
				Total:	121,5600
MATERIAIS					
I0109	AREIA MEDIA	M3	0,8669	83,5800	72,4555
I0280	BRITA	M3	0,6270	100,5000	63,0135
I0805	CIMENTO PORTLAND	KG	349,0000	0,7100	247,7900
I1605	PEDRISCO	M3	0,2090	100,5000	21,0045
				Total:	404,2635
Total Simples:					545,53
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					545,53

GABRIEL FERNANDO LEITE

Engenheiro Civil

CREA 0619267356

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

OBRA: REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.

ENDEREÇO: CRATO/CE.

FONTE DE PREÇOS: SINAPI 09/2025 CE; SEINFRA 028 - SEM DESONERAÇÃO.

DATA BASE: NOVEMBRO DE 2025.

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

C1604 - LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ ELEVAÇÃO - M3

MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
I2391	PEDREIRO	H	2,0000	26,8600	53,7200
I2543	SERVENTE	H	6,0000	20,2600	121,5600
				Total:	175,2800
Total Simples:					175,28
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					175,28

C0216 - ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm - KG

MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
I0040	AJUDANTE DE ARMADOR/FERREIRO	H	0,0800	21,1000	1,6880
I0121	ARMADOR/FERREIRO	H	0,0800	26,8600	2,1488
				Total:	3,8368
MATERIAIS					
I0103	ARAME RECOZIDO N.18 BWG	KG	0,0200	16,5300	0,3306
I0163	AÇO CA-50	KG	1,1500	7,1000	8,1650
				Total:	8,4956
Total Simples:					12,33
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					12,33

C0217 - ARMADURA CA-60 FINA D=3,40 A 6,40mm - KG

MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
I0040	AJUDANTE DE ARMADOR/FERREIRO	H	0,0700	21,1000	1,4770
I0121	ARMADOR/FERREIRO	H	0,0700	26,8600	1,8802
				Total:	3,3572
MATERIAIS					
I0103	ARAME RECOZIDO N.18 BWG	KG	0,0200	16,5300	0,3306
I0169	AÇO CA-60	KG	1,1500	7,5900	8,7285
				Total:	9,0591
Total Simples:					12,42
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					12,42

C4451 - LAJE PRÉ-FABRICADA TRELIÇADA P/ PISO - VÃO DE 1,81 A 2,80 m - M2

MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
I2391	PEDREIRO	H	0,3500	26,8600	9,4010
I2543	SERVENTE	H	0,3500	20,2600	7,0910
				Total:	16,4920
MATERIAIS					
I0169	AÇO CA-60	KG	0,7400	7,5900	5,6166
I1691	PONTALETE / BARROTE DE 3"x3"	M	1,3000	16,0900	20,9170
I1728	PREGO 18X27 (2.1/2" X 10) (APROXIMADAMENTE 198UN/KG)	KG	0,0300	14,2000	0,4260
I1846	SARRAFO DE 1"x4"	M	0,9700	6,0500	5,8685
I1916	TABUA DE 1" DE 3A. - L = 30cm	M	0,6500	12,7700	8,3005
I8278	LAJE PRÉ-FABRICADA TRELIÇADA P/ PISO, DE 8 cm DE ALTURA E 2 cm DE CAPEADO - VÃO DE 2,01 A 3,0 m	M2	1,0000	54,4100	54,4100
				Total:	95,5386
SERVIÇOS					
C0840	CONCRETO P/VIBR., FCK 15 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	M3	0,0400	508,1744	20,3270
C1603	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO C/ ELEVAÇÃO	M3	0,0400	296,3800	11,8552
				Total:	32,1822
Total Simples:					144,21
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					144,21

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

OBRA: REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.

ENDEREÇO: CRATO/CE.

FONTE DE PREÇOS: SINAPI 09/2025 CE; SEINFRA 028 - SEM DESONERAÇÃO.

DATA BASE: NOVEMBRO DE 2025.

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

C0073 - ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO FURADO (9x19x19)cm C/ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP.=10cm (1:2:8) - M2

MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
I2391	PEDREIRO	H	1,0000	26,8600	26,8600
I2543	SERVENTE	H	1,1200	20,2600	22,6912
				Total:	49,5512
MATERIAIS					
I0109	AREIA MEDIA	M3	0,0150	83,5800	1,2537
I0441	CAL HIDRATADA	KG	2,1800	0,9600	2,0928
I0805	CIMENTO PORTLAND	KG	2,1800	0,7100	1,5478
I2081	TIJOLO CERÂMICO FURADO 9X19X19CM	UN	25,0000	0,5300	13,2500
				Total:	18,1443
Total Simples:					67,70
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					67,70

C4460 - MADEIRAMENTO P/ TELHA CERÂMICA - (RIPA, CAIBRO, LINHA) - M2

MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
I0041	AJUDANTE DE CARPINTEIRO	H	1,0000	21,1000	21,1000
I0498	CARPINTEIRO	H	1,0000	26,8600	26,8600
				Total:	47,9600
MATERIAIS					
I0405	CAIBRO DE 2"x1"	M	3,5000	6,4000	22,4000
I1724	PREGO	KG	0,1200	17,0000	2,0400
I1824	RIPA DE PEROBA (MADEIRA DE 1A QUALIDADE) DE 1X5CM	M	3,5000	1,7200	6,0200
I6519	LINHA DE MASSARANDUBA 12 x 6 CM (5" x 2 1/2")	M	1,3300	26,0900	34,6997
				Total:	65,1597
Total Simples:					113,12
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					113,12

C4462 - TELHA CERÂMICA - M2

MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
I2391	PEDREIRO	H	1,1000	26,8600	29,5460
I2543	SERVENTE	H	1,1000	20,2600	22,2860
				Total:	51,8320
MATERIAIS					
I2045	TELHA CERÂMICA COLONIAL	UN	33,0000	0,7100	23,4300
				Total:	23,4300
Total Simples:					75,26
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					75,26

C4463 - CUMEEIRA TELHA CERÂMICA, EMBOÇADA - M

MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
I2391	PEDREIRO	H	0,5000	26,8600	13,4300
I2543	SERVENTE	H	0,5000	20,2600	10,1300
				Total:	23,5600
MATERIAIS					
I0926	CUMEEIRA PARA TELHA CERAMICA	UN	3,0000	2,5600	7,6800
				Total:	7,6800
SERVIÇOS					
C0200	ARGAMASSA MISTA DE CIMENTO CAL HIDR. E AREIA S/PEN. TRAÇO 1:2:9	M3	0,0020	574,7733	1,1495
				Total:	1,1495
Total Simples:					32,39
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					32,39

GABRIEL FERNANDO LEITE

Engenheiro Civil
CREA 0619267356

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

OBRA: REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.

ENDEREÇO: CRATO/CE.

FONTE DE PREÇOS: SINAPI 09/2025 CE; SEINFRA 028 - SEM DESONERAÇÃO.

DATA BASE: NOVEMBRO DE 2025.

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

C2998 - FORRO DE LAMBRI DE MADEIRA (7x1)cm - M2

MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
I0041	AJUDANTE DE CARPINTEIRO	H	1,3000	21,1000	27,4300
I0498	CARPINTEIRO	H	1,3000	26,8600	34,9180
				Total:	62,3480
MATERIAIS					
I0405	CAIBRO DE 2"x1"	M	2,2000	6,4000	14,0800
I2480	LAMBRI 7x1cm EM ANGELIM	M2	1,1000	89,6000	98,5600
I2494	PREGO 12 x 12	KG	0,1200	19,0300	2,2836
				Total:	114,9236
Total Simples:					177,27
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					177,27

C0330 - ATERRO C/COMPACTAÇÃO MANUAL S/CONTROLE, MAT. C/AQUISIÇÃO - M3

MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
I2543	SERVENTE	H	1,7000	20,2600	34,4420
				Total:	34,4420
MATERIAIS					
I0111	AREIA VERMELHA	M3	1,1000	70,0000	77,0000
				Total:	77,0000
Total Simples:					111,44
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					111,44

C3001 - CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ACIMA DE 30x30 cm (900 cm²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PISO - M2

MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
I1328	LADRILHISTA	H	0,6000	26,8600	16,1160
I2543	SERVENTE	H	0,6000	20,2600	12,1560
				Total:	28,2720
MATERIAIS					
I6500	CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA DIMENSÕES MAIORES DE 30x30cm (900 cm²) - PEI-5/PEI-4	M2	1,1000	52,9000	58,1900
I6508	ARGAMASSA COLANTE PRÉ-FABRICADA P/ CERÂMICAS E PORCELANATOS	KG	8,0000	2,4200	19,3600
				Total:	77,5500
Total Simples:					105,82
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					105,82

C1925 - PISO RÚSTICO DE CONCRETO RIPADO (1.00X1.00)m JUNTAS= 10cm ESP.= 8cm - M2

EQUIPAMENTOS (CHORARIO)		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
I0682	BETONEIRA ELÉTRICA 580L (CHP)	H	0,0550	27,5970	1,5178
				Total:	1,5178
MAO DE OBRA					
I2391	PEDREIRO	H	1,2000	26,8600	32,2320
I2543	SERVENTE	H	2,4200	20,2600	49,0292
				Total:	81,2612
MATERIAIS					
I0109	AREIA MEDIA	M3	0,0721	83,5800	6,0261
I0280	BRITA	M3	0,0653	100,5000	6,5627
I0805	CIMENTO PORTLAND	KG	22,0000	0,7100	15,6200
I1826	RIPA DE PEROBA (MADEIRA DE 1A QUALIDADE) DE 2X8CM	M	0,4000	4,5300	1,8120
				Total:	30,0207
Total Simples:					112,80
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					112,80

GABRIEL FERNANDO LEITE

Engenheiro Civil
CREA 0619267356

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

OBRA: REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.

ENDEREÇO: CRATO/CE.

FONTE DE PREÇOS: SINAPI 09/2025 CE; SEINFRA 028 - SEM DESONERAÇÃO.

DATA BASE: NOVEMBRO DE 2025.

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS**C2102 - RASPAGEM E LIMPEZA DO TERRENO - M2**

MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I2543	SERVENTE	H	0,2500	20,2600	5,0650
				Total:	5,0650
				Total Simples:	5,07
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	0,00
				Valor Geral:	5,07

C4917 - PISO INTERTRAVADO TIPO TIJOLINHO (20X10X8)CM 35MPA, COR CINZA - COMPACTAÇÃO MECANIZADA - M2

EQUIPAMENTOS (CHORARIO)		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I0612	COMPACTADOR DE PLACA VIBRATÓRIA HP 7 (CHI)	H	0,1211	34,8011	4,2144
I0725	COMPACTADOR DE PLACA VIBRATÓRIA HP 7 (CHP)	H	0,0055	51,5141	0,2833
				Total:	4,4977
MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I0445	CALCETEIRO	H	0,2531	26,8600	6,7983
I2543	SERVENTE	H	0,2531	20,2600	5,1278
				Total:	11,9261
MATERIAIS		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I0109	AREIA MEDIA	M3	0,0568	83,5800	4,7473
I2403	PÓ DE PEDRA	M3	0,0087	77,1300	0,6710
I9104	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO RETANGULAR/TIJOLINHO/PAVER/HOLANDES/PARALELEPIPEDO, 20 CM X 10 CM E 5 CM DE RESISTENCIA DE COMPRESSÃO NOMINAL	M2	1,0030	56,6100	56,7798
				Total:	62,1981
				Total Simples:	78,62
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	0,00
				Valor Geral:	78,62

C2864 - LASTRO DE PÓ DE PEDRA - M3

MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I2543	SERVENTE	H	1,3000	20,2600	26,3380
				Total:	26,3380
MATERIAIS		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I2403	PÓ DE PEDRA	M3	1,1500	77,1300	88,6995
				Total:	88,6995
				Total Simples:	115,04
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	0,00
				Valor Geral:	115,04

C0776 - CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE - M2

MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I2391	PEDREIRO	H	0,1000	26,8600	2,6860
I2543	SERVENTE	H	0,1500	20,2600	3,0390
				Total:	5,7250
MATERIAIS		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I0109	AREIA MEDIA	M3	0,0061	83,5800	0,5098
I0805	CIMENTO PORTLAND	KG	2,4300	0,7100	1,7253
				Total:	2,2351
				Total Simples:	7,96
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	0,00
				Valor Geral:	7,96

C3037 - REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:4 - M2

MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I2391	PEDREIRO	H	0,6000	26,8600	16,1160
I2543	SERVENTE	H	0,6000	20,2600	12,1560
				Total:	28,2720
SERVIÇOS		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
C0165	ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PEN. TRAÇO 1:4	M3	0,0250	1.018,2203	25,4555
				Total:	25,4555

GABRIEL FERNANDO LEITE

Engenheiro Civil

CREA 0619267356

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

OBRA: REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.

ENDEREÇO: CRATO/CE.

FONTE DE PREÇOS: SINAPI 09/2025 CE; SEINFRA 028 - SEM DESONERAÇÃO.

DATA BASE: NOVEMBRO DE 2025.

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

Total Simples: 53,73
Encargos Sociais: INCLUSO
Valor BDI: 0,00
Valor Geral: 53,73

C1615 - LATEX DUAS DEMAOS EM PAREDES INTERNAS S/MASSA - M2

MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I0045	AJUDANTE DE PINTOR	H	0,3500	21,1000	7,3850
I2395	PINTOR	H	0,4000	26,8600	10,7440
				Total:	18,1290
MATERIAIS					
I1347	LIXA PARA MADEIRA/MASSA	UN	0,2500	0,7000	0,1750
I1490	LÍQUIDO SELADOR PARA PINTURA LATEX	L	0,1200	12,0800	1,4496
I2096	TINTA LATEX	L	0,1700	18,2200	3,0974
				Total:	4,7220
				Total Simples:	22,85
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	0,00
				Valor Geral:	22,85

C2667 - VERNIZ 3 DEMÃOS EM ESQUADRIAS DE MADEIRA - M2

MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I0045	AJUDANTE DE PINTOR	H	0,3000	21,1000	6,3300
I2395	PINTOR	H	0,4000	26,8600	10,7440
				Total:	17,0740
MATERIAIS					
I0035	AGUARRÁS MINERAL	L	0,0500	20,2900	1,0145
I1347	LIXA PARA MADEIRA/MASSA	UN	1,0000	0,7000	0,7000
I2250	VERNIZ SINTÉTICO	L	0,2700	33,0900	8,9343
				Total:	10,6488
				Total Simples:	27,72
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	0,00
				Valor Geral:	27,72

C4428 - PORTA TIPO PARANÁ (0,80 x 2,10 m), COMPLETA - UN

SERVIÇOS		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
C4421	FORRAMENTO DE MADEIRA L = 15 cm	CJ	1,0000	594,8531	594,8531
C4422	ALIZAR DE MADEIRA L= 5 cm (1 FACE)	CJ	2,0000	48,5940	97,1880
C4427	PORTA TIPO PARANÁ (0,80 x 2,10 m), C/ FERRAGENS	UN	1,0000	405,1580	405,1580
				Total:	1.097,1991
				Total Simples:	1.097,20
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	0,00
				Valor Geral:	1.097,20

C3017 - PIA DE AÇO INOX (1.20x0.60)m C/ 1 CUBA E ACESSÓRIOS - UN

MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I0043	AJUDANTE DE ENCANADOR	H	2,0000	21,1000	42,2000
I2320	ENCANADOR	H	2,0000	26,1800	52,3600
I2391	PEDREIRO	H	2,0000	26,8600	53,7200
I2543	SERVENTE	H	2,0000	20,2600	40,5200
				Total:	188,8000
MATERIAIS					
I0108	AREIA GROSSA	M3	0,0190	119,5800	2,2720
I0169	AÇO CA-60	KG	0,6000	7,5900	4,5540
I0805	CIMENTO PORTLAND	KG	9,8300	0,7100	6,9793
I1605	PEDRISCO	M3	0,0260	100,5000	2,6130
I1863	SIFÃO CROMADO 2"	UN	1,0000	209,3700	209,3700
I2264	VÁLVULA AMERICANA P/PIA 3 1/2"	UN	1,0000	56,2000	56,2000
I2344	FITA VEDA ROSCA 25M x 3/4"	UN	1,1000	9,1000	10,0100
I2487	PIA EM INOX C/ 1 CUBA 1,20x0,60 - C18/A304	UN	1,0000	219,9000	219,9000
I2503	TORNEIRA DE METAL BRANCO 3/4", CANO LONGO (PADRÃO POPULAR)	UN	1,0000	47,4900	47,4900

GABRIEL FERNANDO LEITE

Engenheiro Civil
CREA 0619267356

OBRA: REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.

ENDEREÇO: CRATO/CE.

FONTE DE PREÇOS: SINAPI 09/2025 CE; SEINFRA 028 - SEM DESONERAÇÃO.

DATA BASE: NOVEMBRO DE 2025.

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

Total:	559,3883
Total Simples:	748,19
Encargos Sociais:	INCLUSO
Valor BDI:	0,00
Valor Geral:	748,19

C2595 - TUBO PVC BRANCO P/ESGOTO D=40mm (1 1/2") - M

MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I0043	AJUDANTE DE ENCANADOR	H	0,2400	21,1000	5,0640
I2320	ENCANADOR	H	0,2400	26,1800	6,2832
		Total:			11,3472
MATERIAIS					
I0026	ADESIVO PARA TUBO DE PVC RIGIDO	KG	0,0050	63,3600	0,3168
I1888	SOLUÇÃO LIMPADORA PARA PVC RIGIDO	L	0,0075	61,0200	0,4577
I2194	TUBO PVC ESGOTO DE 40MM (1 1/2") - (NBR 5688)	M	1,0100	6,9100	6,9791
		Total:			7,7535
		Total Simples:			19,10
		Encargos Sociais:			INCLUSO
		Valor BDI:			0,00
		Valor Geral:			19,10

C1551 - JOELHO PVC BRANCO P/ESGOTO D=40mm (1 1/2") - UN

MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I0043	AJUDANTE DE ENCANADOR	H	0,2800	21,1000	5,9080
I2320	ENCANADOR	H	0,2800	26,1800	7,3304
		Total:			13,2384
MATERIAIS					
I0026	ADESIVO PARA TUBO DE PVC RIGIDO	KG	0,0100	63,3600	0,6336
I1283	JOELHO PVC PARA ESGOTO DE 40MM	UN	1,0000	2,3600	2,3600
I1888	SOLUÇÃO LIMPADORA PARA PVC RIGIDO	L	0,0150	61,0200	0,9153
		Total:			3,9089
		Total Simples:			17,15
		Encargos Sociais:			INCLUSO
		Valor BDI:			0,00
		Valor Geral:			17,15

C3441 - CAIXA D'ÁGUA EM FYBERGLASS - CAP. 500L - UN

MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I2543	SERVENTE	H	0,7000	20,2600	14,1820
		Total:			14,1820
MATERIAIS					
I6226	CAIXA D'ÁGUA EM FYBERGLASS CAP.500L, COM TAMPA	UN	1,0000	361,6900	361,6900
		Total:			361,6900
		Total Simples:			375,87
		Encargos Sociais:			INCLUSO
		Valor BDI:			0,00
		Valor Geral:			375,87

C2615 - TUBO PVC SOLD. MARROM D= 20mm (1/2") - M

MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I0043	AJUDANTE DE ENCANADOR	H	0,0900	21,1000	1,8990
I2320	ENCANADOR	H	0,0900	26,1800	2,3562
		Total:			4,2552
MATERIAIS					
I0026	ADESIVO PARA TUBO DE PVC RIGIDO	KG	0,0004	63,3600	0,0253
I1888	SOLUÇÃO LIMPADORA PARA PVC RIGIDO	L	0,0002	61,0200	0,0122
I2199	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 20MM (1/2")	M	1,0100	3,1000	3,1310
		Total:			3,1685
		Total Simples:			7,42
		Encargos Sociais:			INCLUSO
		Valor BDI:			0,00
		Valor Geral:			7,42

OBRA: REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.

ENDEREÇO: CRATO/CE.

FONTE DE PREÇOS: SINAPI 09/2025 CE; SEINFRA 028 - SEM DESONERAÇÃO.

DATA BASE: NOVEMBRO DE 2025.

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS**C0952 - COTOVELO PVC SOLD. MARROM D=20mm (1/2") - UN**

MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I0043	AJUDANTE DE ENCANADOR	H	0,1800	21,1000	3,7980
I2320	ENCANADOR	H	0,1800	26,1800	4,7124
				Total:	8,5104
MATERIAIS					
I0026	ADESIVO PARA TUBO DE PVC RIGIDO	KG	0,0050	63,3600	0,3168
I0883	COTOVELO PVC SOLDAVEL DE 20MM	UN	1,0000	0,6500	0,6500
I1888	SOLUÇÃO LIMPADORA PARA PVC RIGIDO	L	0,0020	61,0200	0,1220
				Total:	1,0888
Total Simples:					9,60
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					9,60

C2504 - TORNEIRA DE PRESSÃO CROMADA LONGA P/PIA - UN

MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I0043	AJUDANTE DE ENCANADOR	H	0,6500	21,1000	13,7150
I2320	ENCANADOR	H	0,6500	26,1800	17,0170
				Total:	30,7320
MATERIAIS					
I1180	FITA DE VEDAÇÃO	M	0,2800	0,3600	0,1008
I2131	TORNEIRA DE PRESSÃO CROMADA LONGA P/PIA 3/4"	UN	1,0000	110,3800	110,3800
				Total:	110,4808
Total Simples:					141,21
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					141,21

C0441 - BOMBA CENTRÍFUGA DE 1/2 CV, INCLUSIVE MAT.DE SUCCÃO - UN

MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I0043	AJUDANTE DE ENCANADOR	H	2,5000	21,1000	52,7500
I2312	ELETRICISTA	H	0,5000	26,8500	13,4250
I2320	ENCANADOR	H	2,5000	26,1800	65,4500
				Total:	131,6250
MATERIAIS					
I0026	ADESIVO PARA TUBO DE PVC RIGIDO	KG	0,2500	63,3600	15,8400
I0251	BOMBA CENTRIFUGA P=1/2CV	UN	1,0000	521,4200	521,4200
I1180	FITA DE VEDAÇÃO	M	3,0000	0,3600	1,0800
I1298	JOELHO PVC ROSCAVEL DE 3/4"	UN	1,0000	2,8700	2,8700
I2223	TUBO PVC RÍGIDO ROSCAVEL DE 3/4"	M	6,0000	11,1100	66,6600
I2286	VÁLVULA RETENÇÃO. PÉ C/CRIVO - 20MM (3/4')	UN	1,0000	59,5400	59,5400
				Total:	667,4100
Total Simples:					799,04
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					799,04

C0729 - CASA DE BOMBAS(1.5X1.5)m, EM ALVENARIA E CONCRETO - UN

MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I0045	AJUDANTE DE PINTOR	H	1,5000	21,1000	31,6500
I2391	PEDREIRO	H	10,5000	26,8600	282,0300
I2543	SERVENTE	H	12,0000	20,2600	243,1200
				Total:	556,8000
MATERIAIS					
I0103	ARAME RECOZIDO N.18 BWG	KG	0,4500	16,5300	7,4385
I0108	AREIA GROSSA	M3	0,1800	119,5800	21,5244
I0163	AÇO CA-50	KG	14,5000	7,1000	102,9500
I0280	BRITA	M3	0,1860	100,5000	18,6930
I0441	CAL HIDRATADA	KG	13,5000	0,9600	12,9600
I0805	CIMENTO PORTLAND	KG	85,0000	0,7100	60,3500
I1100	ESMALTE SINTETICO	L	1,3500	31,8800	43,0380
I1222	GRADE DE FERRO	M2	0,6000	108,6800	65,2080
I1346	LIXA PARA FERRO	UN	0,5000	2,1400	1,0700

GABRIEL FERNANDO LEITE

Engenheiro Civil

CREA 0619267356

OBRA: REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.

ENDEREÇO: CRATO/CE.

FONTE DE PREÇOS: SINAPI 09/2025 CE; SEINFRA 028 - SEM DESONERAÇÃO.

DATA BASE: NOVEMBRO DE 2025.

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

I2081	TIJOLO CERÂMICO FURADO 9X19X19CM	UN	225,0000	0,5300	119,2500
I2082	TIJOLO MACIÇO COMUM	UN	119,5000	0,4700	56,1650
I2098	TINTA MINERAL IMPERMEÁVEL EM PÓ	KG	2,5000	2,6800	6,7000
I2293	ZARCÃO	L	1,5000	28,8100	43,2150
Total:					558,5619
Total Simples:					1.115,36
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					1.115,36

C2158 - REGISTRO DE GAVETA BRUTO D= 25mm (1") - UN

MAO DE OBRA					
I0043	AJUDANTE DE ENCANADOR	H	0,5400	21,1000	11,3940
I2320	ENCANADOR	H	0,5400	26,1800	14,1372
Total:					25,5312
MATERIAIS					
I1180	FITA DE VEDAÇÃO	M	1,2000	0,3600	0,4320
I1799	REGISTRO DE GAVETA BRUTO 25MM (1')	UN	1,0000	54,3500	54,3500
Total:					54,7820
Total Simples:					80,31
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					80,31

C2078 - QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO EMBUTIR ATÉ 6 DIVISÕES, S/BARRAMENTO - UN

MAO DE OBRA					
I0042	AJUDANTE DE ELETRICISTA	H	1,2000	21,1000	25,3200
I2312	ELETRICISTA	H	1,2000	26,8500	32,2200
Total:					57,5400
MATERIAIS					
I2412	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA 6 CIRCUITOS	UN	1,0000	47,0400	47,0400
Total:					47,0400
Total Simples:					104,58
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					104,58

C4958 - POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, RESISTÊNCIA NOMINAL 200KG, H= 7,00M, PESO APROXIMADO 670 KG - UN

EQUIPAMENTOS (CHORARIO)					
I0705	CAMINHÃO COMERC. EQUIP. C/GUINDASTE (CHP)	H	1,0000	172,7113	172,7113
Total:					172,7113
MAO DE OBRA					
I2543	SERVENTE	H	2,0000	20,2600	40,5200
Total:					40,5200
MATERIAIS					
I9455	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, RESISTÊNCIA NOMINAL 200KG, H= 7,00M, PESO APROXIMADO 470 KG	UN	1,0000	576,8700	576,8700
Total:					576,8700
SERVIÇOS					
C0836	CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PREPARO MANUAL	M3	0,2700	520,8881	140,6398
C1604	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ ELEVAÇÃO	M3	0,2700	175,2800	47,3256
C2784	ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1A.CAT. PROF. ATÉ 1.50m	M3	0,3600	53,6890	19,3280
Total:					207,2934
Total Simples:					997,39
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					997,39

C1479 - INTERRUPTOR DUAS TECLAS SIMPLES 10A 250V - UN

MAO DE OBRA					
I0042	AJUDANTE DE ELETRICISTA	H	0,3700	21,1000	7,8070
I2312	ELETRICISTA	H	0,3700	26,8500	9,9345
Total:					17,7415

GABRIEL FERNANDO LEITE

Engenheiro Civil

CREA 0619267356

OBRA: REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.

ENDEREÇO: CRATO/CE.

FONTE DE PREÇOS: SINAPI 09/2025 CE; SEINFRA 028 - SEM DESONERAÇÃO.

DATA BASE: NOVEMBRO DE 2025.

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS**MATERIAIS**

I1263	INTERRUPTOR 2 TECLAS SIMPLES	UN	1,0000	14,9000	14,9000
				Total:	14,9000
				Total Simples:	32,64
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	0,00
				Valor Geral:	32,64

C2493 - TOMADA UNIVERSAL 10A 250V - UN

MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
I0042	AJUDANTE DE ELETRICISTA	H	0,2100	21,1000	4,4310
I2312	ELETRICISTA	H	0,2100	26,8500	5,6385
				Total:	10,0695
MATERIAIS		UN	1,0000	9,3500	9,3500
I2119	TOMADA UNIVERSAL 2POLOS	UN	1,0000	9,3500	9,3500
				Total:	9,3500
				Total Simples:	19,42
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	0,00
				Valor Geral:	19,42

C0360 - BANCO DE MADEIRA C/ESTRUTURA DE FERRO - L= 3.00m - UN

MATERIAIS		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
I0188	BANCO DE MADEIRA C/ESTRUTURA DE FERRO - L=3,00M	UN	1,0000	1.181,5200	1.181,5200
				Total:	1.181,5200
				Total Simples:	1.181,52
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	0,00
				Valor Geral:	1.181,52

C1070 - DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO C/ARGAMASSA - M2

MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
I2391	PEDREIRO	H	0,0500	26,8600	1,3430
I2543	SERVENTE	H	0,5000	20,2600	10,1300
				Total:	11,4730
				Total Simples:	11,47
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	0,00
				Valor Geral:	11,47

C0776 - CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE - M2

MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
I2391	PEDREIRO	H	0,1000	26,8600	2,6860
I2543	SERVENTE	H	0,1500	20,2600	3,0390
				Total:	5,7250
MATERIAIS		M3	0,0061	83,5800	0,5098
I0109	AREIA MEDIA	M3	0,0061	83,5800	0,5098
I0805	CIMENTO PORTLAND	KG	2,4300	0,7100	1,7253
				Total:	2,2351
				Total Simples:	7,96
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	0,00
				Valor Geral:	7,96

C3037 - REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:4 - M2

MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
I2391	PEDREIRO	H	0,6000	26,8600	16,1160
I2543	SERVENTE	H	0,6000	20,2600	12,1560
				Total:	28,2720
SERVIÇOS		M3	0,0250	1.018,2203	25,4555
C0165	ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PEN. TRAÇO 1:4	M3	0,0250	1.018,2203	25,4555
				Total:	25,4555
				Total Simples:	53,73

GABRIEL FERNANDO LEITE

Engenheiro Civil

CREA 0619267356

OBRA: REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.

ENDEREÇO: CRATO/CE.

FONTE DE PREÇOS: SINAPI 09/2025 CE; SEINFRA 028 - SEM DESONERAÇÃO.

DATA BASE: NOVEMBRO DE 2025.

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

Encargos Sociais: **INCLUSO**
 Valor BDI: **0,00**
 Valor Geral: **53,73**

COMPOSIÇÕES SINAPI/CE**96617 - LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 3 CM. AF_01/2024 - M2**

Código	Descrição	Unidade	Coeficiente	Preço	Total
94968	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	M3	0,0339	424,5500	14,3900
88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0508	23,5600	1,1900
88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1863	30,5800	5,6900
TOTAL:					21,27

101489 - ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, MONOFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 10 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_07/2020_PS - UN

Código	Descrição	Unidade	Coeficiente	Preço	Total
104749	CONECTOR GRAMPO METÁLICO TIPO OLHAL, PARA SPDA, PARA HASTE DE ATERRAMENTO DE 3/4" E CABOS DE 10 A 50 MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	1,0000	18,7000	18,7000
100578	ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 9 M, CARGA NOMINAL MENOR OU IGUAL A 1000 DAN, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1,5 M DE SOLO (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_04/2025	UN	1,0000	620,9300	620,9300
96986	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 3/4", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	1,0000	101,5700	101,5700
96977	CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM², ENTERRADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	M	1,9500	63,4700	123,7600
93659	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1,0000	25,7500	25,7500
91933	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	11,0000	17,7400	195,1400
91919	CURVA 180 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,0000	23,0500	23,0500
91917	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,0000	21,5500	21,5500
91885	LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,0000	13,5500	13,5500
91872	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	6,0500	18,5000	111,9200
88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,5078	30,9600	108,6000
88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3897	25,2200	9,8200
39997	PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 1/4"	UN	2,0000	0,4200	0,8400
39996	VERGALHAO ZINCADO ROSCA TOTAL, 1/4" (6,3 MM)	M	0,1664	5,2600	0,8700
39808	CAIXA PARA MEDIDOR MONOFASICO, EM POLICARBONATO / TERMOPLASTICO, PARA ALOJAR 1 DISJUNTOR (PADRAO DA CONCESSIONARIA LOCAL)	UN	1,0000	69,0600	69,0600
34643	CAIXA DE INSPECAO PARA ATERRAMENTO E PARA RAIOS, EM POLIPROPILENO, DIAMETRO = 300 MM X ALTURA = 400 MM (INCLUIDA TAMPA SEM ESCOTILHA)	UN	1,0000	53,8100	53,8100
14153	FITA METALICA PERFURADA, L = *18* MM, ROLO DE 30 M, CARGA RECOMENDADA = *30* KGF	UN	0,0600	57,6800	3,4600
11950	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	4,0000	0,2800	1,1200
11267	ARRUELA LISA, REDONDA, DE LATAO POLIDO, DIAMETRO NOMINAL 5/8", DIAMETRO EXTERNO = 34 MM, DIAMETRO DO FURO = 17 MM, ESPESSURA = *2,5* MM	UN	2,0000	1,4300	2,8600

GABRIEL FERNANDO LEITE

Engenheiro Civil

CREA 0619267356

OBRA: REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.

ENDEREÇO: CRATO/CE.

FONTE DE PREÇOS: SINAPI 09/2025 CE; SEINFRA 028 - SEM DESONERAÇÃO.

DATA BASE: NOVEMBRO DE 2025.

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

4346	PARAFUSO DE FERRO POLIDO, SEXTAVADO, COM ROSCA PARCIAL, DIAMETRO 5/8", COMPRIMENTO 6", COM PORCA E ARRUELA DE PRESSAO MEDIA	UN	3,0000	14,0600	42,1800
3398	ISOLADOR DE PORCELANA, TIPO ROLDANA, DIMENSOES DE *72* X *72* MM, PARA USO EM BAIXA TENSAO	UN	1,0000	5,4100	5,4100
1094	ARMACAO VERTICAL COM HASTE E CONTRA-PINO, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO 3/16", COM 1 ESTRIBO, SEM ISOLADOR	UN	1,0000	18,2400	18,2400
				TOTAL:	1572,19

91854 - ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 - M

Código	Descrição	Unidade	Coefficiente	Preço	Total
88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1340	30,9600	4,1400
88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1340	25,2200	3,3700
2688	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 25 MM	M	1,0170	2,4700	2,5100
				TOTAL:	10,02

91834 - ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 - M

Código	Descrição	Unidade	Coefficiente	Preço	Total
91170	FIXAÇÃO DE TUBOS HORIZONTAIS DE PVC ÁGUA, PVC ESGOTO, PVC ÁGUA PLUVIAL, CPVC, PPR, COBRE OU AÇO, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM, COM ABRAÇADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO U PERFIL 1 1/4", FIXADA EM PERFILADO EM LAJE. AF_09/2023_PS	M	1,0000	13,9800	13,9800
88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0910	30,9600	2,8100
88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0910	25,2200	2,2900
2688	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 25 MM	M	1,1000	2,4700	2,7100
				TOTAL:	21,79

100903 - LÂMPADA TUBULAR LED DE 18/20 W, COM SOQUETE, BASE G13 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024_PS - UN

Código	Descrição	Unidade	Coefficiente	Preço	Total
88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4001	30,9600	12,3800
88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1250	25,2200	3,1500
39387	LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 18/20 W, BASE G13	UN	1,0000	8,2400	8,2400
12295	SOQUETE DE BAQUELITE BASE E27, PARA LAMPADAS	UN	2,0000	2,3000	4,6000
				TOTAL:	28,37

90447 - RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA, PARA ELETRODUTOS, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023 - M

Código	Descrição	Unidade	Coefficiente	Preço	Total
88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2348	30,9600	7,2600
88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0660	25,2200	1,6600
				TOTAL:	8,92

104766 - CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA ELETRODUTOS COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023 - M

Código	Descrição	Unidade	Coefficiente	Preço	Total
88629	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MANUAL. AF_08/2019	M3	0,0051	698,3900	3,5600
88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3650	30,9600	11,3000
88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0830	25,2200	2,0900
				TOTAL:	16,95

OBRA: REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.

ENDEREÇO: CRATO/CE.

FONTE DE PREÇOS: SINAPI 09/2025 CE; SEINFRA 028 - SEM DESONERAÇÃO.

DATA BASE: NOVEMBRO DE 2025.

COMPOSIÇÃO DO BDI DE SERVIÇOS - SEM DESONERAÇÃOCálculo do BDI - **sem desoneração** sobre a folha de pagamento.

Parâmetros conforme Acórdão nº 2622/2013 - TCU Plenário.

VALORES DO BDI POR TIPO DE OBRA - 1º QUARTIL, MÉDIO E 3º QUARTIL			
TIPOS DE OBRA	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	20,34%	22,12%	25,00%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	19,60%	20,97%	24,23%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	20,76%	24,18%	26,44%
CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	24,00%	25,84%	27,86%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	22,80%	27,48%	30,95%

TIPO DE OBRA: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

VALORES DAS PARCELAS DO BDI - 1º QUARTIL, MÉDIO, 3º QUARTIL E VALORES ADOTADOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL	VALOR ADOTADO
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,00%	4,00%	5,50%	4,00%
S + G	SEGURO + GARANTIA	0,80%	0,80%	1,00%	1,00%
R	RISCO	0,97%	1,27%	1,27%	1,00%
DF	DESPESA FINANCEIRA	0,59%	1,23%	1,39%	1,00%
L	LUCRO	6,16%	7,40%	8,96%	7,00%
T	TRIBUTOS	-	-	-	6,15%

VALORES DOS TRIBUTOS ADOTADOS	
TRIBUTOS	VALOR
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB	0,00%
ISS	2,50%
TOTAL	6,15%

Declaramos que conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo do ISS, para este tipo de obra é de 50% sobre o valor da obra (Decreto nº 1002001/2014-GP) e a alíquota do ISS aplicável é de 5,00%.

CÁLCULO DO BDI

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + G + R) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

BDI = 22,06%

OBRA: REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.

ENDEREÇO: CRATO/CE.

FONTE DE PREÇOS: SINAPI 09/2025 CE; SEINFRA 028 - SEM DESONERAÇÃO.

DATA BASE: NOVEMBRO DE 2025.

ENCARGOS SOCIAIS SEINFRA 028 SEM DESONERAÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %
A	ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	36,80	36,80
A1	INSS	20,00	20,00
A2	SESI	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50	2,50
A7	SEGURO DE ACIDENTES	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00
B	ENCARGOS SOCIAIS C/ INCIDÊNCIA DE A	48,36	19,04
B1	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	17,85	0,00
B2	FERIADOS	3,71	0,00
B3	AUXILIO ENFERMIDADE	0,87	0,66
B4	13º SALÁRIO	11,03	8,33
B5	LICENÇA PATERNIDADE	0,07	0,05
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	0,74	0,56
B7	DIAS DE CHUVAS	1,59	0,00
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,11	0,08
B9	FÉRIAS GOZADAS	12,35	9,33
B10	SALÁRIO MATERNIDADE	0,04	0,03
C	ENCARGOS SOCIAIS S/ INCIDÊNCIA DE A	10,70	8,09
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	5,52	4,17
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,13	0,10
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	1,72	1,30
C4	DEPOSITO DE RECISÃO S/ JUSTA CAUSA	2,87	2,17
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,46	0,35
D	REINCIDÊNCIAS DE UM GRUPO SOBRE O OUTRO	18,29	7,38
D1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B	17,80	7,01
D2	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,49	0,37
TOTAL (A+B+C+D)		114,15	71,31



OBRA: REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.

ENDEREÇO: CRATO/CE.

FONTE DE PREÇOS: SINAPI 09/2025 CE; SEINFRA 028 - SEM DESONERAÇÃO.


DATA BASE: NOVEMBRO DE 2025.

ENCARGOS SOCIAIS SINAPI 09/2025 CE - SEM DESONERAÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %
A	ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	36,80	36,80
A1	INSS	20,00	20,00
A2	SESI	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50	2,50
A7	SEGURO DE ACIDENTES	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00
A9	SECONCI	0,00	0,00
B	ENCARGOS SOCIAIS C/ INCIDÊNCIA DE A	49,06	19,46
B1	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	17,86	0,00
B2	FERIADOS	3,71	0,00
B3	AUXILIO ENFERMIDADE	0,86	0,65
B4	13º SALÁRIO	11,07	8,33
B5	LICENÇA PATERNIDADE	0,07	0,05
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	0,74	0,56
B7	DIAS DE CHUVAS	1,64	0,00
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,10	0,07
B9	FÉRIAS GOZADAS	12,98	9,77
B10	SALÁRIO MATERNIDADE	0,03	0,03
C	ENCARGOS SOCIAIS S/ INCIDÊNCIA DE A	10,70	8,05
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	5,54	4,17
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,13	0,10
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	1,81	1,36
C4	DEPOSITO DE RECISÃO S/ JUSTA CAUSA	2,75	2,07
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,47	0,35
D	REINCIDÊNCIAS DE UM GRUPO SOBRE O OUTRO	18,54	7,53
D1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B	18,05	7,16
D2	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,49	0,37
TOTAL (A+B+C+D)		115,10	71,84

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA			ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA				 			
OBRA: REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.										
ENDEREÇO: CRATO/CE.										
FONTE DE PREÇOS: SINAPI 09/2025 CE; SEINFRA 028 - SEM DESONERAÇÃO.										
DATA BASE: NOVEMBRO DE 2025.								BDI SEM DESONERAÇÃO		
								BDI SERVIÇOS	22,06%	
CURVA ABC DOS SERVIÇOS										
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO		PORCENTAGEM		CLASSIFICAÇÃO ABC
						UNITÁRIO C/ BDI	TOTAL	TOTAL	ACUMULADO	
9.7	C4917	SEINFRA	PISO INTERTRAVADO TIPO TIJOLINHO (20X10X8)CM 35MPA, COR CINZA - COMPACTAÇÃO MECANIZADA	M2	324,38	R\$ 95,96	R\$ 31.127,50	15,69%	15,69%	A
8.1	C4460	SEINFRA	MADEIRAMENTO P/ TELHA CERÂMICA - (RIPA, CAIBRO, LINHA)	M2	134,91	R\$ 138,07	R\$ 18.627,02	9,39%	25,09%	A
8.2	C4462	SEINFRA	TELHA CERÂMICA	M2	134,91	R\$ 91,86	R\$ 12.392,83	6,25%	31,33%	A
9.3	C3001	SEINFRA	CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ACIMA DE 30x30 cm (900 cm²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PISO	M2	94,02	R\$ 129,16	R\$ 12.143,62	6,12%	37,46%	A
8.4	C2998	SEINFRA	FORRO DE LAMBRI DE MADEIRA (7x1)cm	M2	50,47	R\$ 216,38	R\$ 10.920,70	5,51%	42,96%	A
15.1	C0360	SEINFRA	BANCO DE MADEIRA C/ESTRUTURA DE FERRO - L= 3.00m	UN	7,00	R\$ 1.442,16	R\$ 10.095,12	5,09%	48,05%	A
10.2	C3037	SEINFRA	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:4	M2	118,98	R\$ 65,58	R\$ 7.802,71	3,93%	51,99%	A
7.1	C0073	SEINFRA	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO FURADO (9x19x19)cm C/ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP.=10cm (1:2:8)	M2	92,12	R\$ 82,63	R\$ 7.611,88	3,84%	55,83%	A
6.1	C4301	SEINFRA	FORMA PARA CONCRETO "IN LOCO", INCLUSIVE DESFORMA	M2	37,02	R\$ 190,96	R\$ 7.069,34	3,56%	59,39%	A
9.5	C1925	SEINFRA	PISO RÚSTICO DE CONCRETO RIPADO (1.00X1.00)m JUNTAS= 10cm ESP.= 8cm	M2	50,61	R\$ 137,68	R\$ 6.967,98	3,51%	62,90%	A
1.1	CP000	PRÓPRIA	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	%	100,00	R\$ 91,41	R\$ 9.141,00	4,61%	67,51%	A
5.2	C4301	SEINFRA	FORMA PARA CONCRETO "IN LOCO", INCLUSIVE DESFORMA	M2	27,82	R\$ 190,96	R\$ 5.312,51	2,68%	70,19%	A
11.1	C1615	SEINFRA	LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES INTERNAS S/MASSA	M2	178,89	R\$ 27,89	R\$ 4.989,24	2,52%	72,71%	A
11.2	C1614	SEINFRA	LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS S/MASSA	M2	147,05	R\$ 30,06	R\$ 4.420,32	2,23%	74,94%	A
3.1	C1049	SEINFRA	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES	M3	8,89	R\$ 364,10	R\$ 3.236,85	1,63%	76,57%	A
6.6	C4451	SEINFRA	LAJE PRÉ-FABRICADA TRELÇADA P/ PISO - VÃO DE 1,81 A 2,80 m	M2	15,68	R\$ 176,02	R\$ 2.759,99	1,39%	77,96%	A
14.4	C0540	SEINFRA	CABO ISOLADO PVC 750V 2,5MM2	M	279,93	R\$ 9,07	R\$ 2.538,95	1,28%	79,24%	A
6.4	C0216	SEINFRA	ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm	KG	167,09	R\$ 15,05	R\$ 2.514,70	1,27%	80,51%	B
9.8	C2864	SEINFRA	LASTRO DE PÓ DE PEDRA	M3	16,22	R\$ 140,42	R\$ 2.277,61	1,15%	81,66%	B
5.5	C0216	SEINFRA	ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm	KG	141,36	R\$ 15,05	R\$ 2.127,52	1,07%	82,73%	B
9.6	C2102	SEINFRA	RASPAGEM E LIMPEZA DO TERRENO	M2	324,38	R\$ 6,19	R\$ 2.007,91	1,01%	83,74%	B
6.2	C0843	SEINFRA	CONCRETO P/VIBR., FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	M3	2,94	R\$ 665,87	R\$ 1.957,66	0,99%	84,73%	B
13.8	C0441	SEINFRA	BOMBA CENTRÍFUGA DE 1/2 CV, INCLUSIVE MAT.DE SUCCÃO	UN	2,00	R\$ 975,31	R\$ 1.950,62	0,98%	85,71%	B
14.2	101489	SINAPI	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, MONOFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 10 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_07/2020_PS	UN	1,00	R\$ 1.919,02	R\$ 1.919,02	0,97%	86,68%	B
13.1	C3017	SEINFRA	PIA DE AÇO INOX (1.20x0.60)m C/ 1 CUBA E ACESSÓRIOS	UN	2,00	R\$ 913,24	R\$ 1.826,48	0,92%	87,60%	B
2.1	C1937	SEINFRA	PLACAS PADRÃO DE OBRA	M2	8,00	R\$ 228,26	R\$ 1.826,08	0,92%	88,52%	B
5.3	C0843	SEINFRA	CONCRETO P/VIBR., FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	M3	2,71	R\$ 665,87	R\$ 1.804,51	0,91%	89,43%	B
3.2	C1045	SEINFRA	DEMOLIÇÃO DE COBERTURA C/TELHAS CERÂMICAS	M2	97,11	R\$ 16,81	R\$ 1.632,42	0,82%	90,25%	B
9.1	C0330	SEINFRA	ATERRO C/COMPACTAÇÃO MANUAL S/CONTROLE, MAT. C/AQUISIÇÃO	M3	11,32	R\$ 136,02	R\$ 1.539,75	0,78%	91,03%	B
13.9	C0729	SEINFRA	CASA DE BOMBAS(1.5X1.5)m, EM ALVENARIA E CONCRETO	UN	1,00	R\$ 1.361,41	R\$ 1.361,41	0,69%	91,72%	B
12.1	C4428	SEINFRA	PORTA TIPO PARANÁ (0,80 x 2,10 m), COMPLETA	UN	1,00	R\$ 1.339,24	R\$ 1.339,24	0,68%	92,39%	B
14.3	C4958	SEINFRA	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, RESISTÊNCIA NOMINAL 200KG, H= 7,00M, PESO APROXIMADO 670 KG	UN	1,00	R\$ 1.217,41	R\$ 1.217,41	0,61%	93,01%	B
9.4	C1123	SEINFRA	REJUNTAMENTO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA, JUNTA ATÉ 2mm EM CERÂMICA, ACIMA DE 30x30 cm (900 cm²) E PORCELANATOS (PAREDE/PISO)	M2	94,02	R\$ 12,85	R\$ 1.208,16	0,61%	93,61%	B
10.1	C0776	SEINFRA	CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE	M2	118,98	R\$ 9,72	R\$ 1.156,49	0,58%	94,20%	B
9.2	C3025	SEINFRA	PISO MORTO CONCRETO FCK=13,5MPa C/PREPARO E LANÇAMENTO	M3	1,28	R\$ 824,83	R\$ 1.055,78	0,53%	94,73%	B
14.6	91834	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	39,44	R\$ 26,60	R\$ 1.049,10	0,53%	95,26%	C
13.4	C3441	SEINFRA	CAIXA D'ÁGUA EM FIBERGLASS - CAP. 500L	UN	2,00	R\$ 458,79	R\$ 917,58	0,46%	95,72%	C
4.1	C1256	SEINFRA	ESCAVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2M	M3	11,50	R\$ 72,45	R\$ 833,18	0,42%	96,14%	C
6.3	C1604	SEINFRA	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ ELEVAÇÃO	M3	2,94	R\$ 213,95	R\$ 629,01	0,32%	96,46%	C
8.3	C4463	SEINFRA	CUMEIEIRA TELHA CERÂMICA, EMBOÇADA	M	15,25	R\$ 39,54	R\$ 602,99	0,30%	96,76%	C
5.4	C1604	SEINFRA	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ ELEVAÇÃO	M3	2,71	R\$ 213,95	R\$ 579,80	0,29%	97,06%	C
12.2	C3544	SEINFRA	JANELA TIPO FICHA (1.40X1.10)m - MADEIRA MISTA - COMPLETA - PADRÃO POPULAR	UN	1,00	R\$ 521,07	R\$ 521,07	0,26%	97,32%	C
6.5	C0217	SEINFRA	ARMADURA CA-60 FINA D=3,40 A 6,40mm	KG	31,64	R\$ 15,16	R\$ 479,66	0,24%	97,56%	C
13.2	C2595	SEINFRA	TUBO PVC BRANCO P/ESGOTO D=40mm (1 1/2")	M	20,00	R\$ 23,31	R\$ 466,20	0,24%	97,79%	C
5.6	C0217	SEINFRA	ARMADURA CA-60 FINA D=3,40 A 6,40mm	KG	24,73	R\$ 15,16	R\$ 374,91	0,19%	97,98%	C
4.2	C2921	SEINFRA	REATERRO C/COMPACTAÇÃO MANUAL S/CONTROLE, MATERIAL DA VALA	M3	8,54	R\$ 42,04	R\$ 358,89	0,18%	98,16%	C
13.7	C2504	SEINFRA	TORNEIRA DE PRESSÃO CROMADA LONGA P/PIA	UN	2,00	R\$ 172,36	R\$ 344,72	0,17%	98,34%	C
14.7	100903	SINAPI	LÂMPADA TUBULAR LED DE 18/20 W, COM SOQUETE, BASE G13 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024_PS	UN	9,00	R\$ 34,63	R\$ 311,67	0,16%	98,50%	C
14.12	104766	SINAPI	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA ELETRODUTOS COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	M	15,00	R\$ 20,69	R\$ 310,35	0,16%	98,65%	C
13.5	C2615	SEINFRA	TUBO PVC SOLD. MARROM D= 20mm (1/2")	M	31,00	R\$ 9,06	R\$ 280,86	0,14%	98,79%	C
2.2	C1630	SEINFRA	LOCAÇÃO DA OBRA - EXECUÇÃO DE GABARITO	M2	28,09	R\$ 9,45	R\$ 265,45	0,13%	98,93%	C
14.9	C1496	SEINFRA	INTERRUPTOR UMA TECLA SIMPLES E TOMADA UNIVERSAL 10A 250V	UN	5,00	R\$ 43,98	R\$ 219,90	0,11%	99,04%	C

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA





PREFEITURA DO
CRATO

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO

SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA



OBRA: REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.

ENDEREÇO: CRATO/CE.

FORNECIMENTO DE PREÇOS: SINAPI 09/2025 CE; SEINFRA 028 - SEM DESONERAÇÃO.

DATA BASE: NOVEMBRO DE 2025.

BDI SEM DESONERAÇÃO

BDI SERVIÇOS

22,06%

CURVA ABC DOS SERVIÇOS										
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO		PORCENTAGEM		CLASSIFICAÇÃO ABC
						UNITÁRIO C/ BDI	TOTAL	TOTAL	ACUMULADO	
5.1	96617	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 3 CM. AF_01/2024	M2	8,44	R\$ 25,96	R\$ 219,10	0,11%	99,15%	C
13.10	C0332	SEINFRA	AUTOMÁTICO DE BOIA	UN	2,00	R\$ 108,43	R\$ 216,86	0,11%	99,26%	C
3.3	C1066	SEINFRA	DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO	M2	5,47	R\$ 36,41	R\$ 199,16	0,10%	99,36%	C
13.11	C2158	SEINFRA	REGISTRO DE GAVETA BRUTO D= 25mm (1")	UN	2,00	R\$ 98,03	R\$ 196,06	0,10%	99,46%	C
14.5	91854	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	15,00	R\$ 12,23	R\$ 183,45	0,09%	99,55%	C
14.11	90447	SINAPI	RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA, PARA ELETRODUTOS, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	M	15,00	R\$ 10,89	R\$ 163,35	0,08%	99,63%	C
16.3	C3037	SEINFRA	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:4	M2	2,00	R\$ 65,58	R\$ 131,16	0,07%	99,70%	C
14.1	C2078	SEINFRA	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO EMBUTIR ATÉ 6 DIVISÕES, S/BARRAMENTO	UN	1,00	R\$ 127,65	R\$ 127,65	0,06%	99,76%	C
11.3	C2667	SEINFRA	VERNIZ 3 DEMÃOS EM ESQUADRIAS DE MADEIRA	M2	3,41	R\$ 33,84	R\$ 115,39	0,06%	99,82%	C
13.6	C0952	SEINFRA	COTOVELO PVC SOLD. MARROM D=20mm (1/2")	UN	8,00	R\$ 11,72	R\$ 93,76	0,05%	99,87%	C
14.8	C1479	SEINFRA	INTERRUPTOR DUAS TECLAS SIMPLES 10A 250V	UN	2,00	R\$ 39,84	R\$ 79,68	0,04%	99,91%	C
14.10	C2493	SEINFRA	TOMADA UNIVERSAL 10A 250V	UN	3,00	R\$ 23,70	R\$ 71,10	0,04%	99,94%	C
13.3	C1551	SEINFRA	JOELHO PVC BRANCO P/ESGOTO D=40mm (1 1/2")	UN	3,00	R\$ 20,93	R\$ 62,79	0,03%	99,98%	C
16.1	C1070	SEINFRA	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO C/ARGAMASSA	M2	2,00	R\$ 14,00	R\$ 28,00	0,01%	99,99%	C
16.2	C0776	SEINFRA	CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE	M2	2,00	R\$ 9,72	R\$ 19,44	0,01%	100,00%	C

MEMORIAL DESCRITIVO

OBJETIVO

O objetivo deste documento é estabelecer as condições técnicas (normas e especificações para materiais e serviços) que presidirão o desenvolvimento para a execução da REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE, estabelecendo as obrigações e direitos da CONTRATANTE (proprietário) e da CONTRATADA (construtor/empreiteira) na obra em referência.

PROJETO, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS

Os serviços e obras serão realizados com rigorosa observância dos desenhos contidos nas peças gráficas e respectivos detalhes, bem como da estrita obediência às prescrições e exigências da presente especificação.

RESPONSABILIDADE E GARANTIA

O construtor assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que realizar, de acordo com estas especificações, com os termos do edital e demais documentos técnicos fornecidos, responsabilizando-se também pelos danos decorrentes da má execução desses trabalhos.

Fica estabelecido que a realização, pelo construtor, de qualquer elemento ou parte de serviço implicará a tácita aceitação e ratificação, por parte dele, dos materiais, processos e dispositivos adotados e preconizados nesta especificação para execução desse elemento ou parte de serviço.

LICENÇAS

O construtor ficará obrigado a obter todas as licenças, aprovações e franquias necessárias aos serviços que contratar, pagando os emolumentos prescritos por lei e observando as leis, regulamentos e posturas referentes à obra e à segurança pública. É obrigado também ao cumprimento de quaisquer formalidades e ao pagamento de todas as despesas decorrentes da utilização de água e energia elétrica durante a execução dos serviços contratados.

FISCALIZAÇÃO

Fica estabelecido que a CONTRATANTE manterá na obra engenheiro e seus prepostos, convenientemente credenciados junto ao construtor, daqui por diante designados sempre como fiscalização, com autoridade para exercer, em nome da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização das obras e serviços de construção.

O construtor estará obrigado a facilitar meticulosa fiscalização dos materiais e execução das obras e serviços contratados, facultando à fiscalização o acesso a todas as partes das obras. Obriga-se, da mesma maneira, a facilitar a fiscalização em oficinas, depósitos, armazéns ou dependências onde se encontrem materiais destinados à construção, serviços ou obras em preparo.

À fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão das obras e serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeito o construtor, e sem que este tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida, dentro de 48 horas, a contar da entrega da ordem de serviço correspondente, qualquer reclamação sobre defeito essencial e serviço executado ou material posto na obra;

É o construtor obrigado a retirar da obra, imediatamente após o recebimento da ordem de serviço correspondente, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado seu que, a critério da fiscalização, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica.

MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS

Para as obras e serviços contratados, será de responsabilidade do construtor fornecer e conservar as ferramentas e os equipamentos mecânicos necessários. Caberá também ao construtor a contratação de mão-de-obra que tenha as condições, competências e os conhecimentos essenciais para desempenhar as tarefas necessárias, de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres e encarregados, que assegure o andamento adequado às obras. Todos os materiais utilizados deverão ser novos, de primeira qualidade e estar em ótimo estado de conservação.

RECEBIMENTO DAS OBRAS

RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Ocorrerá quando as obras e serviços contratados ficarem inteiramente concluídos, de perfeito acordo com o contrato, através do Termo de Recebimento Provisório, que será lavrado e assinado pelo construtor e por um representante do proprietário.

RECEBIMENTO DEFINITIVO

Ocorrerá em data a ser fixada no contrato, devendo para tanto serem satisfeitas as seguintes condições:

- atendidas todas as reclamações da fiscalização, referentes a defeitos ou imperfeições que tenham sido verificados em qualquer elemento das obras e serviços executados;
- solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento aos operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na edificação;

- entrega à CONTRATANTE de toda a documentação legal relativa à obra, incluindo-se: habite-se, cópia do projeto "Como Construído", relatório de recomendações e instruções de uso de todos os equipamentos instalados na obra, bem como seus catálogos e certificados de garantia;
- cumpridas todas as formalidades contratuais.

NOTA: O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.

A execução dos serviços seguirá em todos os pormenores os desenhos e textos explicativos do projeto.

1 – ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA

1.1 – ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA

Código: CP000 – **Fonte:** Própria (Insumos Seinfra/CE) – **Unidade:** %

DESCRIÇÃO GERAL

Compreende todos os custos indiretos necessários à **gestão, coordenação e acompanhamento da execução da obra**, abrangendo as atividades de **administração, controle, supervisão, segurança e apoio técnico-operacional** realizados no canteiro.

Mão de Obra Técnica e Administrativa

- Engenheiro responsável técnico pela execução;
- Mestre de obras e encarregados;

Instalações e Apoio Operacional

- Instalação, manutenção e operação de **canteiro de obras, escritório e almoxarifado**;
- Custos com **telefonia, energia elétrica, água, internet, combustível e transporte interno**;
- Equipamentos de informática, mobiliário e materiais de escritório utilizados na administração.

Controle Técnico e Documental

- Acompanhamento e atualização de **diário de obras**;
- Elaboração de **relatórios técnicos e fotográficos periódicos**;
- **CONTROLE DE QUALIDADE e medição dos serviços executados**;
- Atendimento à **fiscalização e auditorias** de órgãos públicos.

Segurança e Saúde do Trabalho

- Implementação do **Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT**, conforme NR-18;
- Adoção de **EPI e EPC**, conforme legislação vigente;

- Controle e registro de treinamentos e inspeções.

CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO

- A administração local deverá estar **permanentemente presente durante o horário de trabalho da obra**;
- As atividades devem ser **planejadas e supervisionadas por profissional habilitado com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** registrada no CREA;
- Devem ser observadas as normas **ABNT NBR 16280 (Gestão de Reformas)** e **NR-18 (Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção)**.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- O item será medido **em percentagem (%) aplicada sobre o valor total dos serviços executados**;
- A medição deverá ocorrer **proporcionalmente à execução física da obra**, de forma acumulativa;
- Inclui todos os custos diretos e indiretos relacionados à administração local, **não cabendo pagamentos** adicionais sob o mesmo título.

2 – SERVIÇOS PRELIMINARES

2.1 – PLACAS PADRÃO DE OBRA

Código: C1937 – Fonte: SEINFRA – Unidade: m²

DESCRIÇÃO

Confecção, fornecimento e instalação de **placas de identificação da obra**, conforme os modelos e dimensões estabelecidos pelo **órgão contratante** e pela **legislação vigente**.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- A placa deverá ser confeccionada em **chapa galvanizada n.º 18 (1,25 mm)**, montada em **estrutura metálica tubular galvanizada**, com pintura anticorrosiva e **acabamento em esmalte sintético**.
- A **arte gráfica** deve seguir o **padrão visual definido pela SEINFRA** ou órgão financiador, contendo:
 - Nome e logomarca do ente público e parceiros (União, Estado, Município);
 - Identificação do programa e da obra;
 - Dados do contrato, empresa executora e responsável técnico (com nº de ART);
 - Valor do contrato, prazo de execução e data de início.
- A estrutura deve ser **firmemente fixada ao solo**, com fundação adequada (tubos chumbados ou sapatas de concreto), garantindo estabilidade.

EXECUÇÃO

- A instalação deve ser realizada **antes do início dos serviços de campo**, em local **visível ao público e de fácil acesso à fiscalização**.
- As dimensões mínimas deverão obedecer às determinações da **SEINFRA**.
- A placa deverá ser **mantida limpa, íntegra e legível durante toda a execução da obra**.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- A medição será feita em **m² de área efetiva de placa instalada e aprovada pela fiscalização**.
- O valor engloba **materiais, mão de obra, transporte, fundação e fixação**.

2.2 – LOCAÇÃO DA OBRA – EXECUÇÃO DE GABARITO

Código: C1630 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m²

DESCRIÇÃO

Compreende a **locação topográfica da obra e implantação do gabarito**, de acordo com o projeto executivo e o levantamento planialtimétrico fornecido.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- A locação será realizada por **profissional qualificado** (engenheiro ou técnico em edificações), utilizando **instrumentos de precisão**, tais como **nível ótico, estação total, trena metálica e piquetes de referência**.
- O gabarito deverá ser **construído em madeira de boa qualidade**, livre de empenamentos, devidamente nivelado e fixado ao solo.
- As marcações de eixos, alinhamentos e cotas deverão ser **executadas conforme projeto estrutural e topográfico**.
- Todos os pontos de referência deverão ser **protegidos e conservados até a conclusão das fundações**.

EXECUÇÃO

- O serviço deverá garantir **perfeita correspondência entre o projeto e a posição física da obra**;
- A **verificação e aprovação pela fiscalização** deverão ocorrer **antes do início da terraplanagem ou fundações**;
- O gabarito permanecerá montado **até o término da execução das fundações**.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- A medição será efetuada em **m² de área de gabarito efetivamente executada e aceita pela fiscalização**;
- O valor inclui **materiais, equipamentos, mão de obra, transporte, marcação e nivelamento**.

3 – DEMOLIÇÕES

3.1 – DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES

Código: C1049 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m³

DESCRIÇÃO

Serviço de **demolição manual ou mecanizada de elementos de concreto simples**, tais como calçadas, bases, lastros, blocos ou elementos estruturais não armados.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- A demolição deverá ser executada **sob supervisão técnica** e de forma **controlada**, evitando danos às estruturas vizinhas.
- Utilizar **marretas, ponteiros, marteletes elétricos ou rompedores pneumáticos**, conforme espessura e localização.
- Antes do início, realizar **isolamento da área** e sinalização conforme **NR-18 (Segurança na Construção)**.
- O **entulho proveniente da demolição** deverá ser segregado e destinado conforme **Resolução CONAMA nº 307/2002**, priorizando reaproveitamento ou destinação a aterros licenciados.
- Caso haja elementos com armaduras aparentes, deverá ser feita **corte e remoção do aço** antes do transporte.

CONTROLE DE QUALIDADE

- Conferir se todo o volume de concreto especificado foi demolido;
- Garantir que as superfícies de apoio fiquem **limpas, niveladas e sem resíduos**;
- Verificar integridade das áreas vizinhas.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m³ efetivamente demolidos e aprovados pela fiscalização**;
- Inclui **mão de obra, ferramentas, remoção, transporte e destinação final** do material.

3.2 – DEMOLIÇÃO DE COBERTURA COM TELHAS CERÂMICAS

Código: C1045 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m²

DESCRIÇÃO

Remoção completa de cobertura em **telhas cerâmicas tipo colonial**, incluindo **madeiramento e fixações**.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- As telhas deverão ser **retiradas manualmente**, iniciando pelo ponto mais alto (cumeeira) em direção às extremidades;
- As peças aproveitáveis devem ser **armazenadas cuidadosamente** em local protegido;
- Estrutura de apoio (ripas e caibros) deverá ser desmontada após a retirada das telhas;
- Todo o serviço deve respeitar **procedimentos de segurança em trabalho em altura (NR-35)**;
- O entulho deve ser **removido periodicamente**, evitando acúmulo no canteiro.

CONTROLE DE QUALIDADE

- Garantir que não haja **danos às alvenarias e vigamentos adjacentes**;
- Área completamente limpa após a demolição;
- Observância às normas de segurança e descarte ambiental.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medido em **m² de cobertura efetivamente removida**;
- O valor inclui **remoção, transporte e destinação adequada dos resíduos**.

3.3 – DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO

Código: C1066 – Fonte: SEINFRA – Unidade: m²

DESCRIÇÃO

Demolição manual ou mecanizada de **piso cimentado ou em argamassa** assentado sobre **lastro de concreto**, compreendendo a retirada completa da camada de revestimento e sua base.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Iniciar pela **remoção do revestimento superficial**, prosseguindo até o lastro de concreto;
- Empregar **martelete elétrico ou ferramentas manuais** conforme espessura e resistência do material;
- Remover todo o entulho e **limpar a superfície base**;
- Adotar procedimentos de segurança (NR-18 e NR-12) e isolamento do local;
- O material demolido deverá ser **transportado e destinado conforme legislação ambiental vigente**.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m² efetivamente demolidos e aceitos pela fiscalização**;
- O valor inclui **mão de obra, equipamentos, transporte e destinação final dos resíduos**.

4 – ESCAVAÇÃO E REATERRO

4.1 – ESCAVAÇÃO MANUAL EM CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2 M

Código: C1256 – Fonte: SEINFRA – Unidade: m³

DESCRIÇÃO

Execução de **escavação manual em solo natural**, em campo aberto, com profundidade **máxima de 2,00 m**, destinada à implantação de fundações, valas, canaletas, blocos e demais elementos estruturais.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- A escavação será realizada **manualmente com ferramentas apropriadas** (pá, enxada, picareta, cavadeira), em conformidade com os níveis e alinhamentos do projeto;
- Antes do início, deve-se **verificar interferências subterrâneas** (tubulações, cabos, fundações existentes) e realizar **sinalização da área de serviço**;
- As paredes das valas e taludes deverão possuir **estabilidade adequada**, conforme o tipo de solo e condições climáticas, evitando desmoronamentos;
- O material proveniente da escavação deverá ser **armazenado lateralmente em local seguro**, distante no mínimo **0,50 m da borda da vala**;
- A escavação deve ser **mantida seca**, com drenagem provisória se necessário;
- Quando a profundidade exceder 1,25 m, devem ser **adotadas medidas de escoramento**, conforme **NR-18 e NR-33 (trabalho em espaço confinado)**.

CONTROLE DE QUALIDADE

- Verificar se as cotas e dimensões estão de acordo com o projeto;
- As superfícies de apoio das fundações devem permanecer **limpas, niveladas e sem material solto**;
- Garantir **estabilidade e segurança** durante toda a execução.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m³ efetivamente escavados e aceitos pela fiscalização**;
- Inclui **mão de obra, ferramentas, escoramento, transporte interno, limpeza e conformação final**.

4.2 – REATERRO COM COMPACTAÇÃO MANUAL SEM CONTROLE – MATERIAL DA VALA

Código: C2921 – Fonte: SEINFRA – Unidade: m³

DESCRIÇÃO

Execução de **reaterro manual em valas ou cavas**, utilizando o **material escavado reaproveitável**, com **compactação manual simples**, sem controle tecnológico laboratorial.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- O material a ser reaproveitado deverá ser **isento de pedras, raízes, entulhos e matéria orgânica**;

- O reaterro deverá ser realizado **após aprovação da fiscalização**, garantindo a execução completa das instalações (hidrossanitárias, elétricas, etc.);
- A compactação deve ser feita **em camadas sucessivas de até 20 cm**, utilizando **soquete manual ou sapo mecânico leve**;
- A umidade do solo deve ser **próxima à umidade ótima** para melhor adensamento;
- As camadas devem ser **niveladas e verificadas visualmente** quanto à compactação homogênea;
- As valas devem ser **regularizadas ao nível do terreno natural**, sem depressões ou elevações.

CONTROLE DE QUALIDADE

- Verificar homogeneidade e nivelamento das camadas;
- Garantir ausência de recalques após compactação;
- Fiscalização deverá aprovar cada etapa antes de nova cobertura.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m³ de material compactado e aprovado pela fiscalização**;
- Inclui **mão de obra, transporte interno do material, equipamentos e acabamento final**.

5 – INFRAESTRUTURA

5.1 – LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 3 CM

Código: 96617 – Fonte: SINAPI – Unidade: m²

DESCRIÇÃO

Execução de **lastro de concreto magro** com espessura de **3 cm**, aplicado em blocos de coroamento, sapatas ou fundações superficiais, com a finalidade de **regularizar e proteger o solo de apoio**.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Resistência mínima à compressão: **fck = 5 MPa**;
- O solo deverá estar **regularizado, compactado e umedecido** antes da concretagem;
- O concreto será **espalhado e nivelado manualmente**, garantindo superfície homogênea;
- Realizar **cura úmida por no mínimo 3 dias**;
- O serviço deverá obedecer à **ABNT NBR 6118:2023 e NBR 7212:2012**.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m² de área efetivamente executada e aceita**;
- Inclui materiais, mão de obra, preparo e cura.

5.2 – FORMA PARA CONCRETO “IN LOCO”, INCLUSIVE DESFORMA

Código: C4301 – Fonte: SEINFRA – Unidade: m²

DESCRIÇÃO

Fornecimento, montagem e desmontagem de **formas para concretagem in loco**, em madeira, compensado plastificado ou metálica, com reaproveitamento possível conforme condições.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- As formas devem garantir **estanqueidade, rigidez e dimensões precisas**;
- Aplicar **desmoldante apropriado** antes da concretagem;
- A **desforma** ocorrerá somente após o período mínimo de cura indicado na **ABNT NBR 14931:2023**;
- As superfícies do concreto exposto devem ser lisas e sem rebarbas.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m² de forma efetivamente utilizada e aprovada**;
- Inclui **mão de obra, montagem, desforma e reaproveitamento**.

5.3 – CONCRETO PARA VIBRAÇÃO, FCK 25 MPA COM AGREGADO ADQUIRIDO

Código: C0843 – Fonte: SEINFRA – Unidade: m³

DESCRIÇÃO

Fornecimento e aplicação de **concreto dosado em central ou usinado**, com **fck = 25 MPa**, incluindo **vibração mecânica** durante o lançamento.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Agregados miúdos e graúdos conforme **ABNT NBR 7211:2022**;
- Consistência: abatimento (slump) de 8 ± 2 cm;
- Lançamento com **vibrador de imersão**, evitando bolhas e segregações;
- A cura será feita por **aspersão de água ou manta úmida por 7 dias**;
- Proibido adicionar água na betoneira sem autorização técnica;
- Atender à **NBR 6118:2023** e **NBR 7212:2012**.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m³ de concreto lançado e adensado**, incluindo **transporte interno, vibração e cura**.

5.4 – LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO SEM ELEVAÇÃO

Código: C1604 – Fonte: SEINFRA – Unidade: m³

DESCRIÇÃO

Serviço complementar de **lançamento de concreto** diretamente no local da aplicação, **sem necessidade de bombeamento**.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- O concreto será distribuído por **caçambas, baldes ou carrinhos de mão**, evitando segregação;
- O lançamento deve ser contínuo, evitando juntas frias;
- Adensamento por vibração mecânica;
- O nível e acabamento final devem seguir as cotas de projeto;
- A cura deverá ser iniciada imediatamente após o término do adensamento.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m³ de concreto lançado**, incluindo mão de obra e equipamentos de apoio.

5.5 – ARMADURA CA-50A MÉDIA (DIÂMETRO 6,3 A 10 MM)

Código: C0216 – Fonte: SEINFRA – Unidade: kg

DESCRIÇÃO

Fornecimento, corte, dobra e montagem de **barras de aço CA-50A** com diâmetro entre **6,3 mm e 10,0 mm**, utilizadas em elementos estruturais de fundação.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Aço conforme **ABNT NBR 7480:2020**;
- As barras devem estar **limpas, sem ferrugem solta ou óleo**;
- Cortes e dobras segundo o projeto estrutural e tabela de bitolas;
- As emendas devem obedecer ao **mínimo de transpasse indicado na NBR 6118**;
- Utilizar **espaçadores plásticos ou de concreto** para manter o cobrimento mínimo.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **kg efetivamente incorporados à estrutura**;
- Inclui corte, dobra, montagem e fixação.

5.6 – ARMADURA CA-60 FINA (DIÂMETRO 3,4 A 6,4 MM)

Código: C0217 – Fonte: SEINFRA – Unidade: kg

DESCRIÇÃO

Fornecimento e aplicação de **aço CA-60**, nervurado, de pequeno diâmetro, utilizado em **estribos, telas e reforços secundários**.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Material conforme **ABNT NBR 7480:2020**;
- Corte e dobra conforme o detalhamento de projeto;
- Armazenamento em local seco e protegido;
- Fixação firme às armaduras principais antes da concretagem;
- Garantir cobertura mínimo e alinhamento conforme projeto.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **kg de aço instalado e aprovado pela fiscalização**;
- Inclui corte, dobra, amarração e montagem final.

6 – SUPERESTRUTURA

6.1 – FORMA PARA CONCRETO “IN LOCO”, INCLUSIVE DESFORMA

Código: C4301 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m²

DESCRIÇÃO

Serviço de fornecimento, montagem e desmontagem de formas para concretagem “in loco” em madeira, compensado plastificado ou metálica, garantindo precisão e estanqueidade das peças estruturais.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- As formas deverão garantir perfeita geometria e rigidez, sem vazamentos de nata de cimento;
- Antes da concretagem, aplicar desmoldante apropriado;
- A desforma somente poderá ocorrer após o período mínimo de cura do concreto, conforme ABNT NBR 14931:2023;
- Devem ser limpas e armazenadas adequadamente para reaproveitamento quando possível.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em m² de forma efetivamente executada e aprovada;
- Inclui montagem, desforma, limpeza e reaproveitamento.

6.2 – CONCRETO PARA VIBRAÇÃO, FCK 25 MPA COM AGREGADO ADQUIRIDO

Código: C0843 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m³

DESCRIÇÃO

Fornecimento e aplicação de concreto com resistência característica à compressão fck = 25 MPa, lançado e adensado mecanicamente por vibração.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Dosagem conforme projeto estrutural, com agregados conforme ABNT NBR 7211:2022;
- Lançamento contínuo, sem interrupções que causem juntas frias;
- Vibração com vibrador de imersão, evitando bolhas e segregações;
- Cura úmida mínima de 7 dias;
- Transporte e manuseio conforme ABNT NBR 7212:2012.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em m³ de concreto lançado e adensado;
- Inclui materiais, transporte, vibração e cura.

6.3 – LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO SEM ELEVAÇÃO

Código: C1604 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m³

DESCRIÇÃO

Execução de lançamento manual de concreto, sem utilização de bomba ou elevação mecânica, diretamente no local de aplicação.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Distribuição do concreto com carrinhos, caçambas ou calhas;
- O lançamento deve ser contínuo e uniforme;
- Adensamento por vibração ou soqueteamento manual;
- Cura conforme procedimento padrão (mínimo 7 dias).

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em m³ de concreto lançado e aprovado;
- Inclui transporte interno, vibração e acabamento.

6.4 – ARMADURA CA-50A MÉDIA (DIÂMETRO 6,3 A 10 MM)

Código: C0216 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** kg

DESCRIÇÃO

Fornecimento, corte, dobra e montagem de armaduras CA-50A de diâmetro entre 6,3 mm e 10,0 mm, para elementos estruturais da superestrutura.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Material conforme ABNT NBR 7480:2020;
- As barras devem estar limpas e livres de ferrugem solta;

- As emendas devem respeitar comprimento mínimo de transpasse;
- Utilizar espaçadores para garantir cobertura mínimo conforme NBR 6118.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em kg de aço incorporado;
- Inclui corte, dobra, amarração e montagem.

6.5 – ARMADURA CA-60 FINA (DIÂMETRO 3,4 A 6,4 MM)

Código: C0217 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** kg

DESCRIÇÃO

Fornecimento e aplicação de aço CA-60 nervurado, utilizado em estribos, malhas e reforços secundários.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Aço conforme ABNT NBR 7480:2020;
- Corte e dobra de acordo com o projeto estrutural;
- Fixação segura nas armaduras principais;
- Manter cobertura mínimo indicado na norma.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em kg de aço aplicado e aprovado;
- Inclui corte, dobra e amarração.

6.6 – LAJE PRÉ-FABRICADA TRELIÇADA PARA PISO – VÃO DE 1,81 A 2,80 M

Código: C4451 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m²

DESCRIÇÃO

Fornecimento e montagem de lajes pré-fabricadas treliçadas, tipo nervurada, com vigotas armadas, lajotas de enchimento e capa de concreto moldada in loco.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Produção conforme ABNT NBR 14859:2023 (Lajes Treliçadas Pré-fabricadas);
- As vigotas devem estar limpas e alinhadas antes do capeamento;
- Espessura mínima da capa de concreto: 4 cm, fck ≥ 25 MPa;
- Utilizar escoramento adequado durante a montagem e cura;
- As lajotas devem ser de cerâmica ou EPS, conforme projeto.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em m² de laje montada e concretada;
- Inclui fornecimento, montagem, escoramento, capeamento e cura.

7 – ALVENARIAS

7.1 – ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO FURADO (9x19x19)cm COM ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA, ESPESSURA = 10 cm (1:2:8)

Código: C0073 – Fonte: SEINFRA – Unidade: m²

DESCRIÇÃO

Execução de alvenaria de vedação com **tijolos cerâmicos furados de dimensões 9x19x19 cm**, assentados com **argamassa mista de cal hidratada, cimento e areia no traço 1:2:8**, com **espessura final de 10 cm**, conforme projeto arquitetônico e estrutural.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Os tijolos deverão estar **em boas condições, secos, limpos e isentos de trincas ou deformações**;
- A argamassa deverá ser preparada em betoneira ou misturador mecânico, utilizando **cal hidratada de boa qualidade**, cimento CP II e areia média peneirada;
- A alvenaria deve ser **executada em fiadas horizontais**, com juntas alternadas e **espessura máxima de 15 mm**;
- As juntas devem ser completamente preenchidas e as paredes erguidas **em prumo e esquadro**;
- Os blocos cerâmicos deverão ser **umedecidos antes do assentamento**, evitando absorção excessiva da água da argamassa;
- A amarração entre paredes ortogonais deverá ser realizada **com sobreposição de fiadas** ou com **colocação de vergalhões de ligação**;
- A argamassa excedente deve ser retirada antes da secagem, mantendo as juntas limpas e regulares;
- Prever **aberturas, vergas e contravergas** conforme o projeto;
- As paredes deverão ser **protegidas da chuva e da insolação direta durante a cura da argamassa**.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em m² de **parede executada e aprovada pela fiscalização**;
- Inclui **materiais, mão de obra, preparo da argamassa, assentamento, alinhamento e limpeza final**;
- A medição não incluirá vãos de portas e janelas.

8 – COBERTURA

8.1 – MADEIRAMENTO PARA TELHA CERÂMICA (RIPA, CAIBRO, LINHA)

Código: C4460 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m²

DESCRIÇÃO

Execução de estrutura de cobertura em madeira para sustentação de telhas cerâmicas, composta por **ripas, caibros, terças, linhas e demais elementos estruturais**, conforme o projeto executivo e ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Toda a madeira utilizada deverá ser **de primeira qualidade, seca, aparelhada e isenta de defeitos**, cupins ou empenamentos;
- Antes da montagem, as peças deverão receber **tratamento preservativo com produto inseticida e fungicida** (tipo CCA ou equivalente), conforme ABNT NBR 9480:2020;
- A montagem deverá garantir **estabilidade, alinhamento e amarração adequada** entre os elementos, de acordo com o projeto;
- As ligações devem ser realizadas com **pregos, parafusos ou conectores metálicos galvanizados**;
- As inclinações do telhado deverão obedecer às recomendações da ABNT NBR 15575 e do fabricante das telhas;
- O madeiramento deve ser rigidamente fixado à estrutura de apoio, mantendo-se o prumo e o nível das peças.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m² de cobertura executada na projeção vertical e aprovada pela fiscalização**;
- Inclui fornecimento, tratamento, corte, montagem e fixação de todos os componentes.

8.2 – TELHA CERÂMICA

Código: C4462 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m²

DESCRIÇÃO

Fornecimento e assentamento de telhas cerâmicas tipo colonial ou similar, sobre estrutura de madeira, obedecendo à inclinação e ao espaçamento definidos em projeto.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- As telhas devem ser **de primeira qualidade, uniformes, sem trincas ou empenamentos**, conforme ABNT NBR 15310:2022;
- A fixação deve ser feita com **pregos ou ganchos galvanizados**;
- O assentamento será iniciado pela beirada inferior, sobrepondo as fiadas em sentido ascendente, com transpasse mínimo de 10 cm;
- As telhas devem ser limpas antes e após o assentamento;
- Deverá ser garantida a **estanqueidade e ventilação da cobertura**.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m² de cobertura em projeção vertical concluída e aprovada**;
- Inclui fornecimento das telhas, mão de obra e fixadores.

8.3 – CUMEEIRA TELHA CERÂMICA, EMBOÇADA

Código: C4463 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m

DESCRIÇÃO

Execução de cumeeira cerâmica, fixada e vedada com argamassa de cimento e areia, com acabamento emboçado e alinhado.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- As telhas de cumeeira deverão ser **do mesmo tipo e cor das telhas principais**;
- O assentamento será feito com **argamassa de cimento e areia no traço 1:3**;
- As juntas devem ser totalmente preenchidas e o acabamento alisado;
- Garantir o **alinhamento e a estanqueidade** do conjunto;
- A argamassa deverá ser protegida contra a ação direta do sol e da chuva até a cura completa.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **metros lineares de cumeeira executada e aprovada**;
- Inclui telhas, argamassa, assentamento e acabamento.

8.4 – FORRO DE LAMBRI DE MADEIRA (7x1)cm

Código: C2998 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m²

DESCRIÇÃO

Fornecimento e instalação de forro de madeira tipo lambril, com régua de 7 cm de largura por 1 cm de espessura, fixadas sobre estrutura de madeira.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- A madeira deve ser **seca, aparelhada e tratada** contra fungos e cupins;
- As régua serão fixadas com **pregos ou parafusos galvanizados**, com encaixe macho-fêmea;
- A instalação deve permitir **ventilação entre o forro e a cobertura**;
- Após a fixação, aplicar **duas demãos de verniz protetivo**.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m² de forro instalado e aceito pela fiscalização**;
- Inclui madeira, tratamento, fixação e acabamento.

9 – PISOS

9.1 – ATERRO COMPACTAÇÃO MANUAL SEM CONTROLE, MATERIAL COM AQUISIÇÃO

Código: C0330 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m³

DESCRIÇÃO

Execução de aterro com fornecimento de material adequado, transporte, espalhamento e compactação manual sem controle tecnológico, destinado à regularização de pisos, fundações e áreas internas ou externas.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- O material utilizado deverá ser **livre de matéria orgânica, entulhos, raízes e pedras**;
- O lançamento será feito em **camadas horizontais de até 20 cm**, com umidade próxima da ótima;
- A compactação será realizada com **soquete manual ou sapo vibratório leve**;
- O aterro deverá atingir a **cota final do projeto**, garantindo o nivelamento e a regularidade da superfície;
- A execução deverá ser supervisionada por profissional habilitado, observando as normas de segurança.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m³ de aterro compactado e aceito pela fiscalização**;
- Inclui fornecimento, transporte, espalhamento, compactação e acabamento superficial.

9.2 – PISO MORTO CONCRETO FCK = 13,5 MPa COM PREPARO E LANÇAMENTO

Código: C3025 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m³

DESCRIÇÃO

Execução de contrapiso de concreto com resistência característica à compressão de 13,5 MPa, aplicado como base de regularização para pisos cerâmicos, cimentados ou outros revestimentos.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Traço médio 1:3:4 (cimento, areia e brita);
- Espessura conforme projeto;
- Lançamento sobre superfície limpa e umedecida;
- Adensamento manual e nivelamento com régua metálica;
- Cura úmida mínima de 3 dias.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m³ de concreto executado e aceito**;
- Inclui preparo, lançamento, adensamento, nivelamento e cura.

9.3 – CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA COM ARGAMASSA PRÉ-FABRICADA, ACIMA DE 30x30 cm (900 cm²) – PEI-4/PEI-5

Código: C3001 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m²

DESCRIÇÃO

Assentamento de revestimento cerâmico esmaltado retificado, com resistência PEI-4 ou PEI-5, aplicado com argamassa colante industrializada tipo AC-II sobre contrapiso regularizado.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- As placas cerâmicas deverão ser **de primeira qualidade, sem trincas ou deformações**;
- As juntas terão **largura mínima de acordo com as especificações do fabricante**, com uso de espaçadores plásticos;
- A aplicação será feita com **desempenadeira dentada**, preferencialmente em dupla colagem;
- O rejuntamento ocorrerá **após 72 horas**, com argamassa própria;
- A superfície deverá estar firme, seca e limpa.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m² de piso assentado e aprovado**;
- Inclui materiais, argamassa, rejunte e mão de obra.

9.4 – REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA PRÉ-FABRICADA, JUNTA ATÉ 2 mm EM CERÂMICA

Código: C1123 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m²

DESCRIÇÃO

Execução de rejuntamento em pisos cerâmicos, com juntas de até 2 mm, utilizando argamassa pré-fabricada tipo flexível.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- As juntas devem estar limpas e secas;
- A argamassa será aplicada com espátula de borracha, removendo o excesso antes da secagem;
- A limpeza será feita com pano úmido;
- A coloração do rejunte deve ser uniforme e compatível com o revestimento.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m² de rejunte aplicado e aceito**;
- Inclui materiais, mão de obra e limpeza final.

9.5 – PISO RÚSTICO DE CONCRETO RIPADO (1,00 x 1,00 m) JUNTAS = 10 cm, ESPESSURA = 8 cm**Código:** C1925 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m²**DESCRIÇÃO**

Execução de piso rústico de concreto moldado in loco, com acabamento ripado e juntas de dilatação a cada 1,00 m, com espessura de 8 cm.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Concreto com fck \geq 15 MPa;
- Base compactada e nivelada antes do lançamento;
- Execução de juntas a cada 1,00 m com profundidade de 10 mm;
- Acabamento com superfície antiderrapante;
- Cura úmida mínima de 7 dias.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m² de piso executado e aceito**;
- Inclui preparo, lançamento, acabamento e cura.

9.6 – RASPAGEM E LIMPEZA DO TERRENO**Código:** C2102 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m²**DESCRIÇÃO**

Serviço de raspagem e limpeza do terreno, com remoção de vegetação rasteira, entulhos e materiais orgânicos, para preparo de áreas destinadas à execução de pisos ou fundações.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- A raspagem será feita manualmente com enxadas e pás, em camada média de 5 cm;
- O material retirado deverá ser transportado para local aprovado pela fiscalização;
- O terreno deve ser nivelado e livre de resíduos após o serviço.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m² de terreno efetivamente limpo e aceito**;
- Inclui mão de obra, ferramentas e transporte.

9.7 – PISO INTERTRAVADO TIPO TIJOLINHO (20x10x8) cm, 35 MPa, COR CINZA – COMPACTAÇÃO MECANIZADA**Código:** C4917 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m²

DESCRIÇÃO

Execução de pavimento em blocos intertravados de concreto tipo tijolinho, cor cinza, resistência mínima de 35 MPa, assentados sobre colchão de pó de pedra.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Blocos com espessura de 8 cm, conforme ABNT NBR 9781:2021;
- Assentamento com junta seca, rejuntada com pó de pedra;
- Compactação final com placa vibratória;
- Bordas confinadas com meio-fio ou guia de concreto.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m² de pavimento concluído e aceito**;
- Inclui materiais, base, assentamento e compactação.

9.8 – LASTRO DE PÓ DE PEDRA

Código: C2864 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m³

DESCRIÇÃO

Execução de lastro de pó de pedra compactado, utilizado como camada de nivelamento e suporte para pavimentação intertravada, pisos de concreto ou áreas externas.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Material isento de argila e de granulometria uniforme;
- Espessura conforme projeto;
- Compactação com placa vibratória até atingir superfície firme e nivelada;
- Aplicação imediatamente antes do assentamento do piso final.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m³ de lastro executado e aceito**;
- Inclui fornecimento, espalhamento, nivelamento e compactação.

10 – REVESTIMENTOS**10.1 – CHAPISCO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA SEM PENEIRAR, TRAÇO 1:3, ESPESSURA = 5 mm, PARA PAREDE**

Código: C0776 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m²

DESCRIÇÃO

Aplicação de chapisco com argamassa de cimento e areia média, sem peneirar, no traço 1:3, espessura média de 5 mm, destinado a promover a aderência entre a base e o revestimento posterior (reboco ou emboço).

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- A base deve estar **limpa, firme e livre de poeira, graxa, óleos e resíduos de desmoldante**;
- Umedecer a superfície antes da aplicação até atingir saturação superficial seca;
- Preparar a argamassa em **betoneira ou misturador mecânico**, garantindo homogeneidade;
- Aplicar o chapisco de forma irregular, com colher ou desempenadeira, cobrindo toda a superfície;
- A cura úmida deve ser mantida por **no mínimo 3 dias** antes da aplicação do reboco;
- Não aplicar sob incidência direta de sol, ventos fortes ou chuva.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m² de superfície chapiscada e aceita pela fiscalização**;
- Inclui fornecimento de materiais, preparo, aplicação e cura.

10.2 – REBOCO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:4

Código: C3037 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m²

DESCRIÇÃO

Execução de revestimento final (reboco) com argamassa de cimento e areia média peneirada, traço 1:4, aplicado sobre chapisco curado, para nivelamento e acabamento de superfícies verticais internas ou externas.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- O chapisco deve estar completamente curado e a base devidamente umedecida antes da aplicação;
- A argamassa deve ser preparada mecanicamente, garantindo mistura homogênea;
- Aplicação em **camadas de até 20 mm de espessura**, conforme necessidade de nivelamento;
- O acabamento deve ser desempenado e uniforme, pronto para pintura ou revestimento final;
- Deve ser realizada **cura úmida mínima de 3 dias**, evitando fissuração;
- As juntas estruturais e de movimentação devem ser respeitadas e mantidas íntegras.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m² de reboco executado e aceito pela fiscalização**;
- Inclui fornecimento de materiais, preparo, aplicação, acabamento e cura.

11 – PINTURAS

11.1 – LÁTEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES INTERNAS SEM MASSA

Código: C1615 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m²

DESCRIÇÃO

Execução de pintura em paredes internas com tinta látex PVA, aplicada em **duas demãos**, sem aplicação prévia de massa corrida, sobre superfícies rebocadas e devidamente preparadas.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- A superfície deve estar **seca, limpa e isenta de pó, gordura, mofo ou eflorescências**;
- Antes da pintura, corrigir pequenas imperfeições com massa niveladora apropriada e lixar;
- Aplicar fundo preparador, se necessário, conforme recomendação do fabricante;
- A tinta deverá ser de **primeira qualidade, lavável, com baixo odor e atóxica**;
- As demãos devem ser aplicadas com rolo de lã ou pistola, com intervalos mínimos de 4 horas;
- A tonalidade deverá seguir o padrão indicado no projeto arquitetônico ou aprovado pela fiscalização.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m² de superfície pintada e aprovada pela fiscalização**;
- Inclui preparação, correções, aplicação e limpeza final.

11.2 – LÁTEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS SEM MASSA

Código: C1614 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m²

DESCRIÇÃO

Execução de pintura em paredes externas com tinta látex acrílico, aplicada em **duas demãos**, sem uso de massa acrílica, sobre superfícies rebocadas e preparadas conforme especificação.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- A superfície deve estar **seca, firme e livre de sujidades e eflorescências**;
- Aplicar **selador acrílico** como fundo preparador, se recomendado pelo fabricante;
- A tinta deverá ser **resistente à radiação UV e intempéries**, com acabamento fosco ou semibrilho;
- Aplicação com rolo de lã, trinchá ou pistola, com tempo de secagem entre demãos de, no mínimo, 4 horas;
- A tonalidade deverá seguir o padrão aprovado pela fiscalização.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m² de parede externa pintada e aceita pela fiscalização**;
- Inclui todos os materiais, preparo da superfície, pintura e limpeza final.

11.3 – VERNIZ TRÊS DEMÃOS EM ESQUADRIAS DE MADEIRA

Código: C2667 – Fonte: SEINFRA – Unidade: m²

DESCRIÇÃO

Aplicação de verniz transparente em **três demãos** sobre esquadrias, batentes e elementos de madeira, com lixamento entre demãos, para proteção e acabamento.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- A madeira deve estar **seca, lixada, limpa e isenta de poeira e umidade**;
- Utilizar verniz de **primeira qualidade, com filtro solar e propriedades hidrorrepelentes**;
- Aplicação com pincel, trinchá ou pistola, respeitando o tempo de secagem indicado pelo fabricante;
- Entre cada demão, realizar lixamento fino com lixa nº 220 para uniformização;
- Manter acabamento uniforme, sem escorrimentos ou manchas.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m² de superfície envernizada e aceita pela fiscalização**;
- Inclui lixamento, aplicação das demãos, materiais e limpeza final.

12 – ESQUADRIAS

12.1 – PORTA TIPO PARANÁ (0,80 x 2,10 m), COMPLETA

Código: C4428 – Fonte: SEINFRA – Unidade: un

DESCRIÇÃO

Fornecimento e instalação de porta tipo Paraná, de dimensões **0,80 m x 2,10 m**, com folha, batente, ferragens e acabamentos completos, destinada a ambientes internos.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- A porta deverá ser confeccionada em **madeira tipo Paricá, Tauari ou equivalente**, seca em estufa, com umidade inferior a 18%;
- A espessura mínima da folha será de **35 mm**, com miolo sarrafeado ou colmeia;
- O batente será de madeira compatível, com **largura mínima de 14 cm**;
- As ferragens (dobradiças, fechadura, parafusos) devem ser **metálicas galvanizadas ou inoxidáveis**;
- O acabamento deverá ser com **seladora e verniz transparente** ou pintura, conforme projeto;
- As portas devem ser instaladas com **folga inferior máxima de 5 mm** e perfeita vedação.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **unidade (un) de porta instalada e aceita pela fiscalização**;

- Inclui folha, batente, ferragens, acabamento, instalação e limpeza final.

12.2 – JANELA TIPO FICHA (1,40 x 1,10 m) – MADEIRA MISTA – COMPLETA – PADRÃO POPULAR

Código: C3544 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** un

DESCRIÇÃO

Fornecimento e instalação de janela tipo ficha, de dimensões **1,40 m x 1,10 m**, confeccionada em madeira mista (estrutura em madeira dura e folhas em madeira leve), completa com marco, folhas, ferragens e acabamentos, padrão popular.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Estrutura principal em **madeira de lei (Maçaranduba, Jatobá, Cumaru, Angelim ou equivalente)**;
- Folhas em madeira leve (Cedrinho ou Paricá), devidamente tratada e seca;
- A janela deve possuir **duas folhas de abrir, com venezianas fixas ou móveis**;
- Ferragens (dobradiças, fechos e parafusos) devem ser de **aço inoxidável ou galvanizado**;
- O acabamento será em verniz ou pintura acrílica, conforme o padrão definido em projeto;
- O conjunto deve permitir **abertura total das folhas** e perfeito funcionamento.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **unidade de janela instalada e aceita pela fiscalização**;
- Inclui fornecimento, instalação, ferragens, fixação e acabamento.

13 – INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

13.1 – PIA DE AÇO INOX (1,20 x 0,60 m) COM 1 CUBA E ACESSÓRIOS

Código: C3017 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** un

DESCRIÇÃO

Fornecimento e instalação de pia de aço inoxidável, dimensões **1,20 x 0,60 m**, com **uma cuba e acessórios completos** (válvula, sifão, suportes e fixadores), conforme projeto hidráulico e arquitetônico.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Aço inoxidável tipo AISI 304, acabamento escovado;
- Espessura mínima de 0,6 mm;
- Cuba soldada e integralmente vedada;
- Suportes metálicos galvanizados, chumbados na parede;
- Instalação nivelada e devidamente fixada à parede;
- Vedação das conexões com veda-rosca ou fita PTFE.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição por unidade de pia instalada e aceita;
- Inclui fornecimento, instalação e testes de funcionamento.

13.2 – TUBO PVC BRANCO PARA ESGOTO D = 40 mm (1½")

Código: C2595 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m

DESCRIÇÃO

Fornecimento e instalação de tubo de PVC branco para esgoto sanitário, diâmetro nominal de **40 mm (1½")**, para condução de efluentes em instalações prediais.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Tubos e conexões fabricados conforme **ABNT NBR 5688:2020**;
- Junta com anel de vedação ou solda por adesivo apropriado;
- Instalação com declividade mínima de 1%;
- Fixação com braçadeiras a cada 1,5 m;
- As extremidades devem ser limpas e biseladas antes da soldagem.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **metros lineares (m)** de tubulação instalada;
- Inclui tubos, conexões, adesivos e fixações.

13.3 – JOELHO PVC BRANCO PARA ESGOTO D = 40 mm (1½")

Código: C1551 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** un

DESCRIÇÃO

Fornecimento e instalação de joelho em PVC branco para esgoto sanitário, diâmetro de **40 mm (1½")**, destinado a mudanças de direção na rede.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Peças em PVC rígido, conforme ABNT NBR 5688:2020;
- Instalação por soldagem química com adesivo apropriado;
- O raio de curvatura deve obedecer ao projeto hidráulico;
- Juntas devem ser perfeitamente vedadas.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **unidade (un)** de joelho instalado;
- Inclui conexões e materiais de vedação.

13.4 – CAIXA D'ÁGUA EM FIBERGLASS – CAPACIDADE 500 L

Código: C3441 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** un

DESCRIÇÃO

Fornecimento e instalação de caixa d'água em material composto de fibra de vidro (fyberglass), com capacidade de 500 litros, incluindo todos os acessórios de entrada, saída, extravasor e limpeza.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Material conforme **ABNT NBR 13210:2019**;
- Tampa removível com vedação e respiro;
- Base de apoio firme e nivelada;
- Conexões instaladas com veda-rosca e buchas apropriadas.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **unidade (un)** de reservatório instalado;
- Inclui suporte, conexões e mão de obra de montagem.

13.5 – TUBO PVC SOLDÁVEL MARROM D = 20 mm (½")

Código: C2615 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m

DESCRIÇÃO

Fornecimento e instalação de tubo PVC soldável marrom, diâmetro **20 mm (½")**, para condução de água fria sob pressão em instalações prediais.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Tubos conforme ABNT NBR 5648:2020;
- Instalação com adesivo PVC específico;
- Fixação a cada 1,2 m com suportes metálicos ou plásticos;
- Evitar torções e dobras;
- O teste hidrostático deve ser realizado antes do fechamento da parede.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **metros lineares (m)** de tubulação instalada;
- Inclui tubos, conexões e adesivo.

13.6 – COTOVELO PVC SOLDÁVEL MARROM D = 20 mm (½")

Código: C0952 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** un

DESCRIÇÃO

Fornecimento e instalação de cotovelo em PVC soldável marrom, diâmetro de **20 mm (½")**, para mudança de direção em redes de água fria.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Material conforme ABNT NBR 5648:2020;
- União com adesivo PVC;
- As curvas devem ser suaves, evitando pontos de tensão;
- As conexões devem ser limpas e secas antes da aplicação do adesivo.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **unidade (un)** de cotovelo instalado;
- Inclui materiais de união e instalação.

13.7 – TORNEIRA DE PRESSÃO CROMADA LONGA PARA PIA

Código: C2504 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** un

DESCRIÇÃO

Fornecimento e instalação de torneira de pressão cromada longa para pia de lavatório, em latão cromado ou ABS de alta resistência, com mecanismo de vedação cerâmico.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Acabamento cromado de alta durabilidade;
- Bitola ½", compatível com o ponto hidráulico;
- Instalação com vedação PTFE e aperto manual controlado;
- Deve permitir fechamento perfeito e sem vazamentos.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **unidade (un)** instalada e aprovada;
- Inclui fornecimento, instalação e testes.

13.8 – BOMBA CENTRÍFUGA DE ½ CV, INCLUSIVE MATERIAL DE SUÇÃO

Código: C0441 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** un

DESCRIÇÃO

Fornecimento e instalação de bomba centrífuga elétrica de ½ CV de **potência**, para recalque de água potável, incluindo **materiais de sucção, conexões, válvulas e acessórios**, conforme projeto hidráulico.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Bomba centrífuga horizontal, carcaça em ferro fundido e rotor em bronze ou termoplástico;
- Motor elétrico monofásico 220V, IP44, com rendimento mínimo de 70%;
- Vazão e altura manométrica conforme projeto hidráulico (mínimo 2 m³/h e 10 m.c.a.);
- Instalação sobre base firme de concreto, com amortecimento antivibração;
- Aspiração com válvula de pé e crivo de proteção;
- Tubulações de sucção e recalque em PVC soldável ou galvanizado, conforme projeto.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição por **unidade (un)** instalada e testada;
- Inclui fornecimento completo, instalação, testes e regulagem final.

13.9 – CASA DE BOMBAS (1,50 x 1,50 m) EM ALVENARIA E CONCRETO

Código: C0729 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** un

DESCRIÇÃO

Construção de abrigo em alvenaria estrutural e cobertura de concreto, dimensões **1,50 x 1,50 m**, destinado à instalação e proteção do conjunto de bombeamento, conforme projeto executivo.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Paredes em alvenaria cerâmica de 10 cm, rebocadas e pintadas;
- Laje de cobertura em concreto armado com espessura mínima de 6 cm;
- Piso cimentado com caimento para dreno e canaleta de escoamento;
- Portinhola metálica de ventilação;
- Porta metálica com fechamento por cadeado;
- Instalação de eletrodutos e conduítes para alimentação elétrica do equipamento;
- Prever ponto de iluminação interna.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **unidade (un)** de abrigo construído e aceito;
- Inclui materiais, mão de obra e acabamento final.

13.10 – AUTOMÁTICO DE BOIA

Código: C0332 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** un

DESCRIÇÃO

Fornecimento e instalação de automático de boia para controle do nível de reservatórios superiores ou inferiores, compatível com sistema elétrico da bomba de recalque.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Corpo em polipropileno ou PVC, vedação IP68;
- Cabo elétrico com isolamento duplo, mínimo 2 m de comprimento;
- Comutação mínima de 10A/250V;
- Instalação conforme diagrama elétrico da bomba;
- Deve permitir desligamento automático da bomba em nível máximo e acionamento em nível mínimo.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição por **unidade (un)** instalada e testada;
- Inclui fornecimento, instalação e interligação elétrica.

13.11 – REGISTRO DE GAVETA BRUTO D = 25 mm (1")

Código: C2158 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** un

DESCRIÇÃO

Fornecimento e instalação de registro de gaveta bruto, em **latão forjado ou bronze fundido**, diâmetro nominal de **25 mm (1")**, para bloqueio geral de redes de água fria.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Corpo em bronze, haste em aço inox e volante em alumínio;
- Pressão de serviço mínima de 10 kgf/cm²;
- Vedação por anéis de borracha nitrílica (NBR);
- Instalação na posição vertical, com rosca BSP compatível com o tubo;
- Aplicação de fita PTFE nas roscas e fixação com chave adequada.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição por **unidade (un)** instalada e aceita;
- Inclui fornecimento, instalação e materiais de vedação.

14 – INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

14.1 – QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO EMBUTIR ATÉ 6 DIVISÕES, SEM BARRAMENTO

Código: C2078 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** un

DESCRIÇÃO

Fornecimento e instalação de quadro de distribuição embutido, com capacidade para até **6 divisões**, sem barramento, destinado à instalação de disjuntores modulares em rede monofásica ou bifásica.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Caixa metálica com pintura eletrostática branca;
- Tampa articulada e visor transparente em acrílico;
- Capacidade para até **6 disjuntores DIN**;
- Grau de proteção mínimo **IP40**;
- Fixação embutida em parede de alvenaria;
- Todos os cabos devem ser devidamente identificados e fixados com prensa-cabos.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **unidade (un)** instalada e aceita;
- Inclui fornecimento, fixação e interligação elétrica.

14.2 – ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA AÉREA, MONOFÁSICA

Código: 101489 – **Fonte:** SINAPI – **Unidade:** un

DESCRIÇÃO

Execução de entrada de energia aérea monofásica, com caixa de sobrepor, cabo de 10 mm² e disjuntor DIN de 50A, conforme normas da concessionária de energia elétrica.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Cabo de cobre antichama 750V, seção de 10 mm²;
- Caixa de medição padrão da concessionária, em polycarbonato ou chapa galvanizada;
- Disjuntor DIN bipolar 50A;
- Eletroduto de subida em PVC rígido 32 mm;
- Conexão e lacre conforme exigências da distribuidora local.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **unidade (un)** instalada e aceita;
- Inclui materiais, montagem e testes elétricos.

14.3 – POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, RESISTÊNCIA NOMINAL 200 kgf

Código: C4958 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** un

DESCRIÇÃO

Fornecimento e instalação de poste de concreto circular, **altura de 7,00 m, peso aproximado de 670 kg**, resistência nominal de **200 kgf**, destinado à sustentação de entrada aérea.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Concreto pré-moldado, resistência mínima fck = 25 MPa;

- Base chumbada em sapata de concreto de 40 x 40 x 60 cm;
- Revestimento com impermeabilizante betuminoso até 30 cm abaixo do solo;
- Cabo de aterramento ligado à haste de cobre 2,40 m;
- Devem ser utilizados isoladores e abraçadeiras galvanizadas.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição por **unidade (un)** instalada;
- Inclui fornecimento, fixação e concreto de base.

14.4 – CABO ISOLADO PVC 750V 2,5 mm²

Código: C0540 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m

DESCRIÇÃO

Fornecimento e instalação de cabo de cobre eletrolítico, isolado com PVC, seção **2,5 mm²**, para circuitos terminais de iluminação e tomadas.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Cabo flexível antichama, tipo **BWF**;
- Isolamento em PVC 70°C, tensão nominal 750V;
- Condutor com certificação do Inmetro;
- A instalação deve ser feita em eletrodutos, sem emendas aparentes.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **metro (m)** de cabo instalado;
- Inclui cortes, conexões e fixações.

14.5 – ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 mm (3/4”), EM PAREDE

Código: 91854 – **Fonte:** SINAPI – **Unidade:** m

DESCRIÇÃO

Fornecimento e instalação de eletroduto flexível corrugado de PVC, diâmetro nominal **25 mm (3/4”)**, instalado embutido em parede para proteção de condutores elétricos.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Material conforme ABNT NBR 15465:2019;
- Resistência mínima à compressão: 320 N;
- Instalação sem dobras excessivas, mantendo raio mínimo de curvatura de 6x o diâmetro;
- União por luvas ou conectores específicos.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição por **metro (m)** de eletroduto instalado;
- Inclui conexões, curvas e fixações.

14.6 – ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 mm (3/4”), EM FORRO

Código: 91834 – **Fonte:** SINAPI – **Unidade:** m

DESCRIÇÃO

Instalação de eletroduto flexível corrugado em PVC, DN 25 mm, destinado à passagem de cabos em **forro ou cobertura**, com fixação mecânica.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Conforme ABNT NBR 15465:2019;
- Fixação com abraçadeiras a cada 60 cm;
- Curvas suaves e conexões estanques;
- Identificação do circuito no ponto de saída.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **metro (m)** de eletroduto instalado;
- Inclui materiais de fixação e emendas.

14.7 – LÂMPADA TUBULAR LED DE 18/20 W, COM SOQUETE, BASE G13 – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO

Código: 100903 – **Fonte:** SINAPI – **Unidade:** un

DESCRIÇÃO

Fornecimento e instalação de **luminária tubular LED**, potência **18 a 20 W**, com soquete tipo **G13**, base em alumínio e difusor em policarbonato, incluindo todos os acessórios e materiais de fixação.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Fluxo luminoso mínimo: **1.800 lúmens**;
- Eficiência luminosa ≥ 100 lm/W;
- Vida útil mínima: **25.000 horas**;
- Temperatura de cor: **4.000 K (branco neutro)**;
- Grau de proteção IP40 ou superior;
- Alimentação: 220 V, frequência 60 Hz;
- Instalação com conduíte embutido e conexão isolada.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **unidade (un)** instalada e em funcionamento;
- Inclui fornecimento, fixação e interligação elétrica.

14.8 – INTERRUPTOR DUAS TECLAS SIMPLES 10A 250V

Código: C1479 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** un

DESCRIÇÃO

Fornecimento e instalação de **interruptor de duas teclas simples**, para tensão de **250 V**, corrente nominal de **10 A**, conforme projeto elétrico e layout arquitetônico.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Corpo em material termoplástico antichama;
- Cor branca, acabamento acetinado;
- Fixação em caixa 4” embutida;
- Conexões por parafuso ou borne de engate rápido;
- Compatível com placa modular padrão.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **unidade (un)** instalada e testada;
- Inclui fornecimento, fixação e ligação elétrica.

14.9 – INTERRUPTOR UMA TECLA SIMPLES E TOMADA UNIVERSAL 10A 250V

Código: C1496 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** un

DESCRIÇÃO

Fornecimento e instalação de conjunto composto por **interruptor simples e tomada universal**, ambos de **10 A – 250 V**, instalados em placa única, conforme layout.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Conjunto modular com suporte metálico zincado;
- Tomada compatível com plugues de pinos 4,0 mm e 4,8 mm;
- Corpo em termoplástico autoextinguível;
- Fixação embutida com placa de acabamento;
- A tomada deve estar conectada a circuito independente, conforme NBR 5410.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **unidade (un)** instalada e aceita;
- Inclui fornecimento, montagem e ligação.

14.10 – TOMADA UNIVERSAL 10A 250V

Código: C2493 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** un

DESCRIÇÃO

Fornecimento e instalação de **tomada universal 10A – 250V**, padrão NBR 14136, instalada em caixa embutida de 4” com placa de acabamento.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Corpo em termoplástico autoextinguível;
- Contatos em liga de cobre estanhado;
- Fixação modular embutida;
- Altura padrão conforme uso (0,30 m do piso para uso geral e 1,20 m para bancadas).

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **unidade (un)** instalada e testada;
- Inclui todos os materiais e ligação elétrica.

14.11 – RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA PARA ELETRODUTOS

Código: 90447 – **Fonte:** SINAPI – **Unidade:** m

DESCRIÇÃO

Execução de **rasgo linear manual** em alvenaria para instalação de eletrodutos com diâmetros iguais ou inferiores a **40 mm**, inclusive limpeza e remoção de entulho.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Abertura linear com largura suficiente para passagem do eletroduto;
- Profundidade mínima conforme diâmetro do condutor;
- Corte manual com talhadeira e martelo ou serra elétrica;
- Não é permitida a ruptura de vergas ou pilares.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **metro (m)** linear executado;
- Inclui abertura, limpeza e remoção de entulho.

14.12 – CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA ELETRODUTOS

Código: 104766 – **Fonte:** SINAPI – **Unidade:** m

DESCRIÇÃO

Execução de **chumbamento linear** em alvenaria de eletrodutos com diâmetro nominal igual ou inferior a **40 mm**, inclusive recomposição da parede com argamassa de cimento e areia.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Utilizar argamassa traço 1:3 (cimento e areia);
- Compactação manual e acabamento alinhado com a superfície;
- Revestimento e regularização após cura mínima de 24h;
- O eletroduto deve estar previamente fixado e testado.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **metro (m)** linear chumbado;
- Inclui materiais e recomposição completa da parede.

15 – BANCOS DE MADEIRA**15.1 – BANCO DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO – L = 3,00 m**

Código: C0360 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** un

DESCRIÇÃO

Fornecimento e instalação de banco de madeira com estrutura metálica, comprimento de **3,00 metros**, destinado a áreas externas ou de convivência, conforme projeto arquitetônico.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Assento e encosto em madeira de lei (Angelim, Cumaru ou equivalente), seca e tratada contra fungos e cupins;
- Espessura mínima das réguas de madeira: 3,0 cm;
- Estrutura metálica em ferro galvanizado ou aço carbono, com pintura anticorrosiva e acabamento em esmalte sintético;
- Fixação por chumbadores metálicos em base de concreto;
- Todas as arestas e quinas devem ser arredondadas, garantindo segurança no uso.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **unidade (un)** instalada e aceita pela fiscalização;
- Inclui fornecimento de materiais, montagem, pintura e fixação definitiva.

16 – REFORMA DO FOGÃO À LENHA**16.1 – DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO COM ARGAMASSA**

Código: C1070 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m²

DESCRIÇÃO

Demolição manual de revestimento de parede com argamassa de cimento e areia, incluindo remoção de entulho e limpeza da área para posterior recomposição.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- A demolição deve ser executada com ferramentas manuais (talhadeira, martelo e ponteiro);
- A superfície deve ser totalmente limpa, removendo partes soltas e resíduos;
- Os entulhos deverão ser transportados e dispostos em local determinado pela fiscalização.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m²** de área demolida e limpa;
- Inclui mão de obra, transporte e destinação do entulho.

16.2 – CHAPISCO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA SEM PENEIRAR, TRAÇO 1:3, ESPESSURA 5 mm

Código: C0776 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m²

DESCRIÇÃO

Execução de chapisco com argamassa de cimento e areia no traço **1:3**, sem peneiramento, com **espessura média de 5 mm**, aplicado sobre superfícies de alvenaria ou concreto.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Utilizar cimento CP II e areia média limpa;
- Adicionar água suficiente para consistência pastosa e aderente;
- Aplicação com desempenadeira de aço ou colher de pedreiro;
- A superfície deve estar limpa, umedecida e livre de pó ou óleo.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Medição em **m²** de área executada e aceita;
- Inclui preparo da superfície, materiais e limpeza final.

16.3 – REBOCO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:4

Código: C3037 – **Fonte:** SEINFRA – **Unidade:** m²

DESCRIÇÃO

Execução de reboco sobre paredes internas e externas, utilizando argamassa peneirada de cimento e areia, traço **1:4**, com acabamento desempenado.

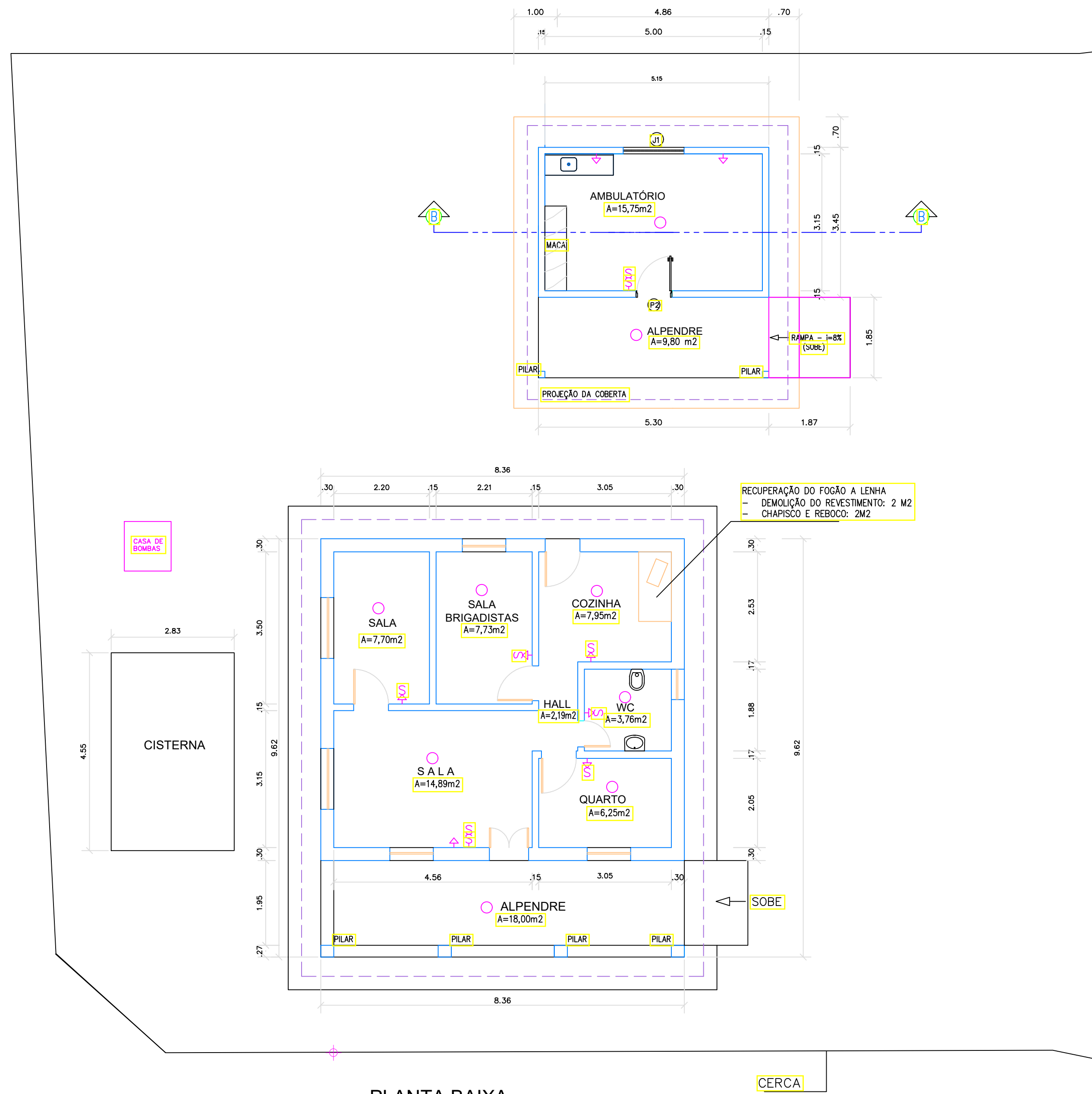
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Cimento Portland CP II e areia fina peneirada;
- Espessura média: 10 mm;

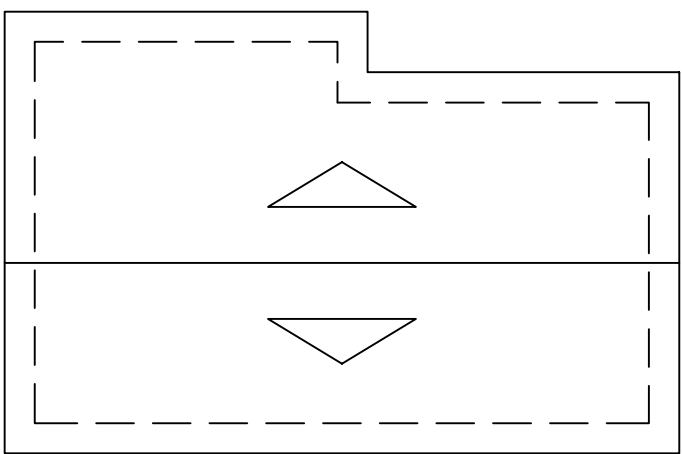
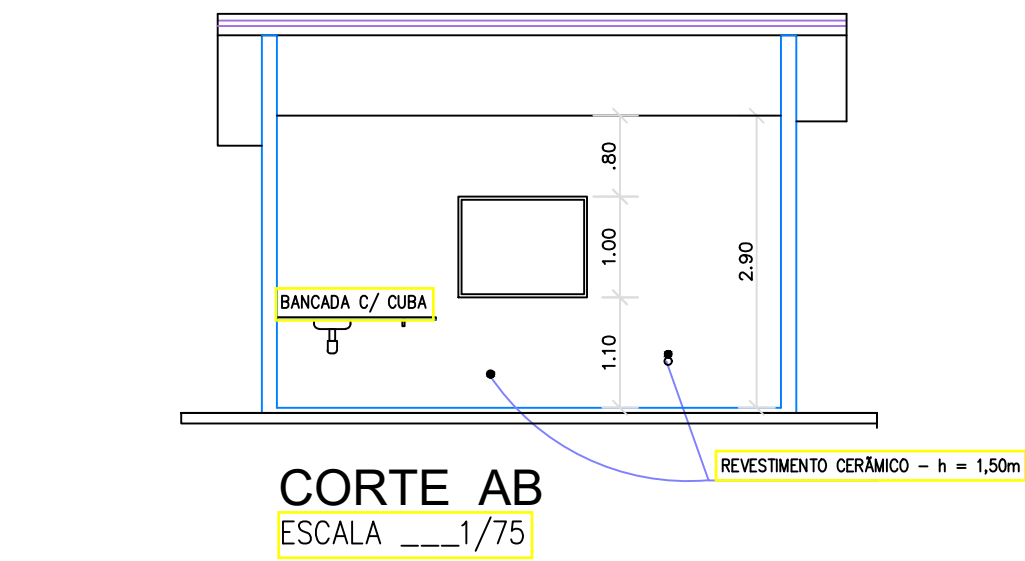
- Aplicação após a cura do chapisco;
- Superfície regularizada e desempenada em duas camadas;
- Cura úmida mínima de 72 horas.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO

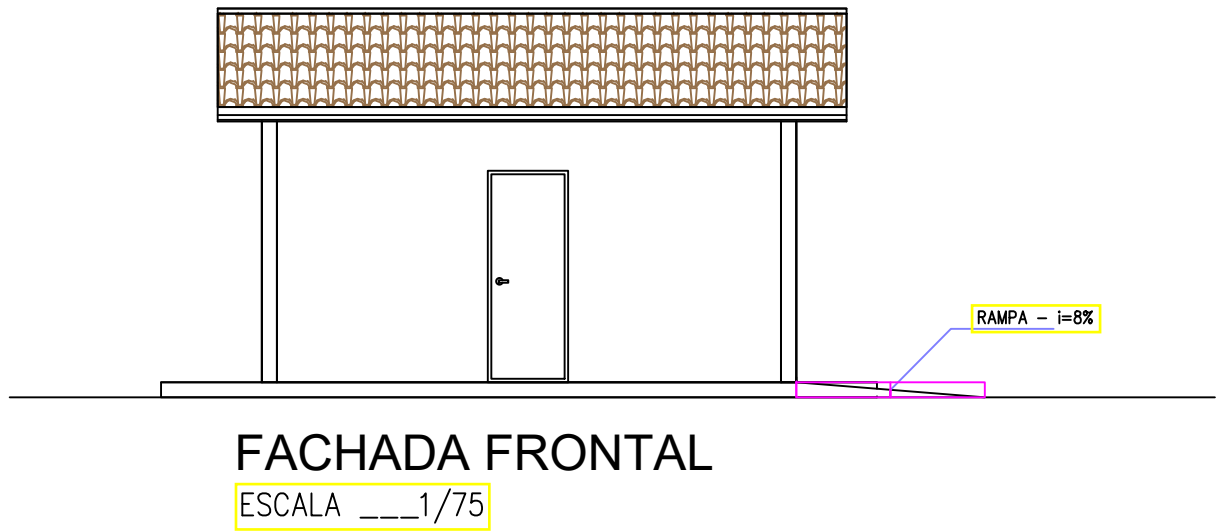
- Medição em **m²** de área acabada e aceita;
- Inclui preparo, aplicação, acabamento e limpeza.



PLANTA BAIXA
ESCALA 1/75

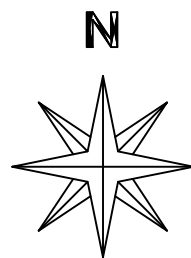


PLANTA COBERTA - AMBULATÓRIO
ESCALA 1/125



SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS – AMBULATÓRIO

- 01 – ALVENARIA EM BLOCO CERÂMICO 9X19X19CM REBOCADA PARA PINTURA: 52,49 M2
- 02 – COBERTURA EM TELHA COLONIAL E ESTRUTURA DE MADEIRA: 37,80 M2
- 03 – PISO CERÂMICO 46X46CM: 25,55 M2
- 04 – CALÇADA E RAMPA DE CONCRETO RIPADO:18,05 M2
- 05 – PINTURA EXTERNA: 94,56 M2 .
- 06 – INSTALAÇÃO DE FORRO DE LAMBRI DE MADEIRA: 50,47 M2
- 07 – RECUPERAÇÃO DE FOGÃO DE LENHA: 2,00 M2

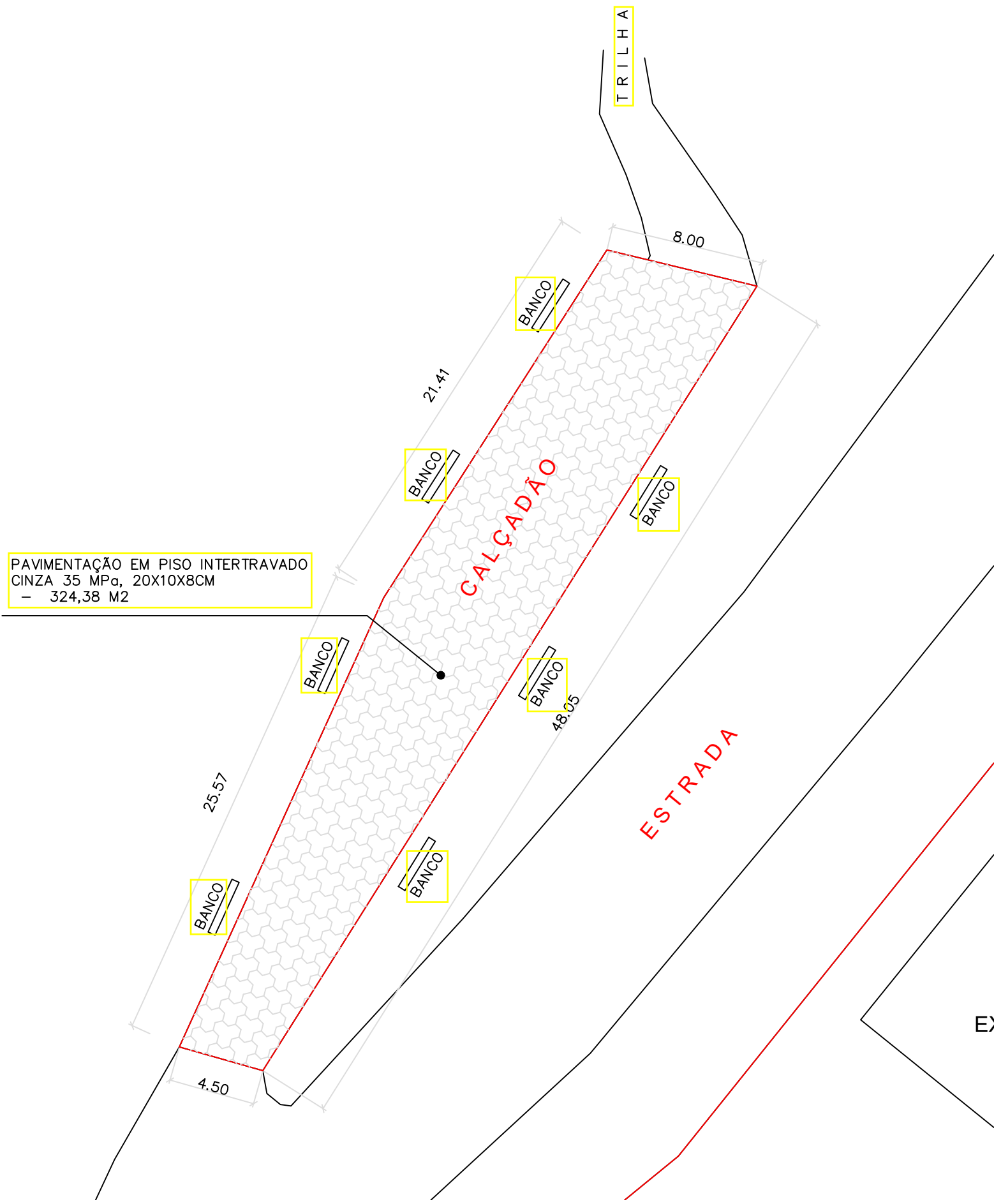


PLANTA DE SITUAÇÃO
S/ ESCALA

ESQUADRIAS - BLOCO NOVO				
ITEM	LARG.	ALT.	TIPO	QUANT.
P1	0,80	1,00	PORTA	01
J1	1,40	1,00	JANELA – MADEIRA	01

SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS – CASA DO GUARDA

- 01 – DEMOLIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE PISO POR PISO CERÂMICO: 50,47 M2
- 02 – DEMOLIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TODA A COBERTURA, MADEIRAMENTO E TELHAMENTO: 97,11 M2
- 03 – DEMOLIÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE TODA A CALÇADA EXTERNA, INCLUINDO A RAMPA: 32,56 M2
- 04 – PINTURA INTERNA: 126,40 M2 .
- 05 – PINTURA EXTERNA: 94,56 M2 .
- 06 – INSTALAÇÃO DE FORRO DE LAMBRI DE MADEIRA: 50,47 M2
- 07 – RECUPERAÇÃO DE FOGÃO DE LENHA: 2,00 M2



PLANTA - PAVIMENTAÇÃO
ACCESSO A TRILHA
S/ ESCALA

SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS – ACESSO A TRILHA

- 01 – PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO: 324,38 M2
- 02 – BANCOS DE FERRO E MADEIRA: 7 UN

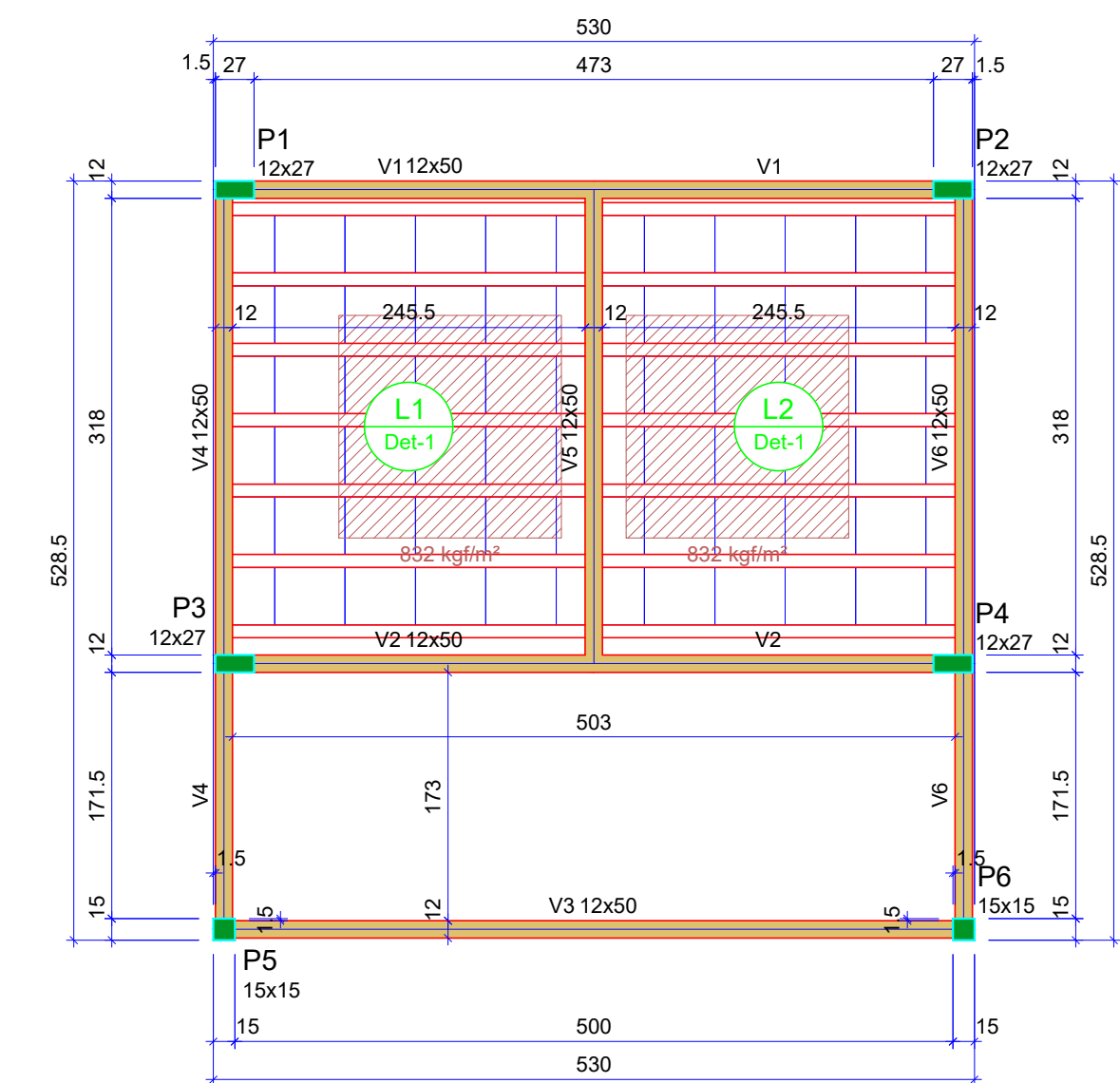
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - CRATO /CE

OBRA REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE

LOCAL CASA DO GUARDA-FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE

RESP.LEV.	ÁREA DE CONST. CASA EXIST.	ÁREA DE CONST. AMBULATÓRIO
	80,42 m2	28,09 m2
ESCALA	DATA	FOLHA
1/75 e 1/100	NOVEMBRO / 2025	01/01



Forma do pavimento COBERTURA
escala 1:50

Vigas			
Nome	Seção (cm)	Elevação (cm)	Nível (cm)
V1	12x50	0	300
V2	12x50	0	300
V3	12x50	0	300
V4	12x50	0	300
V5	12x50	0	300
V6	12x50	0	300

Lajes						
Nome	Tipo	Altura (cm)	Elevação (cm)	Nível (cm)	Peso próprio (kgf/m²)	Sobrecarga (kgf/m²)
L1	Treilhada 1D	12	0	300	138	182
L2	Treilhada 1D	12	0	300	138	182

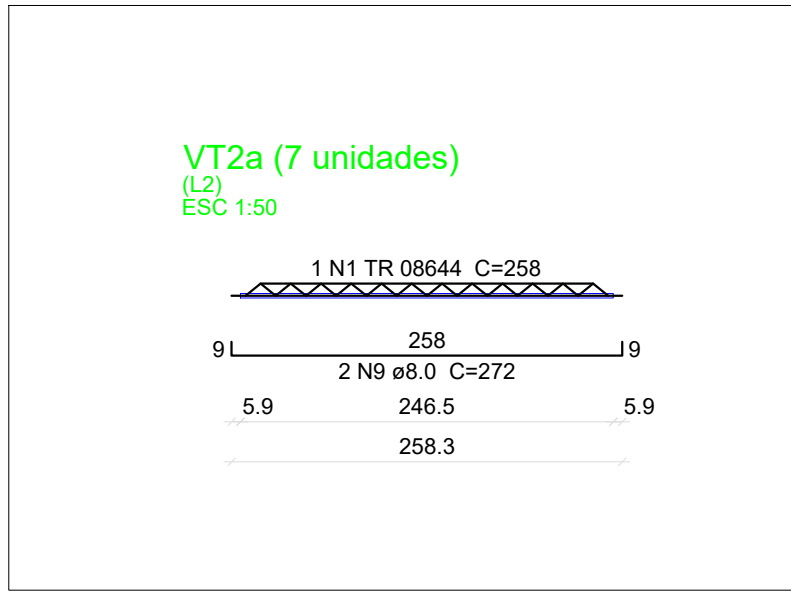
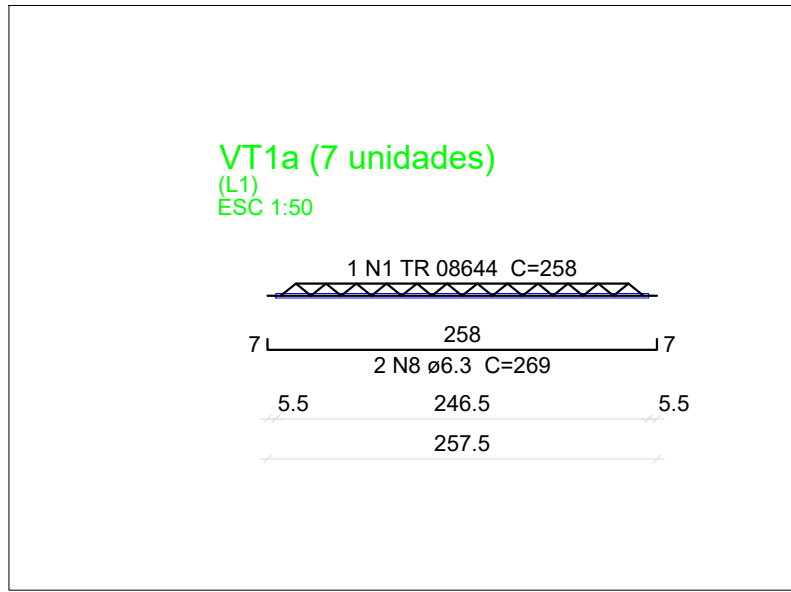
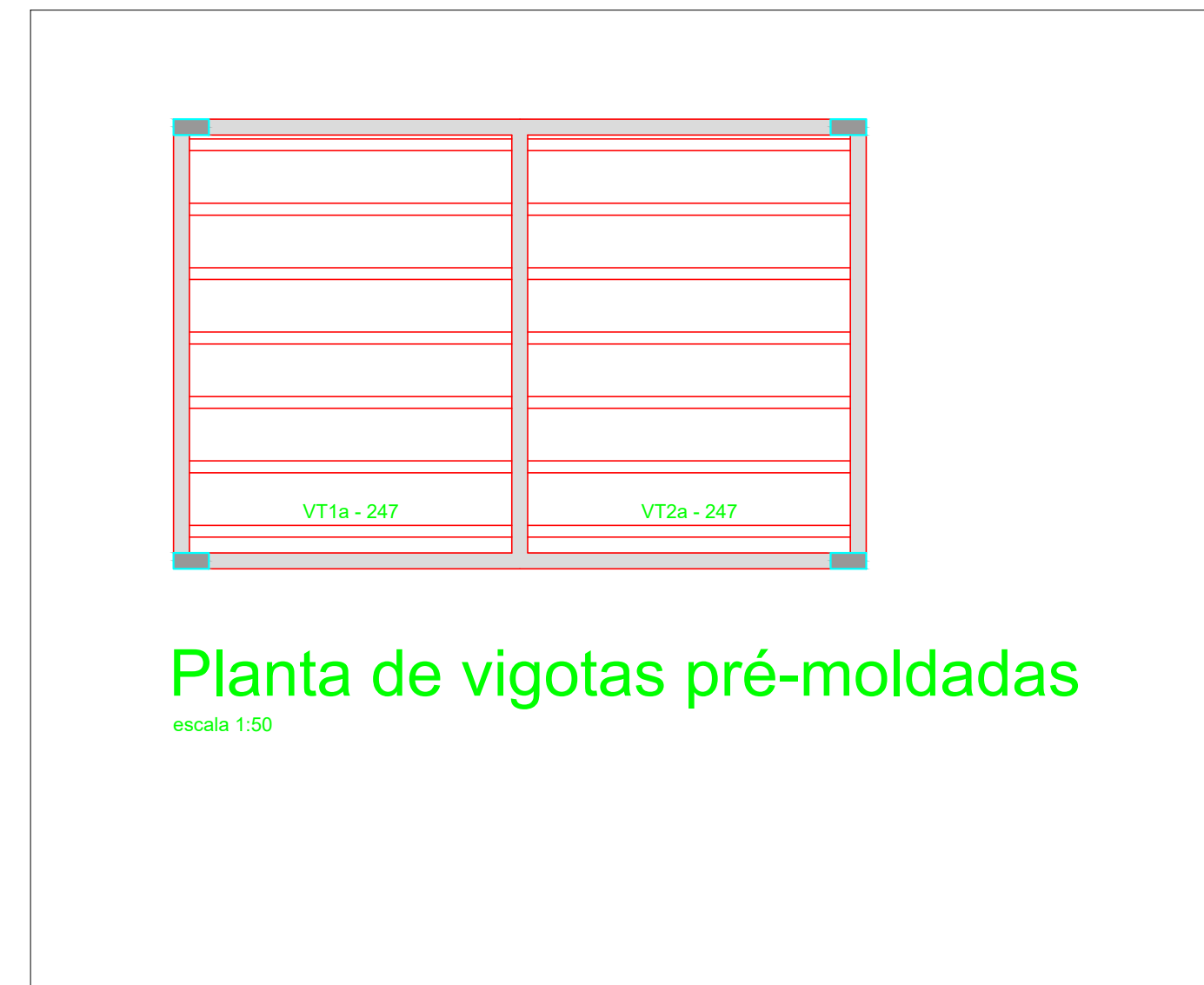
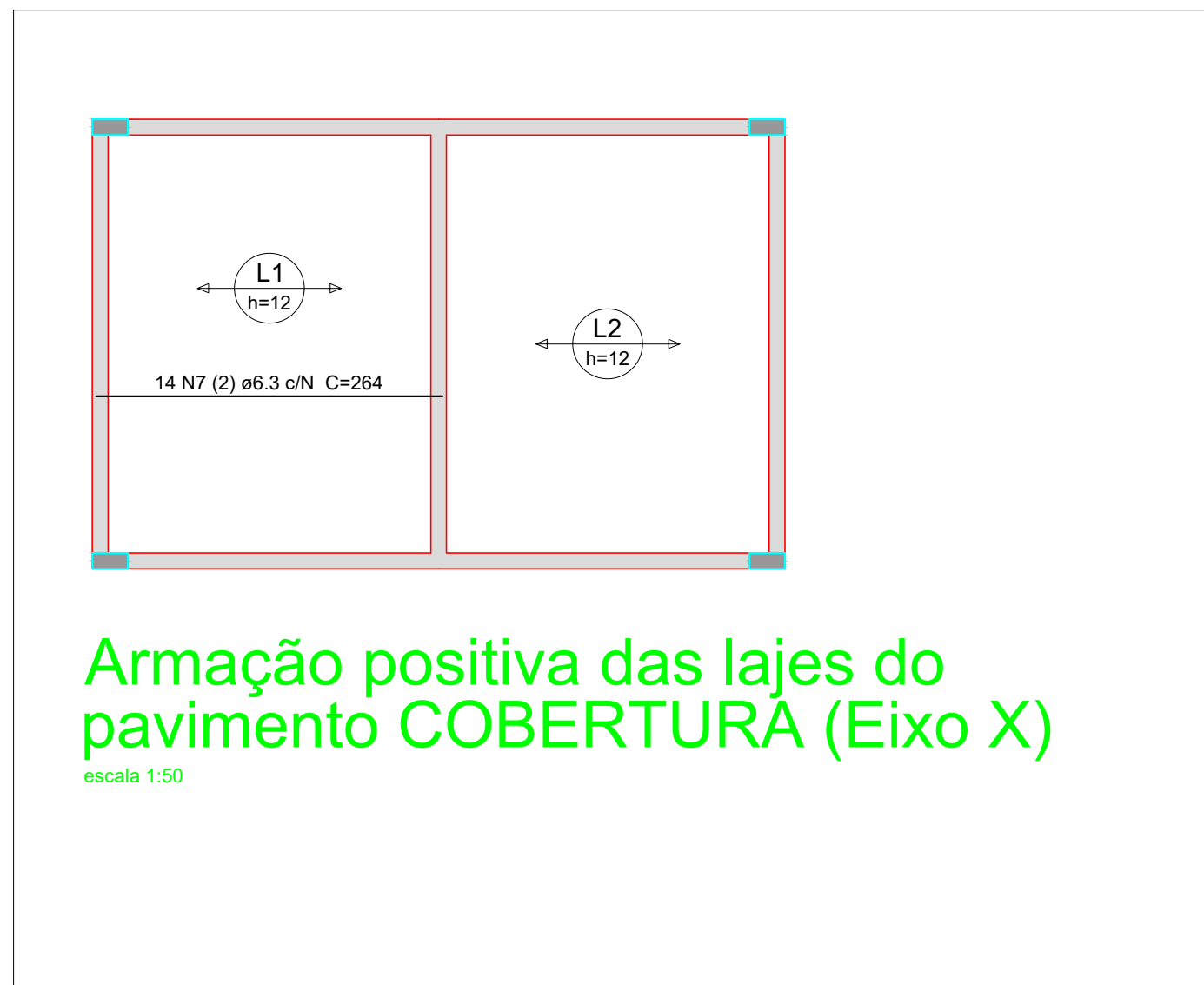
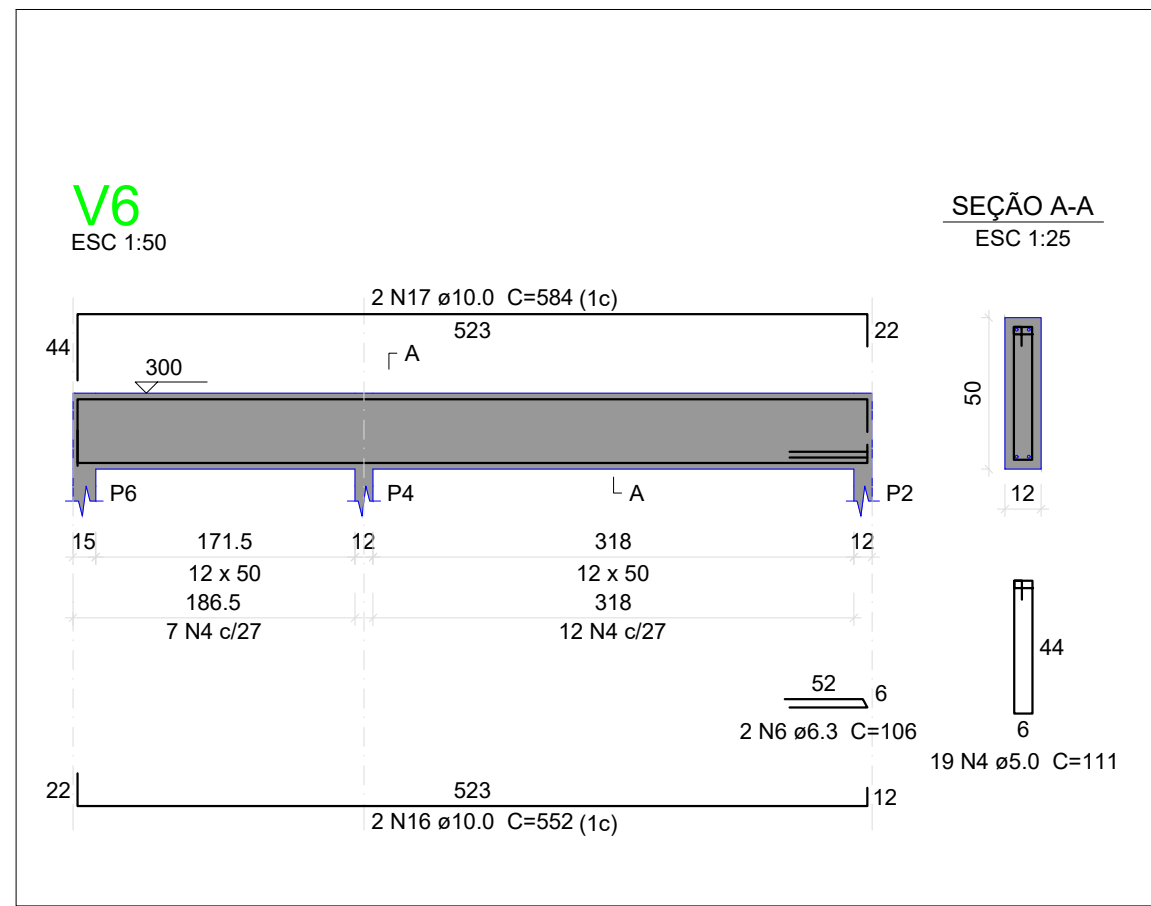
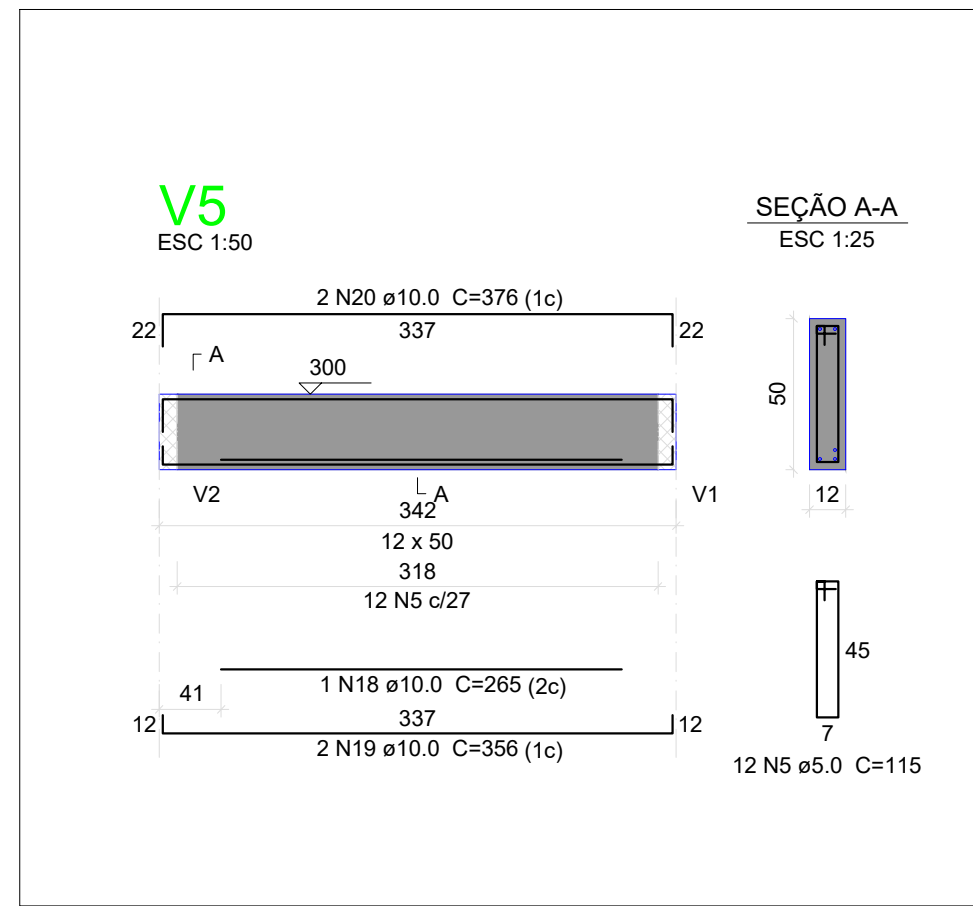
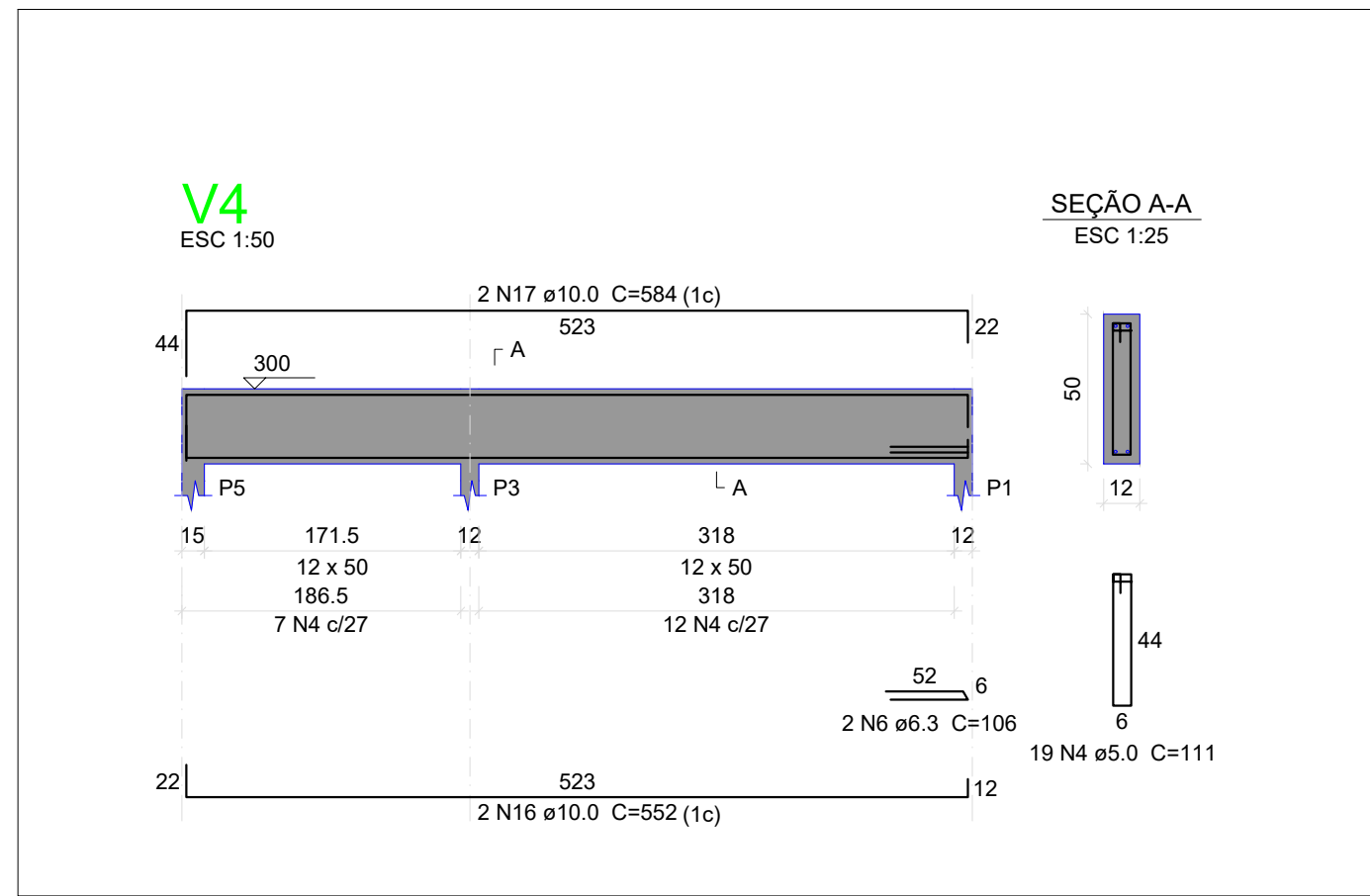
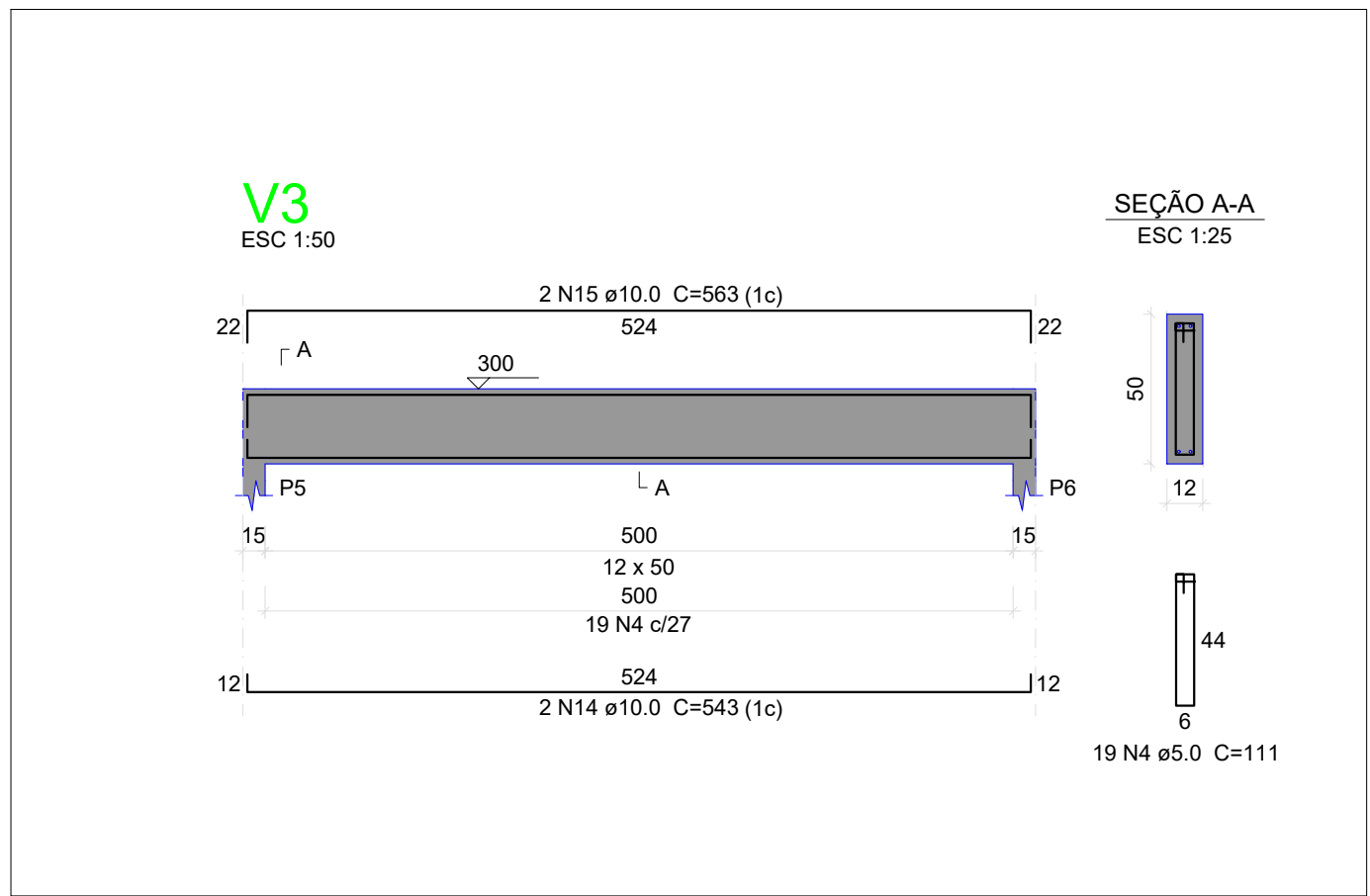
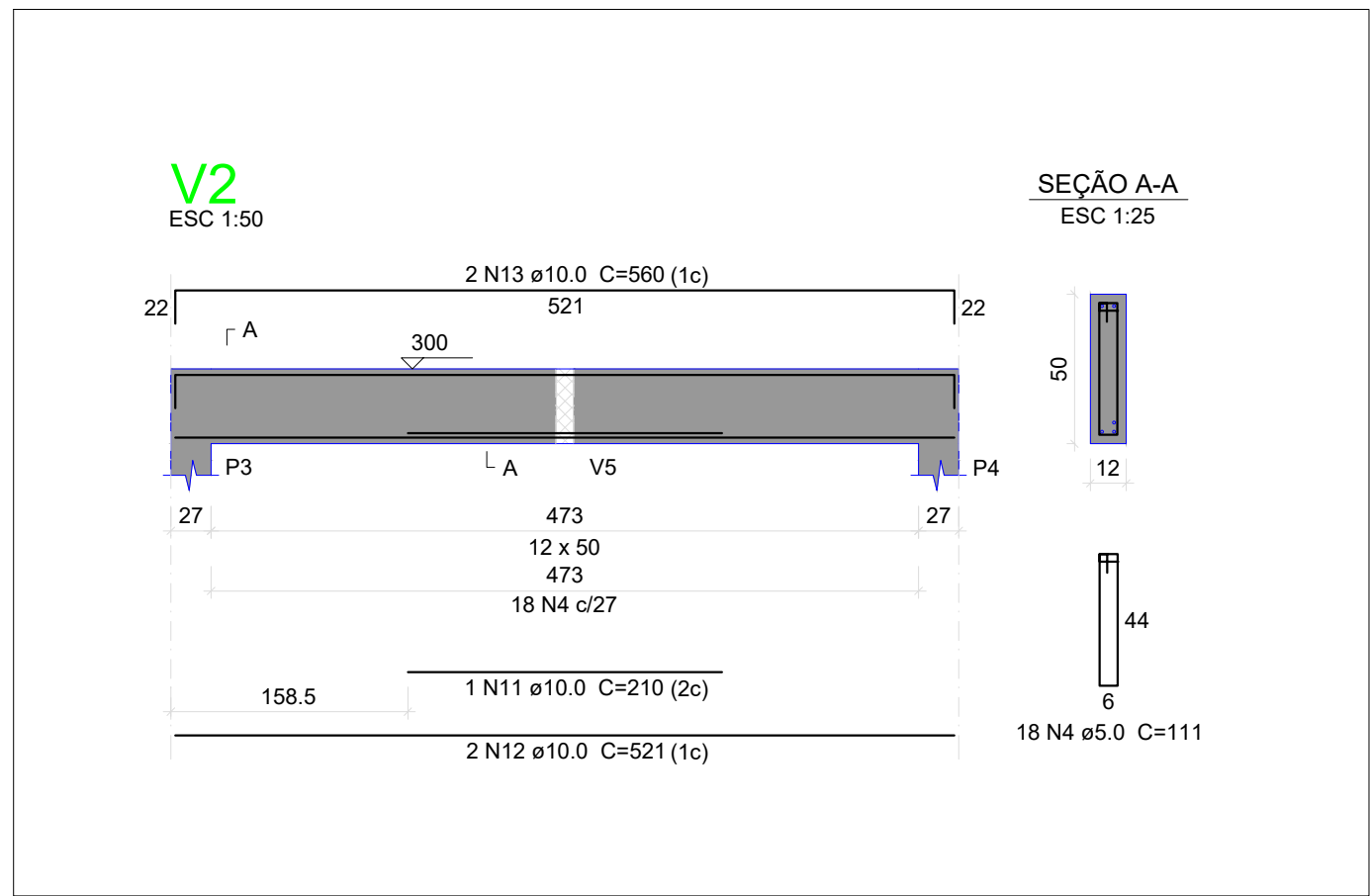
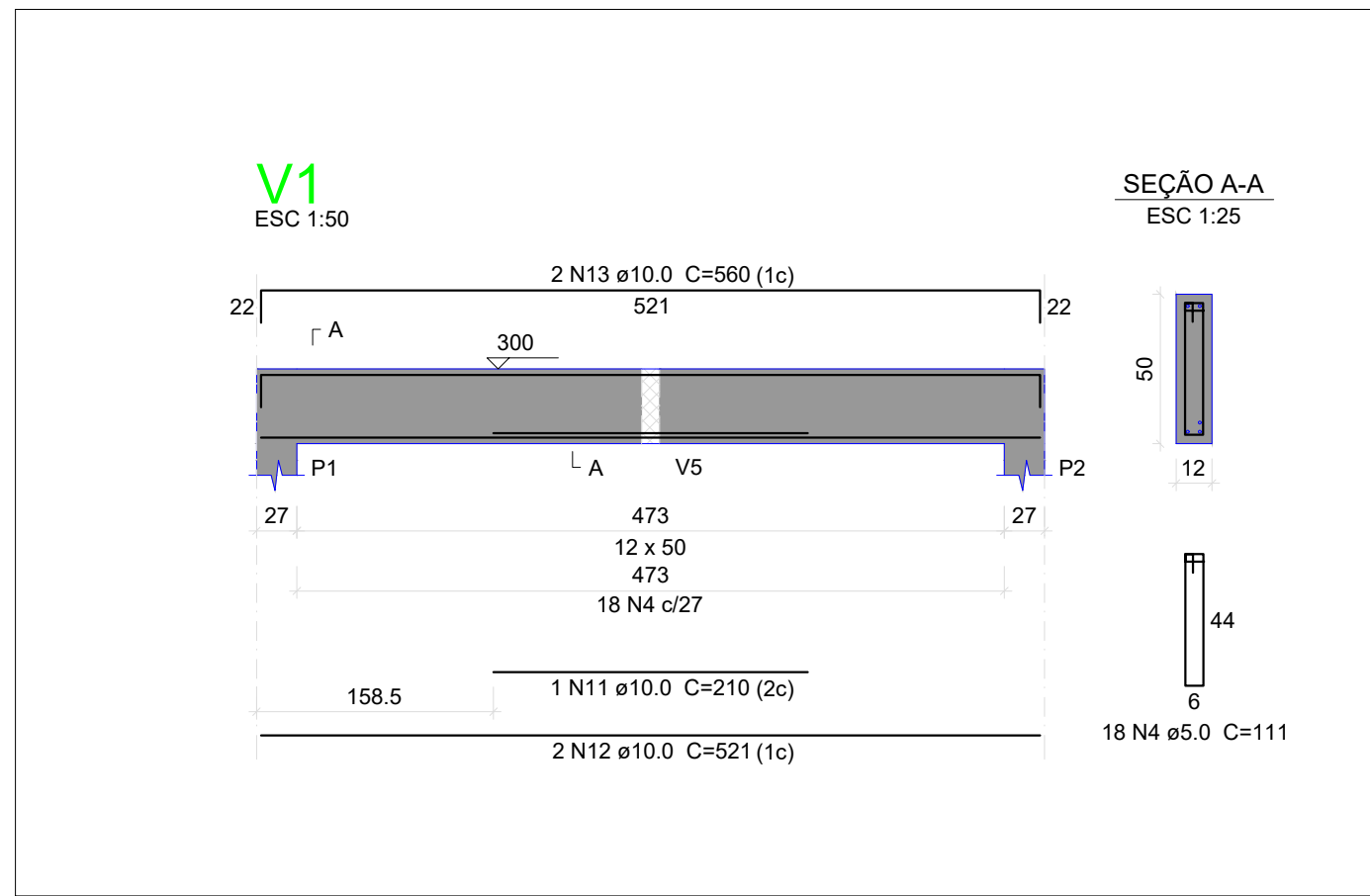
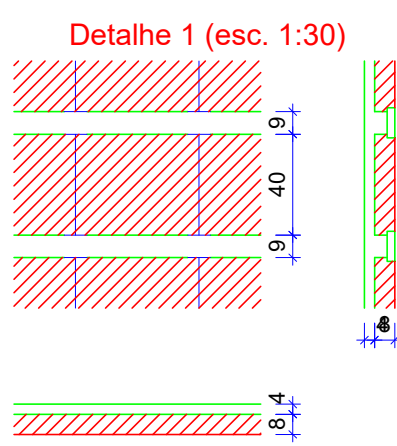
Características dos materiais		
fck (kgf/cm²)	Ecs (kgf/cm²)	
25.0	24100.0	

Dimensão máxima do agregado = 19 mm

Pilares		
Nome	Seção (cm)	Nível (cm)
P1	12x27	0
P2	12x27	0
P3	12x27	0
P4	12x27	0
P5	15x15	0
P6	15x15	0

Legenda dos pilares	
	Plar que morre

Legenda das vigas e paredes	
	Viga



TIPO DE PROJETO			
SUBTIPO OU DESCRIÇÃO DO PROJETO			
OBRA:			
DESCRIÇÃO DA OBRA EM QUESTÃO			
<div><div><div>Secretaria de Infraestrutura</div><div><div>Crato PREFEITURA</div></div></div></div>			
ENDEREÇO:			
CASA DO GUARDA-FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE			
CONTRATANTE:	RESPONSÁVEL TÉCNICO:	DESENHO:	
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO			
DATA:	ÁREA DO PROJETO:	REVISÃO:	
09/2025	28,09 m²	R00	
CONTÍDUTO:	ESCALA:	PAVIMENTO:	
PLANTA DE FORMA:	INDICADA	COBERTURA	
DETALHAMENTO DE PILARES:	INDICADA	PRANCHA:	
DETALHAMENTO DE VIGAS:	INDICADA	02/02	
DETALHAMENTO DE LAJE:	INDICADA		
PLANTA E PRANCHA DE VIGOTAS:	INDICADA		



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE20251772729

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

INICIAL

1. Responsável Técnico

GABRIEL FERNANDO LEITE

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **0619267356**

Registro: **347898CE**

2. Dados do Contrato

Contratante: **MUNICÍPIO DE CRATO**

LARGO JÚLIO SARAIVA

Complemento:

Cidade: **CRATO**

Bairro: **CENTRO**

UF: **CE**

CPF/CNPJ: **07.587.975/0001-07**

Nº: **S/N**

CEP: **63100347**

ART Vinculada: **CE20221018594**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em:

Valor: **R\$ 7.426,12**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **NENHUMA - NÃO OPTANTE**

3. Dados da Obra/Serviço

LARGO JÚLIO SARAIVA

Complemento:

Cidade: **CRATO**

Data de Início: **20/10/2025**

Previsão de término: **20/12/2025**

Bairro: **CENTRO**

UF: **CE**

Nº: **S/N**

CEP: **63100347**

Coordenadas Geográficas: **-7.230684, -39.412886**

Finalidade: **Outro**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **MUNICÍPIO DE CRATO**

CPF/CNPJ: **07.587.975/0001-07**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
14 - Elaboração		
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO > #1.1.2.1 - DE ALVENARIA	80,42	m2
80 - Projeto > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.1 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO	28,09	m2
35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO > #1.1.2.1 - DE ALVENARIA	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.1 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO	1,00	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

PROJETO E ORÇAMENTO PARA REFORMA DA CASA DO GUARDA LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE, NA AVENIDA HORÁCIO PEQUENO, DISTRITO DE BELMONTE, NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NÃO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, _____ de _____ de _____
 Local data



Documento assinado eletronicamente
 com credenciais de login e senha

GABRIEL FERNANDO LEITE

RNP: **0619267356**

Data: **25/11/2025 08:47:27**

GABRIEL FERNANDO LEITE - CPF: 061.560.473-01

MUNICÍPIO DE CRATO - CNPJ: 07.587.975/0001-07

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 103,03**

Registrada em: **24/11/2025**

Valor pago: **R\$ 103,03**

Nosso Número: **8218378734**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 0y9Y2
 Impresso em: 25/11/2025 às 08:47:27 por: , ip: 131.108.67.100



TERMO DE REFERÊNCIA

Referência processo fluxus nº 14894.2025

Referência ETP nº 017/2025

1. DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA “CASA DO GUARDA” LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DO CRATO/CE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT.	VALOR TOTAL (R\$)
1	REFORMA E AMPLIAÇÃO DA “CASA DO GUARDA” LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DO CRATO/CE.	1	198.332,62

1.1. O objeto decorreu de estudo de solução, com fundamentação e análises constantes do Estudo Técnico Preliminar nº 017/2025.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 1602001/2023 – GP.

1.3. Esta contratação se justifica devido ao estado de conservação e desgaste físico da edificação "Casa do Guarda" da FLONA do Araripe, que apresenta condições inadequadas para acolher servidores e público visitante. O serviço técnico especializado é fundamental para realizar a reforma e ampliação do imóvel, otimizando sua funcionalidade e permitindo a criação de novas áreas operacionais, conforme também pormenorizado em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar nº 017/2025, anexo obrigatório deste Termo de Referência.

1.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025.

2. FORMA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Esta contratação se dará através de licitação na MODALIDADE CONCORRÊNCIA, na FORMA ELETRÔNICA.

2.2. Não será utilizado o sistema de registro de preços.

2.3. O critério de julgamento será: Menor preço.

2.4 O regime de execução será Empreitada por valor unitário.

2.5. Será aceita a participação de consórcio de empresas.

2.6. Subcontratação

2.6.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto nas seguintes condições:

2.6.1.1 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto, a qual consiste em:

1. PISO INTERTRAVADO TIPO TIJOLINHO (20X10X8) CM 35MPA, COR CINZA - COMPACTAÇÃO MECANIZADA. – 324,28 M²
2. MADEIRAMENTO P/ TELHA CERÂMICA - (RIPA, CAIBRO, LINHA). – 134,91 M²
3. TELHA CERÂMICA. – 134,91 M²
4. CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ACIMA DE 30X30 CM (900 CM²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PISO. – 94,02 M²

2.6.1.2 Será admitida a subcontratação para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto, até o limite de 25% do valor total do contrato.

2.6.1.3 A subcontratação se justifica por se tratar de uma obra que contempla serviços complementares às atividades comuns, necessitando de empresas com atuação em atividade específica. A Subcontratação pode assim trazer celeridade na execução da obra, diminuindo transtornos à população.

2.6.1.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

2.6.1.5. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;

2.6.1.6 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente;

2.6.1.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.1.8 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas à subcontratação, caso admitida.

2.7. Garantia da contratação

2.7.1 Como garantia da execução plena do objeto e fiel cumprimento dos termos do Contrato, a empresa Contratada prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, com validade para todo o período de execução dos serviços, devendo ser renovada a cada prorrogação efetiva do contrato;

2.7.2 A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, antes da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou título da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária. Caberá à empresa CONTRATADA optar por uma das modalidades de garantia, conforme previsto no §1º do Art. 96 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021;

2.7.3 A validade da garantia, qualquer que seja a escolhida, deverá ser durante a execução do contrato, devendo ser renovada quando houver prorrogação contratual nos termos do art.96, da Lei n. 14.133/2021, complementada no caso de acréscimo previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

2.7.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

2.7.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

2.7.4.2 Prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

2.7.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

2.7.4.4 Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA;

2.7.5 SEGURO-GARANTIA - entrega da apólice, inclusive digital, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros:

2.7.5.1 O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender a CIRCULAR SUSEP n.661, de 11 de abril de 2022 e seus anexos;

2.7.5.2 A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site <<https://www2.susep.gov.br/safe/numercado/reqapolices/pesquisa.asp>>;

2.7.5.3 O seguro garantia deve prever o pagamento de multas contratuais contemplar Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do CONTRATADO (TOMADOR) em relação à obra.

2.7.6. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas;

2.7.6.1 Para a prestação da garantia pelo CONTRATADO, quando optar pela modalidade seguro-garantia, será facultado o prazo de 01 (um) mês, contados da data da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

2.7.7. A garantia em dinheiro (caução) deverá ser efetuada, mediante depósito em conta específica, com correção monetária a crédito da CONTRATANTE.

2.7.8 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

2.7.8.1 O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

2.7.9 Caso a opção seja por utilizar título da dívida pública como garantia, este deverá conter valor de mercado correspondente ao valor garantido e deve ser reconhecido, devendo constar entre aqueles previstos em legislação específica. Além disso, deverá estar devidamente escriturado em sistema centralizado de liquidação e custódia,

nos termos do art. 61 da Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, podendo a CONTRATANTE recusar o título ofertado, caso verifique a ausência desses requisitos;

2.7.10. No caso de garantia na modalidade de carta fiança, deverá constar da mesma expressa renúncia pelo fiador, aos benefícios do art. 827 do Código Civil de 2002;

2.7.10.1. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

2.7.11. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

2.7.12. A apólice de seguro, deve expressar a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA/CRATO-CE como SEGURADO e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula;

2.7.13. Respeitadas as demais condições contidas neste Edital e seus Anexos, a garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que a Licitante CONTRATADA tenha cumprido todas as obrigações contratuais;

2.7.14. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

2.8. Sustentabilidade

2.8.1. Devem ser seguidos os requisitos contidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no Estudo Técnico Preliminar nº 17/2025, além dos critérios eventualmente inseridos pela natureza do objeto.

2.9 Vistoria

2.9.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas.

2.9.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

2.9.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

2.9.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

2.9.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

3. REQUISITOS DO FORNECEDOR

3.1. Para fins de habilitação deverá o licitante comprovar os requisitos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/21, melhor detalhado em edital.

3.2 Qualificação Técnica

3.2.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade;

3.2.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

3.2.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

3.2.3.1. TÉCNICO - OPERACIONAL DA EMPRESA:

1. PISO INTERTRAVADO TIPO TIJOLINHO (20X10X8) CM 35MPA, COR CINZA - COMPACTAÇÃO MECANIZADA. – 324,28 M²
2. MADEIRAMENTO P/ TELHA CERÂMICA - (RIPA, CAIBRO, LINHA). – 134,91 M²
3. TELHA CERÂMICA. – 134,91 M²
4. CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ACIMA DE 30X30 CM (900 CM²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PISO. – 94,02 M²

3.2.3.2. TÉCNICO – PROFISSIONAL:

1. PISO INTERTRAVADO TIPO TIJOLINHO (20X10X8) CM 35MPA, COR CINZA - COMPACTAÇÃO MECANIZADA. – 324,28 M²
2. MADEIRAMENTO P/ TELHA CERÂMICA - (RIPA, CAIBRO, LINHA). – 134,91 M²
3. TELHA CERÂMICA. – 134,91 M²
4. CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ACIMA DE 30X30 CM (900 CM²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PISO. – 94,02 M²

3.2.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

3.2.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

3.2.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. Ao assinar o contrato, o contratado deve definir preposto para contatos e providências, bem como seus contatos telefônicos e via e-mail.

5.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato: KELYSSON DE FREITAS AMPARADO, matrícula nº 55333, Portaria de nomeação nº 565/2025 – SMPG, ocupante de cargo de GERENTE DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, lotado(a) na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mudança do Clima, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO, e ELENICE BEZERRA VIANA, matrícula nº 23594, portaria de nomeação nº 2205003/2012 - GAB, ocupante do cargo de FISCAL AMBIENTAL, lotado(a) na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mudança do Clima para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO SUBSTITUTO, e atender a todos os regramentos referentes a sua temática, conforme a Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Anexo VI do Decreto Municipal 1602001/2023-GP e portaria de designação nº 42/2025.

5.7.1 As atividades de fiscalização técnica do contrato serão realizadas pelo engenheiro civil Sr. Rodrigo Pereira de Oliveira, Coordenador Especial de Projetos, Portaria nº 517/2025, CREA-CE 355953, conforme ART de Fiscalização da obra devidamente emitida junto ao CREA/CE.

6. REGIME DE EXECUÇÃO

6.1. O serviço deverá ser iniciado a partir da assinatura do recebimento da ordem de serviço e reunião de partida na sede da Secretaria de Meio Ambiente e Mudança do Clima.

6.2. Caso não seja possível o início na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3. A comunicação deve atender ao item 5 deste Termo de Referência.

6.4. O serviço deverá ser prestado na localização abaixo especificada e de acordo com os projetos disponibilizados, a ser iniciado após a emissão da ordem de serviço e finalizar de acordo com o cronograma de execução previsto, no prazo de 3 (três) meses.

6.4.1 Local de execução dos serviços: “Casa do Guarda” na Floresta Nacional do Araripe, Bairro Belmonte, Crato/CE. Coordenadas de Referência: 7°16'40.96"S/ 39°27'4.07"O.

6.5. O cronograma dos serviços segue anexo ao projeto básico, tendo como prazo de execução 3 (três) meses a partir da data da ordem de serviço emitida.

6.6. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas em projeto básico, promovendo sua substituição quando necessário.

6.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. DO RECEBIMENTO

7.1. Após finalização do serviço, o fiscal fará avaliação por critérios de atendimento à especificação do serviço, e emitirá termo detalhado de análise.

7.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. As medições serão realizadas em conformidade com a execução dos serviços efetivamente realizados, atestadas pelo contratante, considerando as disposições do Projeto Básico, do cronograma físico-financeiro e da proposta adjudicada, salvo modificação contratual na forma da lei.

8.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha, memória de cálculo detalhada e todos os documentos necessários que comprovem a efetiva execução dos serviços apresentados em medição.

8.2.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

8.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem à parcela a ser paga.

8.3.1. Os fiscais técnico e administrativo do contrato realizarão o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.3.3. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.3.4. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.3.5. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.3.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

8.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.5.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9. FORMA DE PAGAMENTO

9.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.3 Estando toda documentação correta, o servidor encaminhará, através de fluxo regido pela Secretaria de Meio Ambiente e Mudança do Clima, para realização de trâmites e pagamento.

9.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, de preferência no banco BRADESCO.

9.5. O pagamento será efetuado no prazo de 30 dias da finalização do serviço ou de suas medições, respeitadas as disposições do artigo 59 do Decreto Municipal nº 1602001/2023 – GP.

9.6. Deverá ser respeitada a ordem cronológica exigida no artigo nº 141, Lei nº 14.133/2021.

10. POSSIBILIDADE DE REAJUSTE

10.1. Os valores contratados poderão ser alterados para atender ao aumento ou diminuição do item contratado, ou para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme o artigo nº 124 da Lei nº 14.133/21 e Anexo VII do Decreto Municipal nº 1602001/2023-GP.

11. FORMALIZAÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O termo formalizado será contrato, que consta com minuta em anexo ao edital futuro;

11.2. O prazo de vigência da contratação é de 3 (três) meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 20.01.18.122.0021.2.172.0000 - Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Desenvolvimento Ambiental / Elemento de Despesa 4.4.90.51.00 Obras e Instalações.

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, em respeito ao art. 106, II da Lei nº 14.133, de 2021, que prevê para contratações de serviços e fornecimento continuado que a “a Administração deverá

atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção”.

13. PREVISÃO DE PENALIDADES

13.1. As penalidades e sanções seguirão as normas constantes na Lei nº 14.133/21 e constam na minuta de contrato anexa ao edital.

Crato, 12 de dezembro de 2025.

Erickson Cristian Pastor Ferreira

Analista Ambiental – Biólogo

Equipe de Planejamento das Contratações

George Érico de Alencar Braga Borges

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Mudança do Clima

Central
de Licitação



Crato
PREFEITURA



ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Palácio Alexandre Arraes Largo Júlio Saraiva, S/N, Centro, CEP: 63.100-347 - Crato/CE
(88) 3521-9600 | licitacrato@gmail.com
www.crato.ce.gov.br

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CRATO/CE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXXXXX

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº, QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CRATO/CE, POR
INTERMÉDIO DO(A) SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
E MUDANÇA DO CLIMA E A EMPRESA

O Município de Crato/CE por intermédio do(a) SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA, com sede no(a) xxxxxxxx, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.587.975/0001-07, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário(a) de Sr(a). doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediado(a) na em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA "CASA DO GUARDA" LOCALIZADA NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE NO MUNICÍPIO DO CRATO/CE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital da licitação e seus anexos.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Projeto Básico;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução é o de **Empreitada por preço Unitário**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de execução dos serviços são de 03(três) meses e de vigência da contratação é de 03 (três) meses contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. Deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

2.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO (art. 92, IV)

3.1. O regime de execução a ser adotado é o de execução indireta – **empreitada por preço unitário**.

3.2. O serviço deverá ser iniciado a partir da assinatura do recebimento da ordem de serviço e reunião de partida na sede da Secretaria de Meio Ambiente e Mudança do Clima.

3.3. Caso não seja possível o início na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.4. A comunicação deve atender ao item 5 deste Termo de Referência.

3.5. O serviço deverá ser prestado na localização abaixo especificada e de acordo com os projetos disponibilizados, a ser iniciado após a emissão da ordem de serviço e finalizar de acordo com o cronograma de execução previsto, no prazo de 3 (três) meses.

3.5.1 Local de execução dos serviços: “Casa do Guarda” na Floresta Nacional do Araripe, Bairro Belmonte, Crato/CE. Coordenadas de Referência: 7°16'40.96"S/ 39°27'4.07"O.

3.6. O cronograma dos serviços segue anexo ao projeto básico, tendo como prazo de execução 3 (três) meses a partir da data da ordem de serviço emitida.

3.7. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas em projeto básico, promovendo sua substituição quando necessário.

3.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4. CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL (art. 92, XVIII)

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3. Ao assinar o contrato, o contratado deve definir preposto para contatos e providências, bem como seus contatos telefônicos e via e-mail.

4.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato: **KELYSOON DE FREITAS AMPARADO**, matrícula nº 55333, Portaria de nomeação nº 565/2025 – SMPG, ocupante de cargo de GERENTE DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO,

lotado(a) na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mudança do Clima, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO, e **ELENICE BEZERRA VIANA**, matrícula nº 23594, portaria de nomeação nº 2205003/2012 - GAB, ocupante do cargo de FISCAL AMBIENTAL, lotado(a) na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mudança do Clima para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO SUBSTITUTO, e atender a todos os regramentos referentes a sua temática, conforme a Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Anexo VI do Decreto Municipal 1602001/2023-GP.

4.7.1. As atividades de fiscalização técnica do contrato será realizada pelo Sr. **Rodrigo Pereira de Oliveira, Coordenador Especial de Projetos, Portaria nº 517/2025, CREA-CE 355953**, conforme ART de Fiscalização da obra devidamente emitida junto ao CREA/CE.

4.8. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

Gestor do Contrato

4.9. O gestor do contrato é o ordenador da pasta contratante.

5. CLÁUSULA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Subcontratação

5.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual sem a prévia aprovação por parte da Contratante, com as seguintes condições:

5.1.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto, a qual consiste em:

1. PISO INTERTRAVADO TIPO TIJOLINHO (20X10X8) CM 35MPA, COR CINZA - COMPACTAÇÃO MECANIZADA. - 324,28 M2
2. MADEIRAMENTO P/ TELHA CERÂMICA - (RIPA, CAIBRO, LINHA). - 134,91 M2
3. TELHA CERÂMICA. - 134,91 M2
4. CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ACIMA DE 30X30 CM (900 CM²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PISO. - 94,02 M2

5.1.1.2. Será admitida a subcontratação para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto, até o limite de 25% do valor total do contrato.

5.1.1.3 A subcontratação se justifica por se tratar de uma obra que contempla serviços complementares as atividades comuns, necessitando de empresas com atuação em atividade específica. A Subcontratação pode assim trazer celeridade na execução da obra, diminuindo transtornos à população.

5.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.1.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

5.1.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

5.1.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas à subcontratação, caso admitida.

6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO (art. 92, V)

6.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de

administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

Critérios de Medição

7.1. As medições serão realizadas em conformidade com a execução dos serviços efetivamente realizados, atestadas pelo contratante, considerando as disposições do Projeto Básico, do cronograma físico-financeiro e da proposta adjudicada, salvo modificação contratual na forma da lei.

Recebimento

7.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha, memória de cálculo detalhada e todos os documentos necessários que comprovem a efetiva execução dos serviços apresentados em medição.

7.2.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem à parcela a ser paga.

7.3.1. Os fiscais técnico e administrativo do contrato realizarão o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.3. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.3.4. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.5. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

Forma de Pagamento

7.6. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.8. Estando toda documentação correta, o servidor encaminhará, através de fluxo regido pela Secretaria de Finanças e Planejamento, para realização de trâmites e pagamento.

7.9. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, de preferência no banco BRADESCO.

7.10. O pagamento será efetuado no prazo de 30 dias da finalização do serviço ou de suas medições, respeitadas as disposições do artigo 59 do Decreto Municipal nº 1602001/2023 - GP.

7.11. Deverá ser respeitada a ordem cronológica exigida no artigo nº 141, Lei nº 14.133/2021.

8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE (art. 92, V)

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Nacional de Custo da Construção (INCC - DI) / FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anuidade.

8.2.1. No cálculo dos reajustes se utilizará a seguinte fórmula:

$$R = V [(I - I_0)/I_0]$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual dos serviços a serem reajustados;

I₀ = Índice inicial - refere-se ao mês da apresentação da proposta;

I = Índice final - refere-se ao mês de aniversário anual da proposta.

OBSERVAÇÃO: O FATOR deve ser truncado na quarta casa decimal, ou seja, desprezar totalmente da quinta casa decimal em diante.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. A aplicação de reajuste nos serviços de engenharia geralmente não se restringe a meros cálculos aritméticos, mas envolve a análise do quanto já foi executado e quanto falta por executar, para que o reajuste incida somente sobre esse segundo grupo.

8.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1. São obrigações do Contratante:

9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;

9.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

9.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Projeto Básico;

9.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.10. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.11.1. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

9.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

9.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

9.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

9.18. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

10.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

10.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até

o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços/obra, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10.24. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

10.25. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

10.26. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;

10.27. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao

Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.28. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

10.29. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente.

10.30. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis,

na forma da legislação aplicável;

10.31. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

10.32. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

10.33. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

c) florestas plantadas; e

d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

10.34. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP

nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

c) Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

10.34.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

10.35. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

10.35.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

10.35.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

10.35.2.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

10.35.2.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

10.35.2.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.35.2.4. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.35.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

10.35.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

10.36. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

10.36.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

10.36.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas

Palácio Alexandre Arraes Largo Júlio Saraiva, S/N, Centro, CEP: 63.100-347 - Crato/CE

(88) 3521-9600 | licitacrato@gmail.com

www.crato.ce.gov.br

visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

10.37. Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

10.38. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

10.39. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

10.40. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

10.41. Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA-CE (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Ceará) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), na forma da Lei, e apresentar o comprovante de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e/ou RTT (Registro de Responsabilidade Técnica) correspondente e o CNO - Cadastro Nacional de Obras com indicação do número do contrato antes da apresentação da primeira fatura, perante a CONTRATANTE, sob pena de retardar o processo de pagamento;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

12.1. Como garantia da execução plena do objeto e fiel cumprimento dos termos do Contrato, a empresa Contratada prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, com validade para todo o período de execução dos serviços, devendo ser renovada a cada prorrogação efetiva do contrato.

12.2. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, antes da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou título da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária. Caberá à empresa CONTRATADA optar por uma das modalidades de garantia, conforme previsto no §1º do Art.96 e seguintes, da Lei n.14.133/2021.

12.3. A validade da garantia, qualquer que seja a escolhida, deverá ser durante a execução do contrato, devendo ser renovada quando houver prorrogação contratual nos termos do art.96, da Lei n.14.133/2021, complementada no caso de acréscimo previsto no art.125 da Lei n.14.133/2021.

12.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

12.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

12.4.2. Prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

12.4.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

12.4.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

12.5. SEGURO-GARANTIA - entrega da apólice, inclusive digital, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros:

12.5.1 O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender a CIRCULAR SUSEP n.661, de 11 de abril de 2022 e seus anexos;

12.5.2. A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site <<https://www2.susep.gov.br/safe/numerado/regapolices/pesquisa.asp>>.

12.5.3. O seguro garantia deve prever o pagamento de multas contratuais contemplar Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do CONTRATADO (TOMADOR) em relação à obra.

12.6. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas;

12.6.1. Para a prestação da garantia pelo CONTRATADO, quando optar pela modalidade seguro-garantia, será facultado o prazo de 01(um) mês, contados da data da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

12.7. A garantia em dinheiro (caução) deverá ser efetuada, mediante depósito em conta específica, com correção monetária a crédito da CONTRATANTE.

12.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

12.8.1. O atraso superior a 20(vinte) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art.137 da Lei n.14.133/2021.

12.9. Caso a opção seja por utilizar título da dívida pública como garantia, este deverá conter valor de mercado correspondente ao valor garantido, constando entre aqueles

previstos em legislação específica. Além disso, deverá estar devidamente escriturado em sistema centralizado de liquidação e custódia, nos termos do art.61 da Lei complementar n.101 de 04 de maio de 2000, podendo a CONTRATANTE recusar o título ofertado, caso verifique a ausência desses requisitos.

12.10. No caso de garantia na modalidade de carta fiança, deverá constar da mesma expressa renúncia pelo fiador, aos benefícios do art.827 do Código Civil de 2002.

12.10.1. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

12.11. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

12.12. A apólice de seguro, deve expressar a SEINFRA/CRATO-CE como SEGURADO e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula;

12.13. Respeitadas as demais condições contidas neste Termo de Referência e seus Anexos, a garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que a Licitante CONTRATADA tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

12.14. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

12.15. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

12.16. Sustentabilidade

12.16.1. Devem ser seguidos os requisitos contidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, além dos critérios eventualmente inseridos pela natureza do objeto.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) Multa:
 - a) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

a.i) O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 13.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 13.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.

d) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 13.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

e) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 13.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.

f) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 13.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser

compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.5.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.1.3. Indenizações e multas.

14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal deste exercício, na seguinte Dotação:

Dotação: _____.

Elemento de Despesas _____.

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, em respeito ao art. 106, II da Lei nº 14.133, de 2021, que prevê para contratações de serviços e fornecimento continuado que a “a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção”.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. DO RECEBIMENTO

18.1. Após finalização do serviço, o fiscal fará avaliação por critérios de atendimento à especificação do serviço, e emitirá termo detalhado de análise.

18.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

18.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

18.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

18.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela

Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

18.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

19. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet e Diário Oficial do Município, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 217, III do Decreto Municipal nº 54/2023.

20. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)

21.1. Fica eleito o Foro Comarca de Crato, Estado do Ceará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Crato/CE, [dia] de [mês] de [ano].